



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
EM CINEMA**

DÉBORA WAGNER PINTO

***A MORTE INVENTADA E BORRANDO A PAPÁ:
CINEMA, PATERNIDADE E ALIENAÇÃO PARENTAL***

**SÃO CRISTÓVÃO
2019**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
EM CINEMA

DÉBORA WAGNER PINTO

A MORTE INVENTADA E BORRANDO A PAPÁ:
CINEMA, PATERNIDADE E ALIENAÇÃO PARENTAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cinema, Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Mestra em Cinema e Narrativas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Gustavo Pereira de Souza Correia

SÃO CRISTÓVÃO
2019

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE**

Pinto, Débora Wagner

P659m A morte inventada e borrando a papá: cinema, paternidade e
alienação parental / Débora Wagner Pinto ; orientador Luiz
Gustavo Pereira de Souza Correia. – São Cristóvão, 2019.

110 f. : il.

Dissertação (mestrado Interdisciplinar em Cinema e
Narrativas Sociais) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

DÉBORA WAGNER PINTO

A MORTE INVENTADA E BORRANDO A PAPÁ:
CINEMA, PATERNIDADE E ALIENAÇÃO PARENTAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cinema, Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Mestra em Cinema e Narrativas Sociais.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Gustavo P. de Souza Correia
(orientador)
Universidade Federal de Sergipe

Profa. Dra. Maria Beatriz Colucci
Universidade Federal de Sergipe

Profa. Dra. Tatiana de Carvalho Socorro
Universidade Tiradentes

São Cristóvão, 31 de julho 2019

À minha mãe Mariléia, e ao meu namorado
Lins, meus grandes amores, com carinho.

AGRADECIMENTOS

Ao meu namorado e melhor amigo, que foi meu maior incentivador para que eu fizesse a seleção de Mestrado, por todo apoio, pela parceria diária e compreensão, pelas leituras do trabalho e por me motivar a ir em busca dos meus e dos nossos sonhos.

À minha mãe, que sempre se dedicou para que eu pudesse estudar, se abdicando de muitas coisas para isso, desde a graduação. E no Mestrado, com suas dicas após as leituras do texto, pelo amor incondicional e companhia em eventos que participei, durante esses dois anos.

À minha família que está no Rio Grande do Sul, meu pai Adalberto, minha vó paterna, Claydes, e meus irmãos, Edilberto e Alessandro, pelos incentivos recebidos e entendimento quanto ao meu afastamento, de três anos sem vê-los, por eu estar em busca das minhas realizações pessoais. Ao meu único tio, Paulo, que esteve conosco em Aracaju durante um ano, e pelas palavras de motivação desde a seleção. E também, à família do meu namorado, pelo apoio recebido. À minha vó materna, Maria (*in memoriam*), que faleceu em janeiro desse ano, sem que eu pudesse ir ao Rio Grande do Sul me despedir, mas que tenho certeza, diante de muita tristeza que vivi, a sua luz me deu força para continuar.

Ao meu orientador Luíz Gustavo, que me fez sair da zona de conforto da Psicologia e adentrar no Cinema de uma maneira cativante. Pelo apoio em todos eventos e apresentações realizadas, e orientações elucidativas, agradáveis e humanas. Ao meu professor, amigo e supervisor do estágio de docência, Japiassu, por todas conversas valiosas e trabalhos desenvolvidos que tivemos. À professora Bia, que participou da minha banca desde a qualificação, com suas correções e dicas que foram fundamentais para a finalização desse trabalho, acrescentados de carinho e sorrisos. Ao professor Marcos, pela participação na banca da qualificação, suas contribuições e simpatia. À minha amiga e professora Tati, por fazer parte da banca da defesa, em um dos momentos mais importantes da minha vida. Além de outros professores, colegas e funcionários do PPGCINE, em especial à querida Aretha.

A minha grande amiga Andrezza, por todo amor e dedicação desde a seleção, com suas leituras do texto, correções e anotações valiosas, por vezes, até engraçadas. Aos meus grandes amigos que entenderam a minha constante ausência e me deram apoio nessa trajetória: Gabriela, Nedilene, Karine, Christian, Eliezer e Alan. Aos amigos conquistados no Mestrado, Ray e Romério, por todas as nossas conversas, leituras e apontamentos para o trabalho, apoios mútuos, risadas, alegrias, tristezas e angústias vividas e compartilhadas pelo nosso trio.

Aos pais alienados, aos casos clínicos já atendidos, de crianças, adolescentes e famílias que vivem na arena de disputa da Alienação Parental. A todos vocês, a minha gratidão!

Todos os dias quando acordo, não tenho mais
o tempo que passou, mas tenho muito tempo,
temos todo tempo do mundo.

(Legião Urbana)

PINTO, Débora Wagner. *A morte inventada e Borrando a papá: Cinema, Paternidade e Alienação Parental*. 110 f. Dissertação (Mestrado em Cinema e Narrativas Sociais). – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cinema, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

RESUMO

A presente dissertação tem como objeto de estudo a paternidade na Alienação Parental, por meio dos documentários *A morte inventada* (2009), produção nacional, dirigido por Alan Minas, e *Borrando a papá* (2014), produção argentina, das diretoras Ginger Gentile e Sandra Fernández Ferreira. O objetivo geral é investigar como se caracteriza em termos, a paternidade no contexto da Alienação Parental nos documentários supracitados. Para tanto, traçamos como objetivos específicos: refletir sobre a paternidade em diálogo entre Cinema, Psicologia e Direito buscando compreender qual o sentido da produção dos filmes para os diretores e analisar de que modo a Paternidade na Alienação Parental foi construída no discurso cinematográfico dos documentários selecionados; investigar as questões de gênero na família, os comportamentos do genitor alienador e do alienado na Alienação Parental; e pesquisar as leis referentes ao tema analisado no Brasil e na Argentina. Por fim, identificamos as produções documentais como autorrepresentações que, por meio de atores sociais, representam a paternidade do diretor, no caso da *A morte inventada*, e do produtor, em *Borrando a papá*, como genitores alienados no contexto da Alienação Parental. Fica evidente nos documentários que a figura paterna é representada como alienada, intensificada nas narrativas de pais e filhos a respeito das consequências vividas, como também, observou-se, na maioria dos depoimentos, que os filhos relatam o afastamento dos seus pais, fragilizando assim, o convívio familiar.

Palavras-chave: Paternidade; Alienação Parental; *A morte inventada*; *Borrando a papá*; Documentário.

PINTO, Débora Wagner. *A morte inventada e Borrando a papá: Cinema, Paternidade e Alienação Parental*. 110 f. Dissertação (Mestrado em Cinema e Narrativas Sociais). – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cinema, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

ABSTRACT

This dissertation aims to study paternity in Parental Alienation, in the narrative context of the documentaries *A morte inventada* (2009), national production, by Alan Minas, and *Borrando a papá* (2014), argentine production, by director Ginger Gentile and Sandra Fernández Ferreira. The text shows how paternity is characterized in Parental Alienation and also its representation in the documentaries mentioned above. In addition, we enter the Law, as well as its laws regarding the analyzed subject. We reflect on paternity in these three areas: Cinema, Psychology and Law seeking to understand the gender issues in the family, the behaviors of the alienating parent and the alienant in Parental Alienation. Finally, we identify documentary productions as self-representations, which through social actors represent the director's paternity, in the case of *A morte inventada*, and the producer's, in *Borrando a papá*, as alienated parents in the context of Parental Alienation. It is evident in both documentaries that the paternal figure presents itself as alienated and it is intensified in the narratives of parents and children regarding the consequences of the Parental Alienation.

Keywords: Paternity; Parental Alienation; *A morte inventada*; *Borrando a papá*; Documentary.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. CINEMA, PSICOLOGIA E DIREITO: diálogos possíveis sobre a paternidade na Alienação Parental.....	14
1.1 Documentário e Representação Social.....	16
1.2 Psicologia e a Alienação Parental: o papel da paternidade	21
1.3 O olhar do Direito para a Alienação Parental	34
2. DOCUMENTÁRIO: <i>A morte inventada</i>.....	44
2.1 Será que Cada Caso é um Caso?	50
3. DOCUMENTÁRIO: <i>Borrando a papá</i>.....	68
3.1 Entre Casos de Alienação Parental e Instituições: a paternidade sob diversos olhares.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS.....	98
ANEXOS.....	105

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado tem como objeto de estudo a paternidade na Alienação Parental por meio dos documentários *A morte inventada* (2009), produção nacional, dirigido por Alan Minas, e *Borrando a papá* (2014), produção argentina, das diretoras Ginger Gentile e Sandra Fernández Ferreira. Para tanto, traçamos como objetivo geral investigar como se caracteriza em termos, a paternidade no contexto da Alienação Parental nos documentários supracitados e, como objetivos específicos, as seguintes etapas: refletir sobre a paternidade em diálogo entre Cinema, Psicologia e Direito buscando compreender qual o sentido da produção dos filmes para os diretores e analisar de que modo a Paternidade na Alienação Parental foi construída no discurso cinematográfico dos documentários selecionados; investigar as questões de gênero na família, os comportamentos do genitor alienador e do alienado na Alienação Parental; e pesquisar as leis referentes ao tema analisado no Brasil e na Argentina.

A escolha pelo tema surgiu porque, na graduação, realizei estágio em psicologia jurídica, no qual era observado consultas de psicólogos com crianças e adolescentes, filhos de pais que estavam em processo de separação, e faziam parte da mediação de conflitos, em que eram escutadas todas as partes (mãe, pai e filhos). Essa mediação tinha por objetivo facilitar o andamento da decisão pela guarda unilateral ou compartilhada; a possível identificação de sofrimento psíquico no menor e/ou adulto causado pelos conflitos familiares; como também, investigações sobre acusações de denúncias de abuso sexual infantil, entre outras situações.

O estágio era realizado por observações de atendimentos citados acima e pelo processo de psicoterapia feito pelo estagiário à família (mãe, pai ou filho). Após a formação em psicologia, no consultório, essas demandas estiveram presentes, ficando, assim, mais intensa a vontade de aprofundar os estudos nessa temática. Ainda mais, tendo em vista a falta de discussão envolvendo as áreas e as propostas trazidas na dissertação, o que torna o trabalho relevante.

Ademais, durante a graduação em Psicologia busquei conhecer outras áreas, partindo da premissa que não existe uma verdade absoluta, decidindo assim, pelo mestrado interdisciplinar em Cinema, para que fosse possível obter suporte referencial teórico para realizar o trabalho entre Psicologia e Cinema, além de refletir sobre o lugar do Direito. A Psicologia, como qualquer área de conhecimento, possui suas limitações, e a respeito da minha escolha de pesquisa, vislumbrei no Cinema a possibilidade de significar, por meio de imagem em movimento, a arte cinematográfica como representante, com a capacidade de ilustrar problemas complexos do cotidiano presentes na vida das pessoas. E o Direito, surge para o trabalho, por

meio das leis específicas da Alienação Parental e seu estado regulamentador dos processos que envolvem muitas famílias, que são influenciadas pelas mudanças ocorridas no Direito Civil (Direito de Família).

A interdisciplinaridade se coloca como um novo olhar no campo das possibilidades entre as questões fomentadas na contemporaneidade, na busca de uma verdade não somente de uma área específica, mas sim, do homem perante a sua existência, que coloca no centro das ações, das relações humanas de coexistência. Portanto, Gentile (2015) reflete sobre a importância da interdisciplinaridade e afirma que é uma forma de interação que colabora em diversos eixos da vida, não apenas no quesito currículo e didática para a sala de aula. Ao acessar os aspectos culturais da sociedade, pode pensar em estratégias, formas de unir, por exemplo, a academia e a comunidade, de maneira a produzir maior eficácia na tentativa de resolução dos problemas sociais. Para isso, os profissionais envolvidos com a educação deveriam facilitar o desenvolvimento cultural e social, do qual problematizassem e relacionassem o que é ensinado com a realidade vivida pelos alunos.

Dessa maneira, serviria como um ato motivacional aos que se envolvem e que diante “das potencialidades e fragilidades do cotidiano escolar tenhamos um alento em conseguir uma compreensão sensata por parte de nossos educandos acerca de uma questão que eles mesmos levam como norteadora: Mas para que serve estudar isso?” (GENTILE, 2015, p. 42). Já Marcia Valeria Gonzales Fernandes (2015) entrelaça conceitos da intersubjetividade e da interdisciplinaridade constituídas na relação entre o homem e o meio, do ser humano com o outro; afirma que a modernidade não é um projeto completo, se faz necessário a comunicação de diversas áreas para seu aprimoramento e ascensão do conhecimento. Deste modo, os autores citados reforçam a importância do presente trabalho interdisciplinar.

Sabe-se que a Alienação Parental é um termo utilizado na área jurídica e na Psicologia, expressando um tipo de comportamento em que um dos pais tenta colocar o filho contra o outro genitor (sendo considerado o genitor alienador), geralmente ocorre após a separação, quando a criança muda sua rotina, indo morar apenas com o genitor guardião. Porém, cabe ressaltar que a prática da Alienação pode acontecer antes mesmo de o casal estar separado. Os casos classificados com comportamentos alienadores são diversos, tais como: falas que menosprezem e humilhem o genitor alienado (aqui se refere tanto para aquele que exerce a função paterna, quanto materna), além da inserção de falsas memórias, como também falsas acusações de abuso sexual. A existência de tratamentos como esses, realizados de pai/mãe para filho, distanciam cada vez mais o filho do genitor alienado, o que enfraquece o vínculo entre eles e, conseqüentemente, fortalece as distorções enunciadas pelo genitor alienador (CABRAL, 2014).

Para discutir a respeito da paternidade na Alienação Parental, faz-se necessário adentrar em conceitos acerca da paternidade, da família, dos documentários como representação social, e das leis. Para a sua compreensão torna-se imprescindível edificar um diálogo com diversas áreas do saber, como o Cinema, a Psicologia e o Direito. Essas áreas podem oferecer um rico arcabouço teórico para melhor entendimento do fenômeno.

Uma das formas de representar como a paternidade na Alienação Parental ocorre nas famílias (os transtornos que podem causar no genitor e no filho alienado, e na família como todo), é por meio da arte, como o cinema, no qual a vida cotidiana das pessoas e as suas relações sociais são representadas. Sendo assim, um campo para a problematização do tema, que são transformadas em imagens e inseridas em uma narrativa fílmica, permite ao espectador entrar em contato, dialogicamente, com diversas situações, semelhantes ou distintas da sua vida, que proporciona conhecimento, questionamentos e novas experiências. Percebe-se a peculiaridade do cinema em problematizar as relações dos sujeitos, ele auxilia a pensar sobre a paternidade, a masculinidade e as relações familiares. Dessa maneira, analisar esses fenômenos, por meio dos documentários, esclarecerá o modo como os diretores os representam.

Posto isso, essa dissertação discute como os documentários abordam a paternidade na Alienação Parental, partindo da metodologia de uma pesquisa documental, desenvolvida por meio de um estudo qualitativo exploratório e descritivo, que utilizou como estratégia de análise de dados, o estudo de casos múltiplos. Os filmes foram escolhidos por tratarem especificamente do tema em questão, e os únicos encontrados na pesquisa. *A morte inventada* (2009), produção nacional, dirigido por Alan Minas, buscou romper com as barreiras do desconhecimento sobre o assunto, ampliou, assim, as discussões entre a família e os profissionais, sendo eles, psicólogos, advogados e assistentes sociais. Na mesma linha, *Borrando a papá* (2014), produção argentina, direção de Ginger Gentile e Sandra Fernández Ferreira, procurou, por meio de entrevistas com pais e um filho, como também com profissionais do Direito, Psicologia e Serviço Social, relatarem sobre suas experiências com a Alienação Parental.

Além dos documentários já citados sobre Alienação Parental, temos o *Tranças* (2019), produção nacional, direção de Livia Sampaio. Mas, pelo fato de estar em estágio de finalização, e por questão de tempo hábil para poder incluí-lo, não será abordado no presente trabalho. O documentário retrata uma vítima da alienação, como avó (no caso, a diretora do documentário), abordando a Alienação Parental de forma mais poética, a fim de facilitar didaticamente o entendimento sobre a temática. Como ainda não foi lançado, os dados que tivemos acesso foram coletados por meio de *teaser* e entrevista direta com a diretora de *Tranças*, Livia Sampaio;

entramos em contato com questões pertinentes ao tema, porém, deixamos para publicações futuras.

No campo da ficção temos o filme *Pelos olhos de Maisie*, uma adaptação contemporânea do romance *What Maisie Knew*, de 1897, do escritor americano Henry James. Foi lançado em 2013, nos EUA, dirigido por Scott McGehee e David Siegel, com duração de 99 minutos. Trata de questões sobre uma família disfuncional: um casal em plena crise e um divórcio à vista, e no meio do fogo cruzado se encontra uma criança, a filha de sete anos, que acaba sendo negligenciada e sofrendo pela disputa conjugal dos pais, os quais, por vezes, denigrem a imagem do outro para a criança, caracterizando assim, a Alienação Parental. Este filme não foi incluído no presente trabalho por se tratar de ficção e o foco estar somente na criança, vítima da alienação. Portanto, ao constatarmos que as possibilidades de análise poderiam ser mais diversificadas, nos ratifica que o tema é de suma relevância.

Ao escolhermos trabalhar com documentários, temos em vista que efetuamos devidas hipóteses a respeito “do *status* de documentário de um filme e acerca do seu provável grau de objetividade, confiabilidade e credibilidade. Pressupomos seu *status* de não ficção e a referência que faz ao mundo histórico que compartilhamos, e não a um mundo imaginado pelo cineasta” (NICHOLS, 2010, p. 50).

A história do mundo é representada pelo documentário, no qual se faz um fichamento organizado; “ele *representa* o mundo histórico, moldando seu registro de uma perspectiva ou de um ponto de vista distinto” (NICHOLS, 2010, p. 67, grifos do autor). Como a pesquisa estuda a Paternidade na Alienação Parental por meio de documentários, torna-se importante ressaltar o seu caráter interdisciplinar. Para o seu desenvolvimento, como percebido, será necessário traçar caminhos no âmbito do Cinema, da Psicologia e do Direito para, assim, poder compreender amplamente sobre questões relacionadas ao sujeito e suas relações sociais, principalmente, as relações familiares, o lugar que ocorre a Alienação Parental, e o olhar dos diretores do gênero documental a respeito do tema.

O presente trabalho está dividido da seguinte maneira: no primeiro capítulo abordaremos o Documentário, a Psicologia e o Direito, no tocante aos seus diálogos e intervenções sobre a paternidade na Alienação Parental. Discutiremos a respeito da conceituação do documentário e sua representação social, e apresentaremos breves considerações de estudos realizados sobre o Cinema e a Alienação Parental. Na Psicologia, os conceitos a respeito da Alienação Parental, sua relação com a paternidade, a família e a parentalidade. E no Direito, sobre a lei específica da Alienação Parental e as mudanças no

Direito Civil (Direito de Família) que interferem nas decisões sobre as guardas dos filhos, nos casos de separações.

Adentrando no segundo e terceiro capítulo, abordaremos, respectivamente, o documentário *A morte inventada* e o documentário *Borrando a papá*. No primeiro momento, uma contextualização histórica e depoimentos contendo as experiências de profissionais que atuam na área da Alienação Parental, sendo eles: Psicólogos, Assistentes Sociais, Advogados, Juízes, como também, de genitores alienados e seus filhos, todos assumindo papel de vítimas da Alienação Parental. Já no segundo momento, apresentaremos os documentários, suas estruturas narrativas, atentando-se, principalmente, para o modo como a paternidade na Alienação Parental é representada e influenciada por esses diretores, como também relacioná-las a teoria de Nichols sobre documentário.

1 CINEMA, PSICOLOGIA E DIREITO: DIÁLOGOS POSSÍVEIS SOBRE A PATERNIDADE NA ALIENAÇÃO PARENTAL

Conforme abordamos na introdução, o primeiro capítulo versará sobre três áreas: Cinema, Psicologia e Direito, a respeito da paternidade na Alienação Parental. No Cinema, primeiramente discorreremos sobre a sua relação com a Psicologia, por meio das reflexões do teórico Hugo Munsterberg. Também situaremos sobre as produções cinematográficas voltadas aos conflitos familiares e conjugais. Posteriormente, e mais especificamente, a respeito do documentário, tendo como principal teórico, Bill Nichols fundamenta nossas discussões sobre o gênero documental e a representação social. Adentrando na Psicologia e sua conceituação da Alienação Parental, para melhor entendimento da arena de conflitos entre pais e filhos, os conceitos utilizados como direcionadores são os introduzidos por Richard Gardner, na década de 1980. E, no Direito, nos autores que debatem o direito civil e a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, da Alienação Parental.

O cinema faz parte do imaginário social, é fruto da capacidade imaginativa humana de dar forma às intensidades afetivas e obter uma certa relação com o real e sua história, sendo uma forma possível de subjetivação. Nos discursos contemporâneos, desde os seus primórdios, existe uma tendência em associar o cinema a outras disciplinas, tais como a literatura, psicologia, antropologia, sociologia, ecologia e entre outras. Esse entrelaçamento do cinema com as outras ciências nos permitem conhecer melhor as questões enfatizadas no momento da sua produção cinematográfica, em busca da sua elucidação, objetivando maior compreensão ao assunto abordado (BARTUCCI, 2000).

Desde os anos 1960, como afirma Ismail Xavier (2000), houve um significativo aumento nas produções cinematográficas sobre frustração no casamento e outros temas. Esse foco na decadência familiar foi disseminado nos anos 1980 e, posteriormente, na década de 1990. Como exemplo, podemos citar o filme *Kramer x Kramer*¹ que trata de um casal em crise conjugal que se separa e, no final, embora tenha sido concedida a guarda do filho à mãe, esta decide deixá-lo com o pai.

Uma das características que esses filmes apresentam é o ressentimento, um processo de auto envenenamento psicológico que, passando pela identificação com o outro, o sujeito começa a se perceber em duplicidade, podendo confundir momentos nos quais nega reconhecer a si mesmo e quando responsabiliza o outro por seus atos (XAVIER, 2000). A superação parte

¹ Filme *Kramer x Kramer*: 1979, 105min, dirigido por Robert Benton.

da elaboração dessa ambivalência, fazendo com que o outro possa ocupar um lugar distinto na vida psíquica do sujeito, portanto, conforme Kehl:

Ressentir-se, ou, como a própria palavra indica, insistir repetidamente na atualização de um sentimento, é sempre ressentir-se *contra o outro*. Na origem deste sentimento, houve a renúncia, a servidão voluntária: o sujeito cedeu ao outro, recalçou as representações do desejo - para depois passar a vida reclamando contra "o que fizeram comigo", aprisionado por uma necessidade de vingança contra os supostos agentes de sua infelicidade. O núcleo arcaico do ressentimento, constitutivo de nossa humanidade, origina-se justamente quando da entrada do semelhante - um irmão, um pequeno rival - no campo narcísico do sujeito (KEHL, 2000, p. 216).

Ademais, torna-se relevante destacar, como dito, que o teórico a discutir a relação entre a psicologia e o cinema foi Hugo Munsterberg, psicólogo alemão que identificou e descreveu várias táticas psicológicas utilizadas pelo cinema, em 1920. Sua tese era que o espectador participa da significação fílmica por meio da emoção, imaginação e atenção. Munsterberg salienta que a psicanálise explora o cinema propondo analogias entre os filmes e os sonhos. Além disso, afirma também que o aparato cinematográfico seria uma máquina psicológica que tem por objetivo, além de criar impressão de realidade, uma satisfação emocional, estando estes relacionados às condições de projeção do filme e aos fatores psicológicos do espectador (NOVA; COPQUE, 2009). Segundo Pedro (2011), Munsterberg, no livro *The Photoplay* de 1916, afirma que o filme deve ser classificado como uma arte em si mesma, por produzir características mentais, por meio da psicologia de experiência da visualização.

De acordo com Bento Matias Gonzaga Filho (2013), o diretor necessita, ao falarmos em fenomenologia do cinema, de impulso subjetivo para que seja possível criar a sua própria linguagem, e que essa seja compreendida por todos. Por meio dos dispositivos de produção cinematográfica, Filho investiga o significado de várias problemáticas e as coloca por intermédio da arte, fazendo com que os espectadores reajam ao filme, com os seus sentimentos, risos, choros, etc. Com isso, a ficção pode parecer tão real quanto a realidade. O filme tem, por vezes, o poder de deter o público, quando o mundo real é colocado dentro das telas e a consciência do espectador se volta para as questões subjetivas, por intermédio da atenção, que ganha outro significado pelo foco nos acontecimentos.

Ao pensarmos em como ocorre a produção de um filme, citamos o papel da câmera, sendo compreendido por Maya Deren (2012, p. 134): “a câmera cinematográfica talvez seja a mais paradoxal de todas as máquinas, na medida em que ela pode ser de uma só vez independentemente ativa e indefinidamente passiva”. Ela depende pouco de nós, captando a realidade ao redor com o máximo de nitidez, trabalhando como um comunicador que atinge a grande massa, abordando diversos assuntos e espectadores.

De acordo com a autora, as imagens estão relacionadas com a imitação, como por exemplo, a fotografia que reflete algo real, mas não é a coisa em si, e sim uma representação; ao mesmo tempo, a imagem pode estar baseada pela percepção e memória, uma imagem mental. Nas artes, percebemos essa imaginação criativa, por meio da imagem plástica que, por sua vez, representa a semelhança de um conceito mental, mas que pode se apresentar de maneira abstrata, sem relação visual com o objeto real.

1.1 Documentário e Representação Social

Neste item, analisaremos as possíveis definições para o cinema documentário, por meio de um dos principais teóricos (a respeito), Nichols. Embora ele não o tenha definido como algo fixo, por existir em diversas formas de se constituir o documentário; portanto, o filme documentário é visto como passível de mudanças, ao passar do tempo. De acordo com Beatriz Colucci (2007), o surgimento do documentário, como gênero, ocorreu por volta dos anos 1920 e 1930, e a respeito das teorias do cinema, o documentário havia ficado desprivilegiado, se comparado aos filmes de ficção. Por volta dos anos de 1990, o gênero documental passou a ser mais reconhecido, como também, os estudos realizados a seu respeito, com teoria específica sobre o documentário, no Brasil e em outros países.

Para uma melhor compreensão, Nichols trabalha com quatro abordagens diferentes para conceituar o documentário: institucional, profissional, de textos e de público. Primeiramente, o aspecto institucional caracteriza-se pelo fato de não ser ficção, como exemplo, os canais de notícias, os quais se depositam uma certa confiabilidade por conta do seu *status* de documentário, e pelo fato deles referenciarem o mundo histórico compartilhado por nós, diferente do mundo imaginado da ficção. Outra maneira para entendermos o documentário, a segunda definição, é por meio dos profissionais, os quais produzem os documentários, com o intuito de participar os problemas comuns de uma sociedade, representando assim, também o mundo histórico, fazendo a seu modo, conforme suas concepções e tradições a respeito do tema abordado (COLUCCI, 2007).

Sob outra perspectiva, a terceira, trata-se do corpo dos textos, no caso, os filmes. Desta maneira, podemos pensar o documentário como gênero, a partir de algumas características que os diferem da ficção, como a *voz-over* (voz narrada por um locutor que não aparece no filme), atores sociais (pessoas comuns que participam por meio de seus depoimentos), entrevistas, entre outros. Por último, na quarta definição, Nichols refere-se ao público, partindo da premissa que

ao assistirmos um documentário supomos que a reprodução daquilo que foi registrado será o mais fidedigno possível do mundo histórico a qual esteja referenciando (COLUCCI, 2007).

Nichols (2010) insere que uma das características frequentes do documentário é a ideia de uma “aula de história”. Ao assistir, esperamos além de uma série de documentos, nos emocionar e aprender diante do que assistimos, fazendo descobertas e criando possibilidades do mundo histórico ou então de sermos persuadidos por elas. O documentário está tradicionalmente associado à habilidade de difundir uma sensação de autenticidade, na qual passamos a acreditar que o produto visto nas telas seja um reflexo da realidade. Os aparatos cinematográficos e as técnicas utilizadas nas filmagens, por meio de contrastes, cores, etc., nos induzem a pensar nessa relação. Muitos documentários passam por essa premissa, no intento de persuadir-nos sob um determinado ponto de vista sobre o mundo e a sua autenticidade, dando-nos uma sensação de realidade, a algo que foi mérito de uma produção. No entanto, para o autor,

Todo filme é um documentário. Mesmo a mais extravagante das ficções evidencia a cultura que a produziu e reproduz a aparência das pessoas que fazem parte dela. Na verdade, poderíamos dizer que existem dois tipos de filme: (1) documentários de satisfação de desejos e (2) documentários de representação social. Cada tipo conta uma história, mas essas histórias, ou narrativas, são de espécies diferentes (NICHOLS, 2010, p. 26).

A ficção está inserida no documentário de satisfação dos desejos, que expressam pesadelos, vontades, tornando visível o que está no campo da nossa imaginação. Já os documentários de representação social são os filmes de não ficção, representando um mundo que vivenciamos, uma realidade social, de acordo com a coleta feita pelo cineasta, assuntos sobre uma realidade passada, presente ou especulações do futuro: “esses filmes também transmitem verdades, se assim quisermos” (NICHOLS, 2010, p. 27).

Temos, também, a possibilidade do próprio cineasta, criador do filme, entrar em cena, fazendo parte como personagem, frente a câmera ou em voz-over, podendo ser somente escutado. Ao invés de persuadir os espectadores para um problema ou ponto de vista, a ênfase pode ser colocada para representar uma opinião pessoal, subjetiva, que parte do persuadir para expressar: “o que ganha expressão é o ponto de vista pessoal e a visão singular do cineasta. O que faz disso um documentário é que essa expressividade continua ligada as representações sobre o mundo social e histórico dirigidas aos espectadores” (NICHOLS, 2010, p. 41). Essas expressões pessoais do cineasta, ao representar temas sociais, são chamados de autorrepresentação, nos quais o diretor filma de acordo com as suas experiências pessoais, como

também dialoga com vivências de um grupo maior de pessoas (não somente o seu mundo pessoal) que o cineasta irá se reconhecer e representar.

Para Canevacci (2015), a divisão entre quem representa e quem é representado foi aos poucos perdendo suas forças, pois, com um maior acesso as mídias sociais, as pessoas tiveram a possibilidade de se representar:

as pessoas querem se representar, e não mais ser representadas. E, de qualquer lugar do mundo, elas têm os meios tecnológicos e condições culturais para fazer isso, para nunca mais conceder a um terceiro o direito de representá-las. Isso vem do desejo de cada um exprimir, de narrar sua própria história. Entra em cena, assim, a crítica ao status de ‘quem tem o poder de representar quem’ (CANEVACCI, 2015, p. 16).

Os filmes revelam representações que estão no campo da visão e na audição de um fragmento do mundo, eles representam o outro, uma parte de um mundo, com seus pontos de vista, seja de indivíduos ou de grupos. Ao fazer o filme, ao invés de selecionar atores, eles são substituídos por atores sociais, pessoas comuns. No tocante às representações, as pessoas envolvidas, os atores sociais articulam maneiras de formular suas estratégias de persuasão, “visando convencer-nos a aceitar suas opiniões. Quanto desses aspectos da representação entram em cena varia de filme para filme, mas a ideia de representação é fundamental para o documentário” (NICHOLS, 2010, p. 30).

A representação relaciona-se a postura ética no cinema documentário com as pessoas que são filmadas. Na ficção, os atores fazem o que é pedido, são remunerados pela sua atuação, existe um contrato entre os atores e a direção, já os atores sociais são indivíduos comuns, não atores, que “continuam a levar a vida mais ou menos como fariam sem a presença da câmera. Continuam a ser atores culturais e não artistas teatrais. Seu valor para o cineasta consiste não no que promete uma relação contratual, mas no que a própria vida dessas pessoas incorpora” (NICHOLS, 2010, p. 31). Cabe salientar que, ao tratar de documentário e atores sociais, se deve observar que normalmente ocorre uma certa modificação dos seus comportamentos in-natura, no decorrer das gravações, com isso, percebemos que a filmagem pode, de certa forma, alterar aquela realidade que se tem pretensão de representar (NICHOLS, 2010).

Para Bill Nichols, o documentário é produzido até os dias atuais, na maioria das vezes, em formato de entrevista, mesmo havendo hoje, uma forma mais complexa de produção de documentário, o auto reflexivo. Esse, por sua vez, deixa claro que o documentário é uma representação, na qual os diretores participam efetivamente da sua produção de sentidos, e não uma mostra da realidade, que predomine a neutralidade do diretor (COLUCCI, 2007).

Leroux (2008, p. 61) nomeia a autorrepresentação como uma narrativa de si, caracteriza um modo específico, que parte da autobiografia. Ela, por sua vez, “une, mascarando as dificuldades, a experiência íntima e a exposição pública, a ânsia de extravio e o rigor do compromisso com a verdade”, embora possua diversos significados e seja constantemente confrontada. Compreende-se que não se pode visualizar na autobiografia, na escrita de si, uma verdade única, bem como não é viável aceitar as afirmações nela contidas como algo definitivo, como se tivesse o poder de julgar para inocentar ou punir os culpados e inocentes, no caso aqui em questão da paternidade na Alienação Parental.

Nas palavras de Leroux,

a narrativa de si é a narrativa da relação consigo mesmo, e nela é possível destacar claramente dois elementos, dois pontos estratégicos que vão se tornar mais tarde objetos privilegiados do que se pode chamar de escrita da relação consigo mesmo: as interferências da alma e do corpo (as impressões mais do que as ações) e as atividades do lazer (mais do que acontecimentos exteriores) (LEROUX, 2008, p. 71).

Para que se possa desenvolver reflexões a respeito das narrativas de autorrepresentação dos diretores dos documentários (pais como genitores alienados da Alienação Parental), selecionados para a pesquisa, precisamos pensar sobre identidade, representação e diferença. Partimos do pressuposto que existe uma relação entre a diferença e a identidade, isto é, eu sou algo porque o outro não o é; assim, percebemos existir um apoio na negação, como exemplo, podemos citar os dois documentários que serão analisados: sou o genitor alienado (pai), logo, não sou o genitor alienante (mãe).

Stuart Hall (2014) acredita que a identidade é construída hierarquicamente, a partir de uma exclusão de alguma coisa, e de um binarismo. Como exemplo, podemos citar: homem/mulher, se sou homem, não sou mulher. Consoante com Canevacci (2015, p. 16), a autorrepresentação instaura um declínio nessas visões dicotômicas. “entre natureza e cultura, masculino e feminino, bem e mal, quem representa e quem é representado”. Com isso, abre-se espaço para que o diretor que está representando seja ele o representado, ocupando, assim, ele mesmo, esse lugar de quem e para quem se fala - é o caso dos documentários analisados *A morte inventada* e *Borrando a papá*.

Conforme Penafria, Santos e Piccinini (2015), é importante atentar para a bio-filmografia dos trabalhos dos cineastas, pois essas podem dar indícios de como as biografias deles podem estar influenciando as suas produções. Desta forma, ao observar as filmografias dos diretores, podemos ver que Alan Minas, além do *A morte inventada*, foi o diretor e roteirista do filme de ficção *A Família Dioni* (2017). O gênero é de comédia/drama, retrata um

adolescente chamado Kelton e a sua vida no interior de Minas Gerais com o pai e o irmão. Os três trabalham no canavial e fazem alguns bicos em feiras. O ponto chave do filme é ele sofrer com a falta da mãe que havia se “transformado”, abandonando, assim, sua família. Kelton tem medo, após se apaixonar pela sua colega, de sumir como a mãe. Isso, porque ele transpira muito e pode derreter, parte do realismo fantástico e lírico que o filme apresenta. Como percebemos, mais uma vez, a mãe não aparece, o que fortalece o discurso do pai, como no *A morte inventada*, salvo um caso apresentado de uma mãe alienada.

Já no documentário *Borrando a papá*, que analisaremos no terceiro capítulo, a diretora Ginger Gentile está prestes a lançar, ainda em 2019 o novo documentário *Erasign Family*, juntamente com o seu companheiro e responsável também pela produção, Gabriel Balanovsky. Trata sobre as famílias com suas histórias interrompidas, após os divórcios, as quais perdem, destarte, suas identidades e convívios familiares. Antes do documentário *Borrando a papá*, a diretora no ano de 2014 lançou o filme sobre o futebol feminino na Argentina, o *Mujeres com Pelotas*, que aborda os entraves encontrados pelas jogadoras, preconceitos e julgamentos relacionados ao gênero e ao esporte. Os filmes da diretora voltam-se a questões de gênero e suas peculiaridades, abordam suas lutas e desafios, e estão focadas nas suas duas últimas produções nas questões do masculino e a paternidade, que estão disponíveis no site².

O cinema aborda as questões pessoais e sociais do dia a dia com maior abrangência por conta da facilidade ao acesso e sua transmissão para grande parte da população. A arte abre-nos caminhos para a imaginação, subjetivação e projeções perante ao que estamos assistindo. Pensar os documentários selecionados no presente trabalho, na abordagem do estudo sobre a paternidade na Alienação Parental, fez conhecer como os diretores representam e apresentam, as particularidades de diversos casos reais inseridos nos filmes. Portanto, tornou-se possível desenvolver os objetivos por meio da arte, que consoante a Santos (2005), o cinema trabalha com a imagem, tempo e som, com isso, as dimensões espaciais são intensificadas, tornam-se “palpáveis” e possíveis de serem sentidas.

Durante a pesquisa, encontramos somente uma tese que aborda documentário e a Alienação Parental. Edna Maria Galvão de Oliveira (2011), em sua tese sobre a família e as questões parentais da Alienação Parental, baseou-se nos depoimentos de pais e filhos alienados da obra *A morte inventada*. Essa autora afirma que os conflitos conjugais mal resolvidos e as lutas na Justiça para concessão da guarda acabam, culminando na Alienação Parental, afetando a memória das pessoas envolvidas. Oliveira relata também que a mãe possui a guarda do filho

² Site da diretora do *Borrando a papá*, Ginger Gentile: <https://www.gingergentile.com/>

na maioria dos casos, e esse poder, juntamente com sentimentos de frustração, devido também a algumas mulheres não aceitarem o fim da relação, pode fazer com que elas utilizem o filho como ferramenta de vingança, no intento de romper o laço afetivo entre pai e filho, afetando a todos os envolvidos.

Segundo com Oliveira (2011), os profissionais do Direito de Família, da Psicologia e Assistência Social devem interferir e defender o direito da criança e adolescente, evitando a Alienação Parental, que traz prejuízos à memória parental devido geralmente, a falta do afeto paterno. Esse afastamento intencional pode levar a multas e outras penalidades, conforme descrito na lei 12.318/10. Portanto, a Alienação Parental afeta a relação entre o genitor alienado e o filho, além de dificultar a construção de laços sociais, devido ao afastamento total, como a dificuldade de o filho perceber os discursos distorcidos realizados pela mãe, resultando em uma possível implantação de falsas memórias. Os pais da contemporaneidade, desejando vivenciar plenamente a paternidade, lutam na Justiça pelo direito de visitas, como também para obtenção da guarda compartilhada³, em que, de acordo com a lei, a guarda compartilhada deve ser a regra, a primeira opção do juiz (BRASIL, 2014).

Como se pode perceber, a tese citada acima, embora tenha selecionado para sua pesquisa o documentário *A morte inventada*, não se ateve aos seus aspectos cinematográficos, nem às teorias do gênero documental. No entanto, deu vazão para a análise dos depoimentos de filhos e pais encontrados no filme, relacionando-os com as características da Alienação Parental e suas consequências para os genitores alienados, alienadores e os filhos menores de idade. Isso reforça a importância do trabalho interdisciplinar desenvolvido, abrangendo as teorias do Cinema, Psicologia e Direito.

1.2 Psicologia e a Alienação Parental: o papel da paternidade

O fenômeno Alienação Parental começou a ser estudado nos Estados Unidos, em 1985, posteriormente na Europa e, recentemente, no Brasil, com base especialmente nos estudos realizados pelo psiquiatra Richard Gardner (2002). Ele considerou a Alienação Parental como uma síndrome nos anos 1980, enquanto pesquisava distúrbios oriundos de famílias que estavam em conflito (CORREIA, 2012). Comumente, ao se referir a respeito do comportamento que o alienador possui diante da alienação, percebemos que este tem dificuldade de identificar os seus erros e de considerar outro ponto de vista que não seja o seu, embora se sinta vítima do

³ Guarda compartilhada: Lei Nº 13.058, de 22 de dezembro de 2014

comportamento do cônjuge. Com isso, o genitor alienador não respeita regras judiciais, colocando-se como vítima de toda situação. Para fortalecer seus pensamentos, elabora falsas memórias que, pela insistente repetição, confundem-se com a verdade, transmitindo-as para os filhos (CABRAL, 2014).

Ocasionalmente, consoante Nayara Finholdt Shimaru Almeida (2016), quando o relacionamento se desfaz e um dos sujeitos começa a se fragmentar, passa a surgir a vingança, uma fúria que não tem espaço para pensar nas consequências, nem nos filhos. A paixão, por vezes, pode ser enlouquecedora, em que os corpos e a psiquê acabam perdendo os seus limites. O autor afirma ainda que as pessoas, presas nas suas feridas narcísicas, tendem a confundir seus limites egóicos com os dos filhos, buscando a vingança como alternativa, com ou sem intenção, intimando o judiciário estabelecer uma norma, por intermédio da Lei da Alienação Parental, no intuito de sanar os problemas instalados dos limites psíquicos perdidos.

Desta forma, tem se expandido o número de falsas denúncias de práticas incestuosas, podendo ocasionar o enfraquecimento e/ou rompimento do vínculo afetivo entre o genitor alienado (o qual está sendo humilhado e menosprezado pelo genitor alienante) e o filho. Outrossim, corremos o risco de camuflar a existência de abuso sexual, deixando o abusador livre (DUARTE, 2010). O ato de camuflar possui um grau de alta complexidade, que torna indispensável o olhar interdisciplinar sobre o tema, a fim de que se preservem os laços afetivos, minimizando os conflitos gerados, se avaliados precocemente.

Maria Antonieta Pisano Motta (2007) relata que a criança vítima da alienação poderá ter consequências negativas no seu desenvolvimento psíquico, pois a ausência injustificada de um dos pais na sua vida é capaz de lhe causar dúvidas, anseios, prejuízos para sua formação da personalidade, devido à falta de cuidado, afeto e proteção. Outro dado, salientado por Motta, é a possibilidade da ocorrência da parentalização, explicado pela psicóloga, quando os papéis dos pais e filhos são invertidos, situações as quais os filhos sentem a necessidade de cuidar dos seus pais por se sentirem frágeis e vítimas da situação.

Versando sobre a Alienação Parental, deve-se recordar que um dos objetivos ao criar um filho seja o de proporcioná-lo gradativamente um sentimento de segurança: “Deve existir no íntimo de cada criança uma crença em algo; não só algo que é bom, mas algo que é confiável e duradouro, ou que se recupera depois de ter sido magoado ou de se ter consentido que perecesse” (WINICOTT, 1999, p. 102). Geralmente, os pais oferecem segurança ao extremo para os seus filhos pequenos, embora eles necessitam sentir essa segurança, mas ela deveria estar em uma dose mais harmônica. Os pais que conseguem chegar a esse ponto de equilíbrio disponibilizam para as crianças um lar coeso e, caso os pais se separem, é natural que os filhos

sofram. Entretanto, “as crianças descobrem na segurança uma espécie de desafio, um desafio que consiste, para elas em provar que podem escapar dele” (WINNICOTT, 1999, p. 101).

Para abordar as características do perfil de personalidade das mães alienadoras, a psicóloga e psicanalista Fabiana da Motta Damiani (2012) discorre que geralmente são mulheres frágeis, com intensa ansiedade de separação, simbióticas e instáveis; já os pais alienados apresentam traços de depressão, imaturidade e sentimentos de desesperança; e os filhos demonstram características de imaturidade, medo, solidão, tristeza e dependência emocional. Cabe ressaltar que, ao aplicar, em seu estudo, os instrumentos de avaliação psicológica: “Hora do Jogo” e “Teste das Fábulas”, notou que durante as entrevistas com as crianças, elas tentaram controlar seus comportamentos, apresentando pobreza afetiva, pensamentos racionais demais para a idade, com nível de criatividade e simbolização reprimidos.

Conforme a psicanalista Lenita Pacheco Lemos Duarte (2010), como consequência dos atos de Alienação Parental provocados pelo genitor guardião, estão situações em que o genitor alienado se sente impotente e humilhado, acreditando que não possui capacidade para educar os filhos e, portanto, muitas vezes acaba se afastando deles, como uma forma de evitar a angústia sentida com esse contato. Um dos pontos citados pela neuropsicóloga Ana Katarina Melo (2013) como favoráveis para que o alienador consiga incutir falsas memórias na criança e/ou adolescente contra o genitor alienado, é o tempo de afastamento do genitor que não está com a guarda. Normalmente, os pais, imersos nos seus próprios conflitos, esquecem de olhar para o filho que vivencia e sofre com o afastamento de um dos pais que ama, podendo causar, assim, insegurança e desestabilidade no menor.

As maiores vítimas diretas da Alienação Parental são os filhos, pelo seu estado de vulnerabilidade, tendo o seu direito de convivência por muitas vezes violado. O genitor alienado também é vítima da alienação. Esse processo gera danos que podem influenciar em perdas de valores essenciais da pessoa, como sua identidade familiar, afeto e solidariedade. Os filhos menores de idade, vítimas da alienação parental apresentam comportamentos de medo, ansiedade, depressão, isolamento, mudança de humor, insegurança, tristeza, desorganização, dificuldades escolares, pouca tolerância à frustração, irritabilidade, culpa, tendência ao uso de álcool e drogas, podendo em casos extremos chegar ao suicídio (SCHAEFER, 2014).

Conforme afirma a psicóloga Féres-Carneiro (1998), os filhos saberão lidar melhor com a separação dos pais, com menos sofrimento, de acordo com a maneira como os pais conduzam esse processo, separando o que é conjugalidade (a relação do casal) da parentalidade (responsabilidade dos pais com os filhos), podendo assim, transmitir aos filhos que as funções

da parentalidade, as qualidades maternas e paternas, envolvendo amor e cuidado, serão mantidas. Grzybowski (2011) corrobora com a ideia de que a parentalidade precisa continuar a ser exercida após a separação dos pais, pois os genitores permanecem na obrigação de educar e zelar pelos filhos. Entretanto, essa é uma das grandes dificuldades dos casais – exercer as funções que os competem –, principalmente nos processos litigiosos, devido à forte carga emocional de conflito, intrigas, que os envolvem com a ocorrência da separação.

Ademais, para a psicóloga e psicanalista Motta (2007), o alienador que acusa o outro genitor de maus tratos com o filho acaba sendo ele mesmo quem mais causa danos, pois ao iniciar os atos de Alienação Parental, o que acontece é um verdadeiro abuso psicológico nos filhos, sendo chantageados e induzidos a rejeitar um dos seus pais, sem qualquer motivo legítimo que seja justificável. A psicanalista ainda salienta que o genitor alienado não deve esquecer que uma relação baseada no amor verdadeiro é mais sólida que uma baseada no medo.

Ao abordar a temática da Alienação Parental, alguns pesquisadores focaram na construção de instrumentos para facilitar a sua identificação, e possível aplicabilidade, posteriormente. De acordo com Simone Maiorki (2014), devido ao crescimento dos divórcios, as avaliações psicológicas de custódia também tiveram aumento. Investigando a eficácia de um protocolo de avaliação psicológica nas disputas de guarda, foram identificados casos de estresse na fase de: exaustão; depressão grave; alienação parental grave; abuso sexual e transtorno de conduta. Observou-se, também, que a guarda ainda permanece na maioria das vezes com a mãe.

Everline Bedin Camargo (2014) construiu e validou uma escala de medida para comportamentos que configuram a alienação parental, a EAP (Escala de Alienação Parental), contendo 59 itens, observando o seu respectivo grau de gravidade e utilizando conceitos de pesquisadores renomados na área e na lei 12.318/10. Na mesma linha de pensamento, Fernandes (2015) formulou um roteiro com 45 questões como apoio ao avaliador quando coletar dados para a Escala de Alienação Parental (EAP), propondo medir os comportamentos que configuram a Alienação Parental nos cuidadores ou pais, relacionados aos filhos.

No entanto, embora tenhamos estudos a respeito de instrumentos para a avaliação de casos, e outros que abordam as características da Alienação Parental, Adalgiza Mara Correa (2016) buscou revisar, na obra de Richard Gardner, se o conceito da Alienação Parental, a legislação brasileira e suas intervenções realizadas, atentando-se às críticas relacionadas à sua teoria, e os argumentos a favor e contra, no quesito de inserção da síndrome da Alienação Parental nos manuais diagnósticos. Correa (2016) relata a existência de falta de conhecimento integral da obra de Richard Gardner pelas pessoas (autores) que abordam o tema, como também, o recente levantamento sobre o fenômeno, poucos e insuficientes experimentos que envolvam

intervenções a respeito, achando importante reformular a legislação embasadas em critérios científicos.

Vale ressaltar que a Alienação Parental pode ser classificada como Síndrome da alienação parental, ocorrendo o agravamento de tais comportamentos já mencionados, o filho alienado passa a acreditar nas manipulações do seu genitor e se afasta do genitor alienado. Como uma das consequências, pode ocorrer alterações psicológicas, necessitando do encaminhamento do filho para o tratamento psicológico e/ou médico. Por conseguinte, faz-se necessário a avaliação de uma equipe multidisciplinar, que tem por objetivo evitar que a criança ou adolescente seja novamente vitimado pelo término do relacionamento dos pais. Pois, por mais que o fim de um relacionamento possa ser feito de forma saudável, a rotina é modificada, e a criança sente a falta do genitor que não se reside mais em casa, levando um tempo para se adaptar a essa mudança (SCHAEFER, 2014).

Portanto, a avaliação multidisciplinar efetuada por profissionais da psicologia, psiquiatria e assistência social se torna indispensável no quesito de afirmar a Alienação Parental e, principalmente, para assegurar a melhora na qualidade de vida do menor. O magistrado também possui um papel importante nesses casos, que se vale da sua experiência profissional e de laudos periciais de diversos profissionais para uma melhor condução do caso (CORREIA, 2012).

Dando continuidade ao trabalho adentraremos em discussões a respeito da paternidade, que se faz presente nessa arena de conflitos conjugais e familiares, podendo ocasionar a Alienação Parental. A figura do pai, até poucas décadas, era relacionada apenas com o provedor financeiro do lar e também simbolicamente representava a lei-autoridade naquela determinada família (SILVA; PICCININI, 2007). No entanto, como dito, com a ampliação dos debates sobre questões de gêneros e mais outras conquistas feministas, sempre aliadas à igualdade de direitos, surge um novo paradigma na forma de concepção de família (há famílias heteronormativas, homoafetivas, monoparentais) e, dessa maneira, as visões sobre a paternidade estão sendo desmistificadas e ressignificadas. Com isso, segundo Lima (2012), devido ao elevado número de uniões homoafetivas, da mesma forma que sobressaem as características da não reprodução da sexualidade, surge a imposição para a implementação dos direitos considerados os mais antigos da conjugalidade, que são: “coabitação, partilha de patrimônio e herança, e exercício tanto da paternidade quanto da maternidade” (LIMA, 2012, p. 498).

Conforme Milena da Rosa Silva e Cesar Augusto Piccinini (2007), os papéis sociais que vão sendo direcionados aos homens e mulheres estão em constante mudança, com isso, trazem novas perspectivas e análises para as crenças e, principalmente, para o perfil e atitudes sobre os

pais e as mães no contexto familiar e na criação dos filhos. Os autores informam que, atualmente, a definição da paternidade está diretamente relacionada às atividades que antes eram vistas como tipicamente femininas, no campo da maternidade. Tais mudanças ocorreram após importantes movimentos sociais, como o feminista, o qual as crianças foram desenvolvendo-se de outra forma, no sentido de as mães estarem mais ausentes nos lares, necessitando a inserção de estranhos que cuidem de creches, ou então, da presença incisiva dos pais que eram mais ausentes. As mulheres começaram se inserirem no mercado de trabalho, o homem passou a ter um papel mais flexível dentro do seu lar, como também o crescente número de divórcios e pais que não detém a custódia dos filhos.

Tais fatos impulsionaram à construção do conceito de envolvimento paterno. Para Silva e Piccinini (2007), uma das definições mais claras e bem aceitas características de envolvimento paterno, são a interação, a responsabilidade e a acessibilidade. A primeira, interação, discorre sobre o contato, cuidados e atividades com o filho. A segunda, a responsabilidade, relaciona-se aos compromissos, os deveres enquanto pai, que garanta os cuidados e recursos necessários para o filho, como exemplo, a alimentação, escola, lazer, roupas, consultas. E, por último, a acessibilidade, seria a disponibilidade psicológica e física, facilitando a interação entre pais e filhos. Pertencem também a paternidade, as ansiedades, os planos e as preocupações (SILVA; PICCININI, 2007).

De acordo com Hennegen e Guareschi (2002), a paternidade é construída continuamente em um processo de tensão entre o indivíduo, seus desejos, significados, vivências e a cultura na qual está inserido e é parte de uma construção que não se finda. As produções culturais acabam subjetivando os sujeitos, estando a mídia, pelo seu poder de abrangência, exercendo um papel importante para a sociedade ao discutir diversos assuntos que estão em voga. Segundo as autoras, a paternidade, sendo assim construída, de acordo com as crenças subjetivas e populares, não é um fenômeno natural, mas possui um papel importante no desenvolvimento do filho. Entretanto, com o surgimento de inúmeras separações e tendo como consequência por vezes o afastamento do pai, alguns pesquisadores começaram a investigar quais seriam os efeitos da sua ausência, embora estudos a respeito desta temática não sejam muito enfatizados.

Dor (1991, p. 33), ao discorrer acerca do papel da paternidade, questiona: “Será preciso que haja necessariamente um homem para que haja um pai?”. E logo mais, ele responde: “Não é preciso que haja necessariamente um homem para que haja um pai” (DOR, 1991, p. 42). As autoras Hennigen e Guareschi (2002) relatam que os homens querem exercer uma paternidade que envolva carinho, intimidade, mas que ao mesmo tempo, se sentem às vezes, desconfortáveis ao ocuparem esse lugar. Quando o pai aparece na mídia, geralmente está associado ao provento

financeiro, à educação moral, ao contrário da mãe, que ocupa o espaço afetivo, do cuidado. O pai também aparece como aquela figura que só atrapalha, não estando presente o seu afeto, e geralmente mais ausente do lar, devido a sua jornada de trabalho. E, quando relacionam o pai com o filho, a figura paterna se faz presente na maioria das vezes, somente nas brincadeiras.

Portanto, a paternidade faz parte de uma construção realizada no contexto sócio-cultural em constante mudança, devido a sua experiência ser implicada as normatividades institucionais e sociais. As autoras problematizam a maneira que a paternidade vem sendo representada pela mídia no decorrer das décadas:

Que discursos a mídia está produzindo sobre/para os pais? Pode-se dizer que a forma como o pai vem sendo retratado se alterou profundamente nas últimas décadas: basta comparar o pai da série Papai sabe tudo, dos anos 50/60, e Homer, o pai ‘bobão’ da série Os Simpsons, dos anos 90. Contudo são raros os estudos que buscam investigar o que está circulando sobre os homens no contexto familiar” (HENNIGEN; GUARESCHI, 2002, p. 56).

De acordo com Rudinesco (2003), a paternidade foi afastando-se do papel autoritário o qual ocupava, passando por diversas fragmentações. Esse pai dominador começou a exercer uma paternidade mais ética, dando espaço assim, a uma nova paternidade. Sendo assim, a autora também pontua que a união entre o casal, a partir do final do século XIX, passou a ser mais devido ao sentimento amoroso entre os sujeitos, e não mais arranjado e por interesses como antigamente, conseqüentemente, tornando o casamento mais tardio, por volta dos vinte e poucos anos. “Um bom casamento civilizado suponha a obrigação de uma sexualidade normalizada, centrada tanto no coito como no orgasmo e na procriação” (RUDINESCO, 2003, p.98).

Segundo Rudinesco (2003), por volta de 1938, o homem perdeu o poder soberano sobre a sua esposa, mesmo ainda mantendo o poder total sobre os filhos, e no direito de decidir se a mulher poderia trabalhar ou não. Tornou-se assim, o chefe da família, a pessoa que supria as necessidades na saúde, alimentação, etc. A família transformou-se em um meio de alcançar uma política de controle, a qual servia para prevenir problemas sociais e psicológicos. Surge então uma

noção de ‘carência paterna’, isto é, da ausência do pai nas situações de divórcio, em que a criança era confiada à mãe. Teorizou-se enfim a noção de ‘renúncia da figura paterna’ para dar conta das situações nas quais o pai era julgado inapto a assegurar uma presença real junto aos seus em função de um trabalho que o afastava do lar conjugal (RUDINESCO, 2003, p. 102-103).

Refletindo sobre a citação anterior, do afastamento do pai devido as suas atividades laborais, partimos para uma questão prática da paternidade, o tempo permitido para o convívio com o seu filho recém-nascido, como também a parceria com a mãe nos primeiros meses de vida do bebê, a partir da licença-paternidade. Assim, Socorro (2017) relata que a licença-paternidade e a licença-maternidade partem de leis que regulam essas licenças no Brasil escritas na Constituição Federal de 1988, nos artigos 10 e 7, respectivamente. Estes consideram que o homem tem direito a se ausentar das atividades laborais por cinco dias, e a mulher por cento e vinte dias, fato que problematiza a questão do quanto a paternidade ainda é vista como atribuição materna, como se somente a maternidade fosse necessária nos primeiros meses do recém-nascido (SOCORRO, 2017).

Portanto, por mais que o pai queira participar mais efetivamente nos cuidados com o filho e desenvolver seus vínculos afetivos, ele de certa forma é impedido. E pode ser um espaço temporal importante que reforça as características ao longo dos anos, de um pai provedor e da mãe como cuidadora. Dessa forma, cedendo, na maioria dos casos, a guarda do filho à mãe, facilitando, posteriormente, a ocorrência da Alienação Parental, por parte da genitora.

Discutir a respeito da Alienação Parental e da paternidade leva, inevitavelmente, a refletir sobre alguns pontos pertencentes a família. Como as relações acontecem no âmbito familiar, a convivência com os integrantes da família, e como ela é constituída, torna-se importante ressaltar, que o modelo de família tem sofrido alterações ao longo dos tempos, deixando de ser único, universal e rígido, passando a admitir diversas formas das pessoas se relacionarem, tornando o tema "família" um campo fértil para o pensamento humano que envolve questões religiosas, éticas, morais, econômicas e sociais (SCHAEFER, 2014). Segundo Lobo (2008), a palavra família possuía outro significado na Roma antiga, que não era para descrever um casal e seus filhos, e sim, um grupo de escravos (*famulus*) pertencentes a um mesmo homem. Em vista disso, quando se busca conceitos a respeito do termo família, é intrínseco observar e considerar o momento histórico em que está relacionado.

Em conformidade com Correia (2012), a família, por meio do primeiro Código Civil da República, tinha por objetivo a conservação de valores agrários e patrimonialistas. Mas, com o passar dos anos, alguns avanços na legislação foram ocorrendo, por exemplo, a Lei n. 4.121/62, que permitia a mulher a capacidade civil plena, chamado de Estatuto da Mulher Casada, tendo em vista que, antes disso, as mulheres precisavam de autorização do marido para que pudessem trabalhar, além de serem consideradas relativamente incapazes. Outra mudança ocorrida refere-se ao Código de 1916, trazendo à tona a relevância da função do marido, preocupando-se mais com o círculo social familiar do que a nação.

Do ponto de vista social e jurídico, à família era atribuída a masculinidade em duas funções: a de pai e a de marido. A primeira, como pai, tinha-se a visão de que esse era quem tomava as decisões e detentor do poder e da autonomia, como exemplo, o domicílio familiar era pertencente ao marido, devendo proteger, sustentar e exercer a sua autoridade no lar. Entretanto, para as mulheres cabiam as funções maternas, que eram referentes a procriação e estruturação, além de cuidados com a vida doméstica e familiar (CORREIA, 2012).

Para Schaefer (2014), tendo como base as ideologias patriarcais, por trás da constituição das famílias havia muito poder político e econômico, não sendo alicerçado mediante a afetividade. A família era uma instituição sólida, unida pelas bênçãos do matrimônio e representante da moral e dos bons costumes, por isso, era inviável pensar no divórcio. O núcleo da família era o homem, considerado como o chefe. O homem, por ser rígido, em que pouca demonstração de sentimentos significava a virilidade, e a mulher, concebida como um ser destinado para a maternidade, por pensar nela como um ser puro e sentimental.

Mediante as mudanças constantes na sociedade, principalmente com o advento e crescimento do capitalismo, a modernidade, globalização e a Constituição Federal de 1988, as ideias de igualdade e democracia influenciaram de forma direta nas relações interpessoais. A formação da família começou a ganhar novas formas, pluralidades e edificadas pela afetividade, deixando de ser uma instituição que buscava somente o fortalecimento econômico e patrimonial.

Durante as últimas décadas, outras áreas de conhecimento buscaram rever as teorias sobre família. Como exemplo, para os antropólogos, elas eram múltiplas, de acordo com a diversidade de suas circunstâncias históricas e de cada região, ao contrário do que se imaginava, da família patriarcal. Outro dado importante é que o número de famílias nucleares (casais heterossexuais) com filhos biológicos está cada vez menor. As taxas de fecundidade e de casamento, desde os anos 1965, diminuíram cerca de 40% nos países ocidentais. O casamento legal em diversos países, como exemplo da Suécia e da França, passou a ser visto como formalidade, e aproximadamente 50% das crianças nascidas foram consentidas fora do casamento, simultaneamente, os divórcios também tiveram um aumento considerável. Assim sendo, elevou-se o número de famílias monoparentais, existindo mais filhos que vivem apenas com um de seus pais (LIMA, 2012).

Em relação ao direito e a concepção de família, Cassetari (2013) pontua que,

em razão da constitucionalização do Direito Civil, temos que interpretar o Código Civil à luz da Constituição Federal. No Direito de Família isso não é diferente, pois uma das consequências disso é verificar que o conceito de família é plural, não

existindo entre as várias formas nenhum tipo de hierarquia, pois todas são amparadas pela Carta Magna (CASSETARI, 2013, p. 444).

Ao argumentarmos a respeito da liberdade de escolha para constituir uma família, é possível associá-la ao aumento dos divórcios e das reconfigurações familiares. Com isso, as separações podem ser vistas como uma ruptura de um amor romântico, mas não necessariamente problemático, no qual o casal, opta pelas suas realizações pessoais, não mais juntos: “nessa ótica, a família é entendida como algo funcional, uma vez que tende a proporcionar a cada um de seus membros as condições necessárias ao desenvolvimento pessoal” (LIMA, 2012, p. 465).

Atualmente, a família baseia-se não apenas na vinculação de sangue, mas, principalmente, nos vínculos de afetividade. Enquanto haver afeto entre as pessoas existirá família, unida pelo laço de liberdade e responsabilidade, consolidada na colaboração, solidariedade e comunhão de vidas. A tendência da família contemporânea, do ponto de vista sociológico atual, é tornar-se, cada vez menos, um grupo organizado (de acordo com o modelo patriarcal), ou seja, legitimada apenas na configuração de família nuclear, distante de padrões rígidos, independentes de laços de consanguinidade e cada vez mais baseada em laços afetivos. Quando não houver solidariedade e afetividade, provavelmente, não haverá mais família (SCHAEFER, 2014). Em conformidade com Correia (2012), partimos do pressuposto que é na família que se começa a aprender sobre valores, e em que surge a primeira organização social, decorrendo os conflitos iniciais e a formação da personalidade. A família segue em constante mudança, mesmo existindo uma questão similar, que é a vontade do homem em conviver com os demais.

Ocorreram diversas mudanças no Código Civil de 1916 para o de 2002; uma delas foi em relação à constituição de família, que só era legítima por intermédio do casamento, pois, até 1988, a união estável, ou qualquer outro tipo de casamento não eram reconhecidos. Porém, em 2002, outras formações de família foram legitimados, seja ela vinda da união estável, família homoafetiva ou monoparental. Os homens e as mulheres agora têm igualdade de direitos; como também a igualdade passou a existir entre os filhos; o casamento é dissolúvel, ou seja, as pessoas conquistaram a autonomia para uma possível separação, se assim desejar; e não mais apenas os vínculos biológicos consistem na parentalidade, mas sim, os vínculos afetivos, trazendo consigo todos os direitos e deveres (CASSETARI, 2013).

Notamos, conforme Melo (2013), que o casamento dos dias atuais é baseado na afetividade (como já mencionado) e na vida sexual do casal, não priorizando a procriação, como assim o era. O entendimento de casal foi ampliado, tendo o casal de pares iguais, os mesmos

direitos dos casais heterossexuais, visto que não existe diferença nem na Lei e nem na Carta Magna, ao sexo do casal. Sendo assim, não haveria impedimento legal, caso não fosse as barreiras construídas pelo preconceito, para esses casamentos. Em harmonia, Canevacci (2015) discorre sobre as questões de gênero, afirmando que:

O feminino e o masculino já não são mais percebidos como uma divisão definida biologicamente. O gênero é visto como uma construção cultural que não comporta mais uma lógica binária, dualista. Entende-se que é possível ter uma multiplicidade de experiências sensuais eróticas (CANEVACCI, 2015, p. 19).

Com todos os atravessamentos que a família vem experienciando, sua nova concepção deixou de ser uma mera instituição social para simbolizar a união entre as pessoas que buscam construir uma história junto, a crescer, ter ou não filhos, viajar, enfim, aproximar-se um pouco da tão idealizada felicidade. Além disso, os cônjuges, tanto o homem quanto a mulher, agora possuem o direito de manifestar os seus sentimentos e também as frustrações que surgem no convívio diário com o parceiro (MELO, 2013).

Sabemos que casal interage de acordo com a busca da satisfação de suas necessidades conscientes e inconscientes individuais que se complementam, de modo a obter a satisfação. Ou seja, as atitudes de um adulto em relação ao outro, principalmente entre os cônjuges, e deles com os filhos, estão relacionadas às suas experiências infantis. Todavia, em casos de relações doentias, as satisfações dão espaço para agressões que podem chegar a níveis graves, mediante a violência velada ou explícita, gerando baixa satisfação e sequelas emocionais. Ao sentirem que não conseguem mais prosseguir com o casamento, há o divórcio, esse que agora é menos visto como algo arbitrário e impensável (GAUER, 2015).

A partir de Rudinesco (2003), refletimos a diferença existente entre a família de antigamente e a família de hoje, relacionando respectivamente, ao poder que predominava e a ordem que representava, ao passo de entendê-la com aspectos mais frágeis, marcadas por afetos e desafetos, entre seus membros. Assim, a autora diz:

À família autoritária de outrora, triunfal ou melancólica, sucedeu a família mutilada de hoje, feita de feridas íntimas, de violências silenciosas, de lembranças recalçadas. Ao perder sua auréola de virtude, o pai, que a dominava, forneceu então uma imagem invertida de si mesmo, deixando transparecer um eu descentrado, autobiográfico, individualizado [...] Heróico ou guerreiro, o pai dos tempos arcaicos é a encarnação familiar de Deus, verdadeiro rei taumaturgo, senhor das famílias. Herdeiro do monoteísmo, reina sobre o corpo das famílias e decide sobre os castigos infligidos aos filhos (RUDINESCO, 2003, p. 21).

A autora ressalta também que, ao passo que a frustração sexual entre o casal diminuía, por outro lado as separações se tornavam mais comuns, e a família antes nuclear, reduziu-se para uma díade conjugal (relacionamento do casal, sua conjugalidade), incansavelmente reestabelecida. Pensava-se que a família iria se extinguir, diante de comentários de rejeição proferidos pela própria sociedade, na qual, alguns afirmavam odiar as famílias, e com isso, a família passou por “uma revolução dos costumes que consistiu ora em desejar, ora em temer a morte da família” (RUDINESCO, 2003, p. 146).

A partir dessas constantes mudanças relacionadas a família, e a respeito das separações, no Brasil, o divórcio regulamentou-se somente no ano de 1977 e, a partir disso, produziu um novo espaço para os novos arranjos familiares. Em 2007, os divórcios começaram a ser realizados em cartório, quando consensuais e sem filhos menores, diminuindo a burocratização aos que desejavam a separação. Segundo dados do IBGE, coletados desde 1984 a respeito de números de divórcios no Brasil, identificou-se um considerável aumento de 200% no ano de 2007, comparado ao primeiro ano de pesquisa. Ou seja, a cada quatro casamentos um estava sendo desfeito, além disso, na maioria dos casos, os filhos eram menores de idade (MOREIRA; RABINOVICH, 2011).

Os valores a respeito do fenômeno do divórcio também tiveram suas nuances, constatamos isso observando o contexto sócio-histórico do divórcio e as mudanças na legislação. Em um estudo realizado nos Estados Unidos, foi possível elencar algumas características dessas fases: entre 1900 a 1960, era considerado como um problema social; dos anos 1960 a 1980, houve o maior crescimento nas taxas de separações, após ser abolido a noção de culpa, embora alguns estudos apontavam as consequências negativas para os filhos dos casais divorciados. Após esse período, no final do ano 1980, essas taxas diminuíram, e as pesquisas focaram em outros fatores envolvidos na separação, tais como as perdas e os ganhos, para a parentalidade, no fim do casamento (MOREIRA; RABINOVICH, 2011).

Segundo os autores,

O termo parentalidade foi usado pela primeira vez, em 1961, por Paul-Claude Recamier, psiquiatra e psicanalista francês, permanecendo em desuso por mais de 20 anos. Reapareceu em 1985 com René Clement, no estudo de uma das mais severas patologias da parentalidade: as psicoses puerperais. A partir da década de 1980, no Brasil, passamos a usar o neologismo, traduzido do termo francês *parentalité* (Houzel, 2007). A parentalidade é produto do parentesco biológico e do tornar-se pai e mãe. Esta concepção de parentalidade oferece uma compreensão para as configurações familiares contemporâneas, que apresentam um novo desafio para os profissionais que atuam, sobretudo, nos campos da Psicologia, do Direito e da Educação (MOREIRA; RABINOVICH, 2011, p.117, grifo dos autores).

Portanto, o termo parentalidade pende a distanciar o de família, pois a parentalidade não difere a função paterna da materna, pai e mãe, e sim, busca uma igualdade entre eles. Essa mudança surge historicamente, com as leis visando a legitimar uma divisão de tarefas e responsabilidades, além da autoridade, na relação entre pais e filhos: “se, por um lado, a parentalidade é convocada para legitimar novos laços familiares, por outro, ao oferecer-se como PARA TODOS produz um efeito de homogeneização, normalização e diluição das diferenças no campo da família” (MOREIRA; RABINOVICH, 2011, p. 161, grifo dos autores).

As pesquisas a respeito da prática da parentalidade nas famílias contemporâneas estão sendo cada vez mais importantes para o entendimento a respeito das diversas modalidades de formação de casais, sendo eles heterossexuais, LGBTs, ou monoparentais, dando “origem a novas configurações familiares que, muitas vezes, escapam ao que está formalmente estabelecido pelo contexto social e pela legislação” (MOREIRA; RABINOVICH, 2011, p. 199). Para os autores,

o nascimento de um filho não determina automaticamente a constituição das funções parentais, estas requerem um processo delicado de reordenamento simbólico. E as funções parentais não estão determinadas pelos aspectos biológicos daqueles que constituem as figuras que haja um homem e uma mulher no exercício das funções e tampouco a existência de pai e mãe conformam naturalmente as operações fundamentais necessárias à constituição subjetiva. Na família, não há garantias (MOREIRA; RABINOVICH, 2011, p. 159).

Em alguns casos, os pais demonstram dificuldades para estabelecer um relacionamento maduro e estável, tendo em vista suas relações anteriores, centradas em perdas precoces, conflitos e ambivalências, sendo os vínculos estabelecidos pelos indivíduos frágeis, instáveis e sujeitos a rupturas. Corroborando com Schaefer (2014), a ocorrência da Alienação Parental se dá quando os afetos entre o casal, que tem como base a felicidade da família, se desgastam e se rompem, ficando mais evidentes com o fim do relacionamento do casal, em que costumam ser desencadeados, quando um dos genitores não aceita o fim da relação e não entram em consenso quanto à guarda dos filhos.

De acordo com Correia (2012), os comportamentos que configuram a Alienação Parental são colocados como responsáveis pelo cenário que encontramos famílias em ambientes conflituosos, disputando a guarda de seus filhos, além de diversos sintomas psicológicos negativos para o menor, o genitor alienado, e também ao genitor alienante. Embora os pais que detenham a guarda do filho sejam predominantemente os que praticam a Alienação Parental, outros personagens como avós, tios, madrastas ou padrastos podem influenciar direta ou indiretamente. Ademais, o divórcio dos pais não significa que os filhos serão infelizes. Diversos

estudos revelam que um lar desfeito é mais favorável do que aquele com infelicidade (GAUER, 2015, p. 08). Corroborando com Rudinesco (2003), “a família do futuro deve ser mais uma vez reinventada” (RUDINESCO, 2003, p. 199).

1.3 O Olhar do Direito para a Alienação Parental

O ser humano, antes de agir, parte das suas normas fundadoras, tais como o costume, a religião, a língua e a lei, sentindo-se assim, seguro, e a partir dessas ordens, coloca-as em ação, mesmo que de maneira contestadora. Para tanto, essas normas, a lei e o direito, atuam em uma maneira de viver a meio do “‘real’ e o ‘simbólico’”, numa vida que é, de fato, a mescla dinâmica entre essas duas dimensões, dependendo, o sujeito, para se guiar nessa ‘corda bamba’, do equilíbrio proveniente de sua razão” (PAULINO, 2010, p. 66).

Adentrando no direito, a área civil foca em atender a pessoa e os seus direitos, a dignidade da pessoa humana e, em especial, os que são referentes as relações familiares, campo de atuação do direito de família (ramo do direito civil), sendo essa, a área do direito que mais se relaciona com as questões da vida humana, em seu sentido estrito, de maneira a tentar solucionar por meio de normas jurídicas, os conflitos familiares. Destaca-se a família, um conjunto de pessoas que convivem em um grupo, como função social, exercendo papel fundamental na formação de valores. Quando ocorrem conflitos de interesses, por vezes se faz necessário recorrer a esse ordenamento jurídico, para uma tentativa de solução do problema (SCHAEFER, 2014).

Consoante Reale (2003), esse ordenamento passou por mudanças que se atentam a discorrer considerações ao individualismo do Código Civil de 1916, a migração do homem do campo para a cidade se torna fato importante para a corroboração da mudança nos comportamentos da sociedade, e do termo “pátrio poder” para “poder familiar”, buscando igualdade entre homens e mulheres, determinada na Constituição e utilizada pelo novo Código Civil. Em harmonia, Correia (2012) afirma que a Constituição Federal de 1988 representou um marco no qual o Direito modificou o seu olhar relacionado à família, passando a ser vista como possuidora dos direitos de personalidade. As pessoas podem usufruir da liberdade para a organização dos seus arranjos familiares, como também, ser protagonistas na formação da personalidade dos seus membros, dessa maneira, a família é a representação do descanso e apoio dos indivíduos.

A respeito das mudanças de comportamentos da sociedade, o antropólogo Geertz (2000) estuda a antropologia e o direito, de modo a afirmar que elas se constituem por intermédio do

saber local da comunidade a qual estejam inseridas, entre suas semelhanças e diferenças. Mas, analisa que ser sensível a causa individual não necessariamente significa estar em uma mesma linha de raciocínio, pois essa visão de cada área pode uni-los ou dividi-los. Caso as disciplinas superassem o fato de apenas se unir, se aprofundando nas buscas por assuntos específicos, mesmo que possuam formatações distintas, mas que estejam no caminho das duas disciplinas, produzirão “um ir e vir hermenêutico entre os dois campos, olhando primeiramente em uma direção, depois na outra, a fim de formular as questões morais, políticas e intelectuais que são importantes para ambos” (GEERTZ, 2000, p. 253).

Gauer (2015) reforça que as mudanças sociais interferem na estrutura familiar, tais como o crescimento da sociedade de consumo, a celeridade das transformações, a vida tendendo ao isolamento, como também o aumento das separações e das novas composições de uniões conjugais. O autor identifica-se como necessário refletir sobre a atuação do Poder Judiciário nos casos de falsas denúncias, como também ter cautela ao avaliar os casos de Alienação Parental e os seus encaminhamentos; ressalta a importância de novos estudos a respeito, para melhor colaboração no trato da alienação.

Schaefer (2014) reitera que por meio das mudanças sociológicas, tais como os novos arranjos familiares, o reconhecimento da união estável e o aumento dos divórcios, o Direito de Família vem se alterando, intervindo doutrinária e jurisprudencialmente. Essas mudanças englobam questões sobre o reconhecimento de igualdade entre pai e mãe, em direitos e autoridade parental, valorização do compartilhamento da guarda dos filhos, adoção a casais homoafetivos, suspensão da discussão sobre a culpa no divórcio e o reconhecimento da importância do convívio de pais e filhos para o desenvolvimento saudável desses.

Outra questão colocada é que “os homens, é claro, podem mentir, e, principalmente na presença de juízes, o fazem com frequência; e é aí que surgem os problemas” (GEERTZ, 2000, p. 284). A realidade encontrada nas audiências de divórcios e nas mediações de conflitos, nas quais a Alienação Parental é identificada, como já mencionamos, é composta por relatos de falsas denúncias de abuso sexual e/ou de falsas memórias.

A estrutura familiar não é o foco para a lei, importa sua promoção para com o desenvolvimento saudável dos seus integrantes, a qual deve proteger e socializar seus filhos. No Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 1990), a família, mesmo que não resida sob o mesmo teto, ainda manterá suas obrigações, independente da dinâmica dos seus vínculos, salienta também que a rede afetiva constitui família. Ou seja, “é preciso estar atento sempre ao fato de, não raro, existirem vínculos com obrigações legais que precisam ser mantidos, mesmo

que as pessoas não residam no mesmo local, como é o caso de pais separados” (FRANCISCHINI; MINCHONI; FERREIRA, 2012, p. 55).

No Brasil, a Alienação Parental tornou-se reconhecida tardiamente, pois os tribunais já se deparavam com essa problemática, com isso, reafirma a sua existência e a real necessidade de proteger as vítimas da alienação (SCHAEFER, 2014). A sua prática, conforme descrita na Lei de Alienação Parental nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, fere a dignidade da pessoa humana, viola os direitos da personalidade dos filhos e do genitor alienado, principalmente, o direito à convivência familiar. A Lei de Alienação Parental foi inserida no Estatuto da Criança e do Adolescente em 2010, e estabelece formas de caracterizar a prática da alienação e as suas devidas sanções (CORREIA, 2012).

Na Lei que dispõe sobre a Alienação Parental, Nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, torna-se claro no Art. 2º, que a Alienação Parental interfere no desenvolvimento psicológico dos filhos, induzido pelo pai ou pela mãe, não deixando de situar os avós e/ou outras pessoas que possam estar sob a vigilância da criança, que atue com repúdio a um dos genitores, dificultando assim a manutenção de vínculo entre genitor alienado e o filho. Diversos comportamentos que caracterizam a Alienação Parental foram observados por juízes e peritos, a saber: a desqualificação de um genitor para ou o outro; tentar diminuir a autoridade de um dos pais, como também o contato dos filhos com o genitor; omitir informações importantes a respeito do filho, como assuntos da escola, saúde e mudança de endereço (BARROS, 2015).

O art. 3º versa que a Alienação Parental prejudica o direito da criança e do adolescente da convivência familiar de forma saudável, fragilizando os seus vínculos afetivos, formalizando como abuso moral contra o menor o não cumprimento dos deveres inerentes aos pais. No art. 4º, se for declarado indício de Alienação Parental, o processo terá prioridade, após o juiz escutar o Ministério Público, entra com a medida provisória, objetivando a “preservação da integridade psicológica da criança ou do adolescente, inclusive para assegurar sua convivência com genitor ou viabilizar a efetiva reaproximação entre ambos, se for o caso” (BARROS, 2015, p. 362).

No art. 5º fica disposto, caso observado indícios da Alienação Parental, que o juiz poderá solicitar perícia psicológica ou biopsicossocial. O perito terá um prazo de 90 (noventa) dias para apresentar o laudo, que pode ser prorrogado, se houver justificativa para a autorização judicial. Consolidada a Alienação Parental, segundo o art. 6º, o juiz utilizará instrumentos processuais o qual, objetiva a inibição ou a diminuição das suas consequências, sendo elas:

- I- declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;
- II- ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
- III- estipular multa ao alienador;

- IV- determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;
- V- determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;
- VI- determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;
- VII- declarar a suspensão da autoridade parental (BARROS, 2015, p. 365).

No parágrafo único do art. 6º fica explícito que caso seja comprovada mudança de residência abusiva ou a inviabilização das visitas, a guarda da criança ou adolescente poderá ser retirada do guardião. No art. 7º, fica decidido que a guarda será atribuída ou alterada de preferência ao genitor que facilite a convivência do menor com o outro genitor.

Pelo fato de analisarmos dois documentários, um brasileiro e o outro argentino, precisamos nos ater também à lei que embasa as decisões sobre a Alienação Parental na Argentina, e observarmos as semelhanças e diferenças com a lei brasileira, detalhada anteriormente. A lei nº 24.270, promulgada em 25 de novembro de 1993 encontra-se no Código Penal da Argentina e descreve:

ARTIGO 1 – Será preso, de um mês a um ano, o pai ou terceiro, que ilegalmente impedir ou obstruir o contato do menor de idade com seus pais que não moram juntos, Se for uma criança menor de dez anos, ou uma pessoa com deficiência, a pena será de seis meses a três anos de prisão.

ARTIGO 2º - Nas mesmas penalidades ocorrerá o pai ou terceiro, que impedir o contato do menor com o pai que não mora junto, ou se mudar de casa sem autorização judicial. Se, para o mesmo fim, se mudar para o exterior, sem autorização judicial ou excedendo os limites dessa autorização, as penas de prisão serão aumentadas para o dobro do mínimo e a metade do máximo.

ARTIGO 3 - O tribunal deverá:

1. Disponibilizar em um prazo não superior do que dez dias, os meios necessários para restabelecer o contato da criança com seus pais.
2. Determinar, se apropriado, um regime provisório de visitação por um período não superior a três meses ou, se existir, aplicará o estabelecido. Em todos os casos, o tribunal deve remeter os registros à justiça civil.

ARTIGO 4º - Incorporar como inciso 3 do artigo 72 do Código Penal o seguinte: Seção 3: Impedimento do contato de filhos menores com seus pais que não moram juntos.

ARTIGO 5 - Esta lei será considerada como complementária ao Código Penal⁴. (ARGENTINA, 1993, tradução livre).

⁴ ARTICULO 1º-Será reprimido con prisión de un mes a un año el padre o tercero que, ilegalmente, impidiere u obstruyere el contacto de menores de edad con sus padres no convivientes. Si se tratare de un menor de diez años o de un discapacitado, la pena será de seis meses a tres años de prisión.

ARTICULO 2º-En las mismas penas incurrirá el padre o tercero que para impedir el contacto del menor con el padre no conviviente, lo mudare de domicilio sin autorización judicial. Si con la misma finalidad lo mudare al extranjero, sin autorización judicial o excediendo los límites de esta autorización, las penas de prisión se elevarán al doble del mínimo y a la mitad del máximo.

ARTICULO 3º- El tribunal deberá:

1. Disponer en un plazo no mayor de diez días, los medios necesarios para restablecer el contacto del menor con sus padres.
2. Determinará, de ser procedente, un régimen de visitas provisorio por un término no superior a tres meses o, de existir, hará cumplir el establecido. En todos los casos el tribunal deberá remitir los antecedentes a la justicia civil.

ARTICULO 4º-Incorpórase como inciso 3º del artículo 72 del Código Penal el siguiente: Inciso 3º: Impedimento de contacto de los hijos menores con sus padres no convivientes.

ARTICULO 5º-Esta ley se tendrá como complementaria del Código Penal. (ARGENTINA, 1993).

Sendo assim, diante das peculiaridades da lei brasileira e da lei argentina sobre a Alienação Parental, visualizamos que na Argentina a lei surgiu quase duas décadas antes do Brasil. Isso leva a pensar, embora não seja esse o foco do trabalho, que o tema seja mais esclarecido e debatido pela população, ou seja, mais comum, por meio da conscientização devido aos anos expostos à informação, como também, influenciando nas decisões judiciais embasadas nesta lei específica. Outro ponto importante é que, na Argentina, a lei define de seis meses a três anos de prisão ao genitor alienador, ao contrário do Brasil, que não tem punição clara, escrita em formato de lei. Porém, a lei brasileira determina que ao comprovar a Alienação Parental e comprovando a não colaboração para visitação do filho por parte do genitor alienador, este poderá perder a guarda do menor, sendo esta concedida ao genitor alienado, que estava impedido do convívio familiar.

Portanto, retomando a jurisdição brasileira, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sob a Lei 8.069/90 fica previsto a convivência familiar e com a comunidade como um direito fundamental, no qual a família possui uma importante função. De acordo com o art. 4 , estabelece-se como dever da família, tanto quanto da comunidade e da sociedade, como também do poder público

assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes   vida,   saúde,   alimentação,   educação, ao esporte, ao lazer,   profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e   convivência familiar e comunitária (FRANCISCHINI; MINCHONI; FERREIRA, 2012, p. 51).

De acordo com Barros (2015), o art. 227  da Constituição Federal determina, no tocante aos deveres citados acima, que devemos também “colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BARROS, 2015, p. 19). No Capítulo II: Do Direito   Liberdade, ao Respeito e à Dignidade, é apresentado no art. 16, a respeito do direito   liberdade, onde no inciso II, fica expresse que o menor tem o direito de ter: “**opinião e expressão**”; e no inciso V: “participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação” (BARROS, 2015, p. 31, grifos do autor). Dessa forma, partindo dessas premissas,

a criança passou a ser vista como cidadã, como sujeito de direitos, que possui proteção prioritária necessária ao seu desenvolvimento. Fala-se aqui na doutrina da proteção integral. A alienação parental fere justamente esta doutrina da proteção integral, desrespeita o amadurecimento moral e afetivo dos menores, viola os princípios da paternidade responsável, da convivência familiar e da solidariedade. Atinge por fim, de forma certa, o princípio da dignidade da pessoa, previsto no inciso III do artigo 3  do texto constitucional, que nada mais   do que a consciência que o ser humano tem de seu próprio valor, o respeito que pode exigir de todos pela sua condição de ser

humano, de não ser prejudicado em sua existência, vida, corpo, saúde (SCHAEFER, 2014, p. 23).

De acordo com Jesus (2016), para o melhor entendimento da Alienação Parental, é de suma importância a união de diversas áreas, pois a Alienação Parental é motivada por inúmeros fatores emocionais e até de transtornos de personalidade, facilita a criação de um jogo de disputa de quem ficará com o “prêmio”, o filho, o maior prejudicado. Segundo o autor, foi possível perceber, quando avaliaram a aplicabilidade da Lei da Alienação Parental (nº 12.318/2010), tendo em vista o crescimento das ocorrências nos tribunais e a restrição para consultar os processos, pelo fato de discorrer em segredo de justiça. Observaram tentativas de banalizar a Alienação Parental, os envolvidos tentam manipular o Poder Judiciário por intermédio de falsas denúncias e acusações para satisfação de seus próprios interesses que prejudicam psicologicamente o menor, além da sua integridade física.

Refletindo sobre como identificar alguns métodos, que colaborassem para a não ocorrência da Alienação Parental, o estudo de Schaefer (2014) buscou identificar esses possíveis métodos que pudessem ser aplicados, pensando assim no planejamento familiar, no exercício da paternidade responsável, uso da guarda compartilhada e o acompanhamento terapêutico. A autora faz uma reflexão a respeito do código civil de 2002, que tem uma visão diferente sobre a família e o ser humano, voltando-se mais para a questão do ser, seus princípios e valores, ao invés do ter, do sistema patrimonialista. Com isso, o ordenamento jurídico moderno passa para a valoração dada a pessoa humana, substituindo o perfil patrimonial e individualista de antes.

No Brasil, as mudanças ocorridas no Direito de Família, na Lei nº 4.121, em meados de 1962, devem-se também aos movimentos feministas e outros socioculturais da época. Após esses movimentos e a identificação da Alienação Parental, pensamos em medidas protetivas - a fim de evitar a ocorrência da alienação - e no planejamento familiar e reprodutivo - no qual os pais deveriam ter uma prévia clareza das suas responsabilidades e deveres, da assistência moral, afetiva, entre outros. Vale ressaltar a possibilidade da guarda compartilhada, preservando a dignidade da pessoa, por meio dos direitos da personalidade, que preserva a vida, a liberdade, integridade física e psíquica, detalhada no artigo 5º da CF/88 (SCHAEFER, 2014).

Mesmo assim os estudos demonstram que os pais, em grande parte, não possuem uma razoável maturidade emocional para separar os papéis de parentalidade e de conjugalidade, e repassam aos seus filhos suas inseguranças, anseios e insatisfações. Como consequência, esses são sobrecarregados, por diversas questões emocionais dos pais, além de já estarem lidando com a separação deles, desenvolvendo, em alguns casos, a Alienação Parental. Afirma-se,

também, que os estudos acerca da Alienação Parental são escassos e, geralmente, estão relacionados ao ambiente materno guardião. Talvez esse dado se deva ao fato de, na maioria dos casos, a prática ser realizada pelo genitor guardião (o responsável pela guarda dos filhos), que geralmente é a mulher, a mãe, tornando-se a alienadora (SCHAEFER, 2014).

A autora afirma que, comumente, as separações ocorrem de forma conturbada, gera desgastes emocionais, participadas por profissionais do Direito que atuam nessa área. O genitor alienante, para conseguir atingir o outro genitor, acaba utiliza inconscientemente os filhos, aponta erros e falhas do genitor alienado, denegrindo a imagem com o intuito de afastá-lo da convivência. O fim de um relacionamento fragiliza os genitores que, por vezes, não conseguem dialogar pacificamente, embora saibam da necessidade de preservar essa relação por conta dos filhos. Nessa perspectiva, é questionável pela doutrina a guarda dada unilateralmente, justificando que essa favorece os sentimentos de posse e possível dificuldade em administrar o tempo do filho e oportuniza a ocorrência da Alienação Parental (SCHAEFER, 2014).

Para tentar minimizar as consequências dessa situação, a mediação de conflitos busca encontrar a melhor solução para o caso e, concomitantemente, reestabelecer os laços afetivos entre as pessoas envolvidas. Portanto, se a mediação não for positiva, o genitor vitimado poderá recorrer, apoiado na Lei 12.318/2010 (já mencionada), específica para os casos de Alienação Parental, com medidas baseadas na premissa de que "o estabelecimento de vínculos afetivos é substancial à condição humana e se constitui em requisito essencial ao desenvolvimento do homem" (SCHAEFER, 2014, p. 22).

Conquanto os comportamentos alienantes não configurem crime, tem-se levantado inúmeras discussões a respeito, que culminaram no enquadramento em direito penal, como descumprimento da ordem judicial, assegura as visitas do genitor alienado ao filho, previsto no código penal, artigo 330. Ademais, certos doutrinadores colocam essa questão como crime de tortura, possibilita a prisão pela prática da Alienação Parental, baseando-se nas consequências que essa ocasiona,

Tal acusação poderá trazer sequelas inevitáveis para a criança e para o genitor acusado, uma vez que, na maioria das vezes, as acusações versam sobre supostos abusos sexuais e o operador da lei estará frente a uma situação onde se torna difícil uma avaliação célere e justa que proteja todos os interesses envolvidos. Imprescindível um olhar a propósito das políticas públicas que tragam maior celeridade ao processo de avaliação de tais situações, bem como de medidas que coíbam de forma mais eficaz as falsas acusações para que surjam instrumentos mais efetivos na solução dessa problemática (SCHAEFER, 2014, p. 12).

No estudo de Fermann (2015) houve obstáculos para ter acesso aos informes dos processos, em casos litigiosos, por conta do sigilo. Objetivou-se relatar os casos de Alienação Parental, utilizando as análises jurídicas processuais, e as medidas de avaliação da Psicologia. Quanto aos processos, foi pesquisado o perfil das crianças, dos seus pais e outras informações relevantes. Em maior parte, a queixa inicial se relacionava com a dificuldade de estabelecer as visitas após o divórcio e a guarda, nada relacionado à Alienação Parental. O alienador foi identificado como a mãe, e o pai, o alienado, estando os filhos sob a guarda das mães. Nas perícias psicológicas, averiguou-se que não havia uma estrutura orientada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), nos laudos psicológicos. As ferramentas mais aplicadas pelo autor, foram as entrevistas, com pouca utilização de testes. Para uma melhor convivência familiar entre pais e filhos, os juristas apostam na guarda compartilhada, em busca de um convívio mais harmônico entre eles.

De acordo com a mestra em Direito, Cabral (2014), embora ter avançado com a lei que legitimou a guarda compartilhada, os pais, por muitas vezes, tornam-se incapazes de entrarem em consenso após o fim do relacionamento, geralmente conflituoso e leva essas questões aos tribunais, distanciando o foco do bem-estar do filho para utilização de armas cruéis que denegrirem a imagem do outro. Dessa forma, o tribunal se transforma em um instrumento para tentativas de barganhas e vinganças da relação desfeita.

A autora salienta, como outros já mencionados, a diferença entre a Alienação Parental, processo iniciado por um dos genitores que tem por objetivo afastar o filho do convívio com o ex-companheiro e, a Síndrome de Alienação Parental, sendo essa a consequência da Alienação. Na síndrome, a criança apresenta o comportamento equivocado de contribuir na destruição e desmoralização do genitor alienado, apresenta sequelas emocionais e passa, ela mesma, a rejeitar o contato com o genitor alienado, repetindo, assim, os mesmos pensamentos do alienador. Ressalta que, com o afastamento do genitor alienado (acusado) da criança, o alienador aproveita para intensificar ainda mais as mentiras e falsas acusações, com isso, o quadro da síndrome fica cada vez mais irreversível e com consequências cada vez mais graves (CABRAL, 2014).

Para discutir sobre a diferenciação da Alienação Parental da Síndrome da Alienação Parental, Munhoz (2017) realizou um levantamento dos argumentos que fomentaram as decisões pelos juízes nos processos de Alienação Parental no Estado do Paraná, distinguindo-as da Síndrome da Alienação Parental (SAP). Foram analisadas decisões concernentes à compreensão e aos argumentos utilizados pelo alienante e o alienado na Alienação Parental,

além de quais fundamentos foram utilizados pelos julgadores, comparando o entendimento jurídico com o da psicologia forense.

Considerando as áreas que discutem a paternidade na Alienação Parental e as questões que a envolvem, na busca de avanços sobre o Estado Democrático de Direito, embora não seja o foco da pesquisa, ao menos recordamos e problematizamos que ainda os sujeitos passam por tratamentos diferenciados, a depender da classe econômica que esteja inserido, para uma mesma situação. É consenso de que vivemos em uma sociedade que separa, de maneira simbólica, cidadãos de subcidadãos, com isso, os julgamentos acabam também se diferenciando quando se trata de pessoas de classes distintas (PAULINO, 2010).

Além disso, necessita-se refletir no tocante a representação que, segundo Geertz (2000), esse fenômeno está presente nos tribunais de justiça, independente da cultura a qual esteja inserido. Sendo assim, esse processo de representação trata-se não necessariamente do que ocorreu, “e sim do que acontece aos olhos do direito; e se o direito difere, de um lugar ao outro, de uma época a outra, então o que seus olhos vêem também se modifica.” (GEERTZ, 2000, p. 259). De acordo com o autor, a maior dificuldade encontrada pelas áreas da Antropologia e do Direito não pertence às avaliações reflexivas efetuadas por ambos, e da correlação entre as duas profissões, e sim, ao “problema fundamental que é descobrir como representar aquela representação” (GEERTZ, 2000, p. 260) que comunicam valores, crenças, modo de agir, atitudes, e no que acreditar.

Ressalta-se que o casamento era visto como algo indissolúvel na constituição até a legislação passar a admitir o divórcio. Com isso, a Emenda Constitucional “nº 9, de 28-6-1977, aboliu o princípio da *indissolubilidade* do matrimônio ensejando a promulgação da Lei nº 6.515, de 26-12-1977, que regulamentou o divórcio. Na atualidade, no mundo ocidental, poucos países são antídorcionistas” (VENOSA, 2008, p. 27, grifos do autor). No caso de separação, quando o casal tem filhos menores, deve obedecer ao artigo 9º da Lei nº 6.515/777, o qual menciona que o casal deve relatar, se houver, filhos menores, como ficará a guarda, educação, entre outros aspectos. O Projeto nº 6.960/2002, acrescenta que os direitos dos filhos devem ser mantidos e fiscalizados pela Justiça (VENOSA, 2008, p. 177).

De acordo com Cassetari (2013), existem diversos tipos de espécies de guarda, sendo as mais comumente utilizadas, tratando do tema em questão, as guardas: unilateral e a compartilhada. A guarda unilateral é realizada por apenas um dos genitores; já a compartilhada, é quando os pais separados decidem conjuntamente sobre as decisões a serem tomadas relacionadas aos filhos, com os mesmos direitos, e com liberdade de convivência diária com os pais.

Procuramos demonstrar nesse capítulo a relevância das três áreas: Cinema, Psicologia e Direito para compreendermos o contexto da paternidade na Alienação Parental. Vimos que por mais que essas sejam distintas, elas se complementam e abrem espaço para novos olhares e discussões sobre o assunto, não limitando o saber a uma única área e sim entendemos que pela diversidade e semelhanças que apresentam elas versam sobre o tema, contribuindo em maiores problematizações a respeito.

Diante do que foi exposto no presente capítulo, vamos trabalhar a seguir, o documentário *A morte inventada*, os casos apresentados e sua relação com as teorias no tocante a paternidade e a Alienação Parental. Trataremos o documentário visto como autorrepresentação do diretor que passou pela experiência de conflitos conjugais transformados em Alienação Parental e, conseqüentemente, a convivência com a ausência da filha.

2 DOCUMENTÁRIO: A MORTE INVENTADA

Realizado por Caraminhola Filmes com roteiro e direção de Alan Minas e produzido por Daniela Vitorino em 2009, o documentário visou transpor a barreira do desconhecimento a respeito da Alienação Parental. Com o intento de ampliar as discussões sobre o assunto, as obras apresentam depoimentos de diversos profissionais, sendo eles da psicologia, direito, e serviço social, que abordam sobre as causas e possíveis soluções para a questão, como também, para as vítimas (pessoas envolvidas no processo da alienação), principalmente, pais e filhos.

O filme problematiza para a sociedade histórias de vida e procedimentos judiciais de vários casos, chamando a atenção para a sutileza dessa prática, que se faz presente em diversas famílias, muitas vezes de forma velada e motivada por inúmeros fatores. No tocante aos personagens do documentário, Daniela afirma que foram entrevistadas cerca de quarenta pessoas, entre profissionais e vítimas (pais e filhos), sendo selecionados para o filme, onze personagens, com histórias contadas pelos filhos e seus pais, e oito profissionais de diferentes áreas, sendo eles, do Direito, da Psicologia e do Serviço Social.

Na entrevista para o Programa da TV Senado (2009), Alan (diretor) e a Daniela (produtora), apresentaram o documentário aos espectadores. O diretor revela que na literatura sobre a Alienação Parental as mulheres estão mais relacionadas a quem aliena, e o homem ao alienado, salientando que essa estatística se deve ao fato, de a maioria dos casos de separação, o filho ficar com a mãe: “a guarda fica com a mãe, mas obviamente tem muitos casos também do pai que aliena, do pai alienador” (PARTE 1, 2min 56seg).

A inspiração do tema, relata Alan, foi devido ao fato de vivenciar a Alienação Parental, esperando por anos a finalização das etapas processuais do judiciário, em disputa com a sua ex-cônjuge pelo convívio com a sua filha. Enfatiza que as pessoas em geral não têm conhecimento sobre o assunto e acabam, por vezes, tratando-o como algo que deva ser resolvido somente pelo casal ou com terapia, mas de maneira superficial. É quando o diretor rebate, dizendo que nessa situação quando existe uma intervenção direta do genitor alienante, a justiça deve entrar em ação de maneira mais enérgica e não da forma que é realizada, pois as etapas do processo, de audiências e dos prazos, lentificam a decisão judicial. Portanto, devido ao diretor representar um tema o qual está envolvido, no caso, fazendo parte de uma paternidade alienada, trabalharemos com o conceito da autorrepresentação, que trata de um modo de construir uma narrativa, em que o diretor faz parte dos fatos que estão sendo representados.

De acordo com Colucci e Anjos (2014), para o filme ser classificado como autorrepresentação é necessário que o autor esteja inserido na realidade a qual está querendo

retratar, pertencendo ou compartilhando das experiências vividas por aquelas pessoas. Essas propiciam conhecimentos que vão da vida pessoal ao social, e proporcionam maior conscientização sobre o tema abordado, pela troca de informações, vivências entre o grupo que falam deles para eles. “Tudo confirma o poder exercido por esse cinema engajado, que se oferece como um dispositivo aberto ao real” (COLUCCI; ANJOS, 2014, p. 8).

Esse dispositivo faz pensar sobre os vínculos afetivos, através dos depoimentos presentes no documentário, no afastamento entre a criança e o genitor alienado que é inevitável e, conseqüentemente, causando o possível rompimento do vínculo afetivo existente entre eles e o fortalecimento do discurso do alienador, que fica temporariamente com a guarda do filho até a decisão judicial. Alan Minas destacou, também, a existência de profissionais pouco informados sobre o assunto, conforme é apresentando a seguir:

negligência e ausência de intervenção da questão judiciária, se a gente chegou até ali, é porque obviamente não houve qualquer tipo de bom senso e acordo previamente, quando a gente chega diante o juiz, ele fala: olha, vocês têm que se entender! Mas, se eu cheguei até aqui, é obvio que a gente não conseguiu se entender anteriormente, precisa de intervenção de terceiros, precisa de limites, e não é o que acontece, é esse o quadro que a gente encontra (TV SENADO, PARTE 2, 2009, 2min10seg).

O tempo para a produção do documentário e sua finalização foi de aproximadamente um ano. A obra estava enquadrada no projeto ROUANET, Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (BRASIL, 1991), de incentivo à produção cultural e artística, recebeu o seu patrocínio, a única verba externa do documentário. Os investimentos foram através de recursos próprios da produtora, algumas parceiras de coprodução, uma equipe amiga, como afirma Daniela, realizada por colaborações, para a concretização do documentário (TV SENADO, 2009).

Além do documentário, a equipe fez uma plataforma sobre o filme na internet e um site⁵ para que as pessoas pudessem utilizar a ferramenta de forma interativa. O site tem espaço para depoimentos e dialoga sobre a questão internacionalmente, há relatos vindos de diversos países, colaborando com a disseminação de informações sobre o assunto, além de contribuírem com as suas histórias de vida. A procura pelo site tem sido relativamente alta, por semana, em média, três casos são relatados, afirma Daniela, na entrevista à TV Senado (2009).

O diretor Alan, ao ser questionado quanto à escolha do título *A morte inventada* para o documentário, considera ser devido ao fato dessa morte ser simbólica, de um dos pais que não pode estar presente na vida do filho, e que as crianças acabam ficando órfãos desses pais, caso estejam eles vivos. Portanto, os filhos, devido ao afastamento, acabam mais frios na relação

⁵ Site do Documentário *A morte inventada*: www.amorteinventada.com.br

com o pai ou a mãe alienada, tratando-os como um estranho: é como se matasse a figura do genitor alienado para o filho. Nesse sentido, Alan afirma que,

chega ao ponto a quebrar totalmente o vínculo, o afeto não existe, principalmente porque artimanhas muito sórdidas são usadas no intuito de afastar. O ponto limítrofe disso, que acho mais terrível, é a falsa acusação de abuso sexual, que tem aumentado muito atualmente, então, como é, a situação máxima para afastar, o genitor alienador, usa falsa acusação de abuso sexual, faz uma queixa, apenas referente a uma suspeita, sem qualquer fundamento, sem qualquer documento próprio, vai na delegacia, vai no juiz e pede a liminar de suspensão de visitação, e em 24 horas, o pai não pode se aproximar da criança. Então, obviamente, o que faz quebrar esse vínculo é o tempo, por que a justiça até é rápida, mas o processo, a burocracia emperra tanto, que vai ter uma audiência, dois, três meses depois, e ainda tem recurso, você vai ter contato com o seu filho, após três meses, um ano, dois anos, no caso de falsa acusação de abuso sexual, e ainda tem que passar por perícias. Tem casos que passam cinco, seis anos, para provar a inocência, e aí como é que vai resgatar esses afetos? (TV SENADO, PARTE 2, 2009, 6min37seg).

Como dito, o filme expõe seis casos de Alienação Parental, através dos depoimentos dos filhos e seus pais, genitores ou familiares alienados. Para mencionar os casos no presente trabalho optamos por enumerá-los, devido à sequência cronológica apresentada no documentário e para facilitar a identificação dos mesmos. O longa metragem aborda o afastamento de pais e filhos gerados pelos conflitos conjugais e, conseqüentemente, uma separação mal conduzida. Utilizou-se o modo expositivo, que segundo Nichols (2010), é quando a argumentação e os comentários verbais são realçados. Ou seja, o modo expositivo

agrupa fragmentos do mundo histórico numa estrutura mais retórica ou argumentativa do que estética ou poética. O modo expositivo dirige-se ao espectador diretamente, com legendas ou vozes que propõem uma perspectiva, expõem um argumento ou recontam a história. Os filmes desse modo adotam o documentário com voz de Deus (o orador e ouvido, mas jamais visto) (NICHOLS, 2010, p. 142).

No filme em questão, o modo expositivo fica claro, ao fundamentar-se em entrevistas e narradores em diversos momentos: quando os pais argumentam sobre a Alienação Parental e seus sentimentos por conta da distância, às vezes, de anos sem ver os filhos. Como também, os filhos que na infância passaram por esse tipo de abuso e afastamento, evidenciam por meio da retórica, de maneira clara, como a Alienação Parental afeta os seus relacionamentos sociais e suas questões pessoais, principalmente, na relação com o genitor alienado. E, com o poema inserido no documentário (detalhado na página 44-45).

A Alienação Parental é discutida no documentário por oito profissionais, de diversas áreas, como mencionado anteriormente, sendo a Alienação Parental vista como um ato de vingança, em que a criança é “vampirizada” e exaurida por tantos conflitos, tal como afirma a

assistente social Maria Luiza Valente. Revelam, também que o genitor alienado se afasta dos filhos por medo, com receio do contato, sofre com a indiferença da criança que está alienada. Segundo a desembargadora, Lúcia Maria Miguel, o alienador passa a acreditar na mentira que ele mesmo inventou, tornando-a uma verdade, e essas atitudes gerando consequências para a sociedade como um todo. Assim, "o alienador [...], ele se convence que aquilo é verdade [...] e passa a viver de uma forma tal, que a vida dele próprio se torna um tormento, que afeta todo mundo, afeta a sociedade, [...] pois você está lidando com uma pessoa desequilibrada." (Lúcia, 45min e 27seg).

No documentário é exposto que existe um aumento nas denúncias de falsas acusações de abuso sexual, nesses casos de suspeita. O genitor acusado afastado do filho por segurança, pela medida cautelar de afastamento, que ouve um lado da história e identifica risco, executa em no máximo 24 horas, com o objetivo de preservar o menor. Encontram-se também alguns relatórios psicológicos mal elaborados, os quais escutam apenas uma das partes, que concordam com o abuso sexual das crianças, mas que, após outras análises, verifica-se, em alguns casos, o erro de tais confirmações: "Tantos pais perdem seus filhos, eu perdi a minha, mas, vou continuar lutando, para vê-la e tentar algum contato com essa criança, mas não tenho muita esperança" (Pai A. Caso 6, 51:24 min).

Andreia Calçada, psicóloga, afirma que a Alienação Parental, por muitas vezes ocorre motivada por vingança, às vezes por ódio do parceiro, devido a traições e ao abandono, e que a alienação pode ocorrer também durante o casamento. Além dessa disputa entre os pais, têm as crianças, os filhos, que estão assistindo a tudo, confusos com tantas informações desencontradas. "Como fica a autoestima, identidade da criança? [...] Fica frágil!" [...] "vai reproduzir modelo, em algum momento [...] ou vai buscar homens abusadores, ou vai ser controladora como a mãe era" (Andreia, 1:01:29 min).

Maria Luiza Valente, reconhece que os pais devem acolher o recolhimento do filho ao chegar da casa do outro genitor, de forma construtiva, compreender que este momento é delicado para todos e que a criança se afeta com o que ocorre, principalmente quando existe a disputa entre os pais. Deve-se procurar perceber os pontos positivos da situação, como por exemplo, no caso de os pais já estarem com outro parceiro, entender que as referências afetivas para essa criança aumentarão com os padrastos e madrastas. Embora, para os pais que acreditam apenas na família nuclear, isso possa ser um problema, quando não aceitam mudanças.

Ao abordar o tema família nos casos, Fonseca (1999) afirma que surgem divergências a respeito do seu conceito e seus desdobramentos: é frequente, "uma naturalização da família conjugal" (FONSECA, 1999, p. 69), no qual inúmeros juristas apoiam essa padronização, de

família nuclear, para as adoções, por exemplo, como se esta fosse a maneira mais natural, do que outras.

De acordo com a autora,

os pais biológicos têm um papel indiscutível: o de fornecer à criança uma identidade social através da noção de filiação biológica. No entanto, outras responsabilidades paternas, tais como alimentar a criança, ensinar e encaminhá-la neste ou naquele ofício, podem ser muito bem realizadas por pessoas que não são os pais biológicos. No modelo conjugal moderno, a grande maioria de responsabilidades paternas se concentra no casal de genitores. Porém, em muitas sociedades as funções paternas são divididas entre diversos “pais” e “mães”. Estes, considerando que o bem-estar da criança é inseparável do bem-estar do grupo, teriam dificuldade em compreender preocupações sobre a “formação psicológica” da criança. Ainda assim, é interessante anotar que uma antropóloga, intrigada pelo alto índice de crianças em circulação entre os Gonja, aplicou testes psicológicos para compará-las com as que estavam sendo criadas pelos próprios genitores. No que se refere ao equilíbrio emocional e ao sucesso social, ela não conseguiu descobrir nenhuma diferença significativa (GODOY *apud* FONSECA, 1999, p. 71).

Outro dado interessante comentado pela Assistente Social entrevistada, é que alguns pais acreditam que têm a posse do filho, como se a criança fosse um prolongamento deles. Devido a esses pensamentos relacionados ao filho, “ocorre então, o desejo de anular essa criança [...], os seus desejos [...], a criança se torna vampirizada, por essa mãe superpoderosa” (Maria Luiza, 39:13 min). Além disso, complementa a psicóloga Danielle Goldrajch, a Alienação Parental é como se matasse o pai, ainda em vida.

Desde o início do documentário foi utilizado um poema como recurso ficcional para sensibilização do espectador, escrito e narrado pelo diretor, produzido para a própria filha. O poema revela as suas dores, frustrações, perdas, a relação entre pai e filho, entre outros sentimentos que o envolvem, na sua paternidade alienada. Enquanto o poema é narrado em *voz-over*, concomitantemente, temos imagens em *plano detalhe*⁶ das gotas de chuva, rio, lama, pegadas e folhas, que simbolizam sentimentos de tristezas, angústias e solidão trazidas no poema (figuras 01 e 02). Na figura 01, o plano foi utilizado para expressar os sentimentos vividos pelo narrador naquele momento, a chuva, representando o sofrimento, as lágrimas. Já a figura 02, utiliza-se também da *câmera subjetiva*⁷, que assume o olhar do personagem reforça a autorrepresentação e, mostra o que e como ele vê, como se substituísse os seus olhos: “a partilha do olhar pode saltar para a partilha de um estado psicológico, e esta tem caminho aberto para catalisar uma identidade mais profunda diante da totalidade da situação” (XAVIER, 2005,

⁶ O *plano detalhe* (PD): Utilizado quando a câmera enquadra em um objeto específico da cena, ou parte do rosto, ou do corpo do personagem.

⁷ Câmera subjetiva: Assume o ponto de vista, o olhar do personagem.

p. 35). Na figura 02, foi utilizada a câmera com ângulo como se o personagem estivesse andando de cabeça baixa, neste caso, o narrador, que é o próprio diretor do documentário.

Figura 1: *As gotas da chuva representando o sentimento de tristeza.*



Fonte: Documentário- *A morte inventada*

Figura 1: *Câmera subjetiva do caminhar solitário do (a) genitor (a) alienado (a)*



Fonte: Documentário- *A morte inventada*

Segundo Penafria *et al.*, (2016) para surtir esse feito, a câmera ocupa o lugar do olhar do espectador, que permite a ele a identificação e a sua projeção, às vezes, confundido com o personagem. O olhar da câmera enfatiza situações e lugares que seria impossível o olho humano enxergar, na contemplação dos fragmentos do mundo. Ademais, o poema em *voz-over* é acompanhado pela trilha sonora instrumental, seguida de suspiros, que emergem em alguns momentos, que provoca no espectador possíveis instantes de reflexões. O poema faz menção, metaforicamente, à experiência da Alienação Parental com um jogo de folhas: “O segredo é olhar para frente para vencer, eu sempre perdi [...] nessa brincadeira, éramos três a congelar: eu, ela e o tempo, que não entendeu bem as regras do jogo e seguiu correndo, depois foi ela quem correu e eu fiquei ali congelado, todo mundo perdeu” (0:53 seg). Para Nichols (2010), utiliza-se a voz-over quando,

O cineasta assume uma persona individual, diretamente ou usando um substituto. Um substituto típico é o narrador com voz de Deus, que ouvimos em voz-over, mas a quem não vemos. Essa voz anônima e substituta surgiu na década de 1930, como uma forma conveniente de descrever uma situação ou problema, apresentar um argumento, propor uma solução, às vezes, evocar um tom ou estado de ânimo poético (NICHOLS, 2010, p. 40).

Ao longo da obra, o poema revela as angústias vividas pelo diretor, como genitor alienado: “Só agora, nessa altura da vida, fui conhecer o mais amargo dos sentimentos, a injustiça [...] é você no avesso, primitivo, em carne viva, esse sentimento veio morar comigo” (13:54 min). Além dessas reflexões, uma frase de impacto é utilizada logo após um grande suspiro, já nos primeiros segundos do documentário: “Qual será o meu limite?” (0:09 seg). Novamente, fica explícito, o quanto o diretor faz do longa-metragem, um retrato de sua experiência enquanto genitor alienado, através da autorrepresentação, aproxima-se de outras vozes que também vivenciam do mesmo modo a Alienação Parental, estando todos em harmonia quanto as suas visões sobre essa arena de disputa.

2.1 Será que Cada Caso é um Caso?

No primeiro caso, a história de um pai alienado, Sócrates, e suas filhas Karla Mendes e Daniela Mendes, que passaram dezoito anos sem ter contato com o pai. Os pais se separaram quando a filha mais velha tinha dois anos de idade, e a mãe foi embora grávida da outra filha, sem o pai ter ciência da gravidez. O contato foi retomado com o pai, quando elas estavam com dezoito anos, pois as tentativas anteriores foram frustradas. Ao longo desses anos, se viram, rapidamente uma única vez, quando ainda crianças.

Quando já estavam na fase adulta, outros problemas familiares apareceram em suas vidas. Pode-se dizer que foi o marco divisor para conscientização do papel que a mãe exercia, e o desaparecimento do pai: “Eu só fui ver meu pai quando, aos dezenove anos, eu saí de casa porque a minha mãe me agrediu, eu já estava na universidade [...], estava dormindo, e resolvi dar um basta; aqui foi o limite dessa loucura toda” (Karla, 29:20 min). Na figura 03, em *primeiro plano*⁸, Sócrates relata sobre o seu afastamento das filhas: “tomei uma decisão na minha vida, eu não vou interferir, vai chegar um momento, quando elas adultas, eu vou procurá-las” (Sócrates, 06:10 min). Enquanto isso, a figura 04, em *plano médio*⁹, Daniela e Karla relatam como foram esses anos sem a presença do pai. Para Daniela: “Só se falava mal dele, ao ponto de não falar nem o nome, então eu não sabia o nome do meu pai” (Daniela, 03:55 min). Karla segue o discurso: “Contavam pra gente que ele era um bandido” (Karla, 4:00 min).

E assim configuravam-se as narrativas, que claramente revelam a angústia por perguntas sem respostas, vazios entre elas e o pai sobre o qual não sabiam sequer o seu nome e a sua

⁸ *Primeiro plano* (PP): O personagem aparece do peito para cima, detalhando melhor a sua expressão.

⁹ *Plano médio* (PM): O personagem é enquadrado aproximadamente da cintura para cima.

fisionomia. Karla afirma: “Queria ter uma foto, procurei várias vezes, remexi em vários papéis” (Karla, 4:33 min). Fica evidente a confusão mental provocada pela alienação na fala da filha: “Expectativa que ele voltasse, ao mesmo tempo que não voltasse nunca mais, é uma coisa muito confusa” (Karla, 06:51 min).

Diante desses diálogos, percebemos o quão confusa se torna a construção da imagem paterna para os filhos, no qual evidenciamos uma mistura de sentimentos, entre tristeza, raiva, decepção, entre outros, por não receberem explicações sobre o desaparecimento do pai, sua ausência, deixando livre para a imaginação produzir e talvez a chegar em conclusões equivocadas, ao escutar apenas um lado da história. Como também, podemos pensar o porquê de o pai aceitar em ficar longe, de fora, sem procurar os filhos, para esclarecer a situação na qual vivem, dessa forma, distanciam-se da convivência com eles, enfraquece os seus laços afetivos, o carinho, o amor, e conseqüentemente suas memórias a respeito da infância e adolescência como pai e filho.

Figura 2: Sócrates e suas filhas relatam sobre os dezoito anos sem contato



Fonte: Documentário- *A morte inventada*

Figura 3: Sócrates e suas filhas relatam sobre os dezoito anos sem contato



Fonte: Documentário- *A morte inventada*

No decorrer da difícil decisão, tomada por Karla, em sair de casa, a sua mãe tentou impedi-la, apoiada na maioridade civil, que se dava aos vinte e um anos. Portanto, a mãe entrou em contato com o pai, para que ele assinasse uma procuração exigindo que a filha retornasse para a casa, foi então que Karla recebeu uma ligação do seu pai: “De repente, recebi um

telefonema, do meu pai, dizendo assim: ó, sou eu, sou seu pai, tô aqui, apesar de que tu pode até não gostar de mim, mas, eu vou te dar apoio no que você precisar” (Sócrates, 30:19 min). Após essa ligação, o pai convidou as filhas para irem até os Estados Unidos conhecê-lo, e elas foram ao seu encontro. “Minha mãe eu já sei que não serve para mim, mas e ele, será que serve?” (Karla, 30:51 min).

O depoimento do primeiro caso está em conformidade com a citação de Melo (2013), na qual coloca que,

A Separação Judicial, ou mesmo o Divórcio, por si sós, promovem grandes mudanças na estrutura familiar, e quando o processo ocorre de forma litigiosa, envolvendo ainda filhos menores, costuma causar grande sofrimento, principalmente para as crianças. Assim, pesquisas indicam que, no Brasil, “80% dos pais separados ou em processo de separação já sofreram algum tipo de Alienação Parental (AZAMBUJA, ANO? *apud* MELO, 2013, p. 32).

Nesse contexto, as filhas explanam sobre a ausência do pai, acreditando que ele poderia ter insistido mais e não se omitido, como ocorreu, até porque elas dizem que esse foi um dos discursos frequentes da mãe: a omissão do pai. Daniela narra sobre essa questão: “Você não se aproximou da gente para preservar você, porque era bom para você, e não para mim” (Daniela, 33:45 min). A irmã complementa: “O filho espera que o pai seja um super-homem, enfrente todos os problemas, todas as dificuldades” (Karla, 34:02 min).

Uma das filhas relata as violências físicas que sofria pela mãe e como foi a sua reconstituição psicológica, devido as sequelas da Alienação Parental, que incluem as falsas acusações vivenciadas como verdade até atingirem a maioridade:

Eu sou muito mais de levar todas as surras que já levei, e não ter que me reconstituir psicologicamente depois, do que essa reconstrução psicológica, que você vai ter que fazer posteriormente, que é muito mais difícil. O medo de ser aceita, até hoje pra mim é uma coisa muito forte, a rejeição é uma coisa, que qualquer coisa já me toca nessa coisa da rejeição, é muito forte (Daniela, 1:06:56 min).

No segundo caso, Rafaela Leme e Diego (filhos) e José Carlos de Moraes (pai) foram as vítimas da Alienação Parental. No documentário, apenas Rafaela e seu pai participaram. Segundo ela, havia momentos que eles se divertiam na companhia do pai, estavam felizes nos passeios pela cidade, mas sentiam a necessidade de disfarçar para a mãe os momentos bons vividos ao lado do pai, como se não pudessem se divertir com ele.

A filha declara que ela e o irmão absorveram as dores da mãe, misturando, assim, seus sentimentos. Ela declara: “achava realmente que o meu pai tivesse sido um grande filho da puta, então a gente tinha até uma dificuldade de lidar com ele. Assim, era complicado estar ali com

ele, sabe? Porque a gente se sentiu muito traído também” (Rafaela, 09:23 min). As figuras 05 e 06, em *primeiro plano*, tem por objeto aproximar mais o pai e a filha de quem os assiste, provoca, assim, uma maior sensibilização quanto aos sofrimentos relatados, que fizeram parte de muitos anos de suas vidas, e alguns ainda o fazem como a própria Rafaela relata no filme, ao mencionar o vazio existente entre os anos que não conviveram.

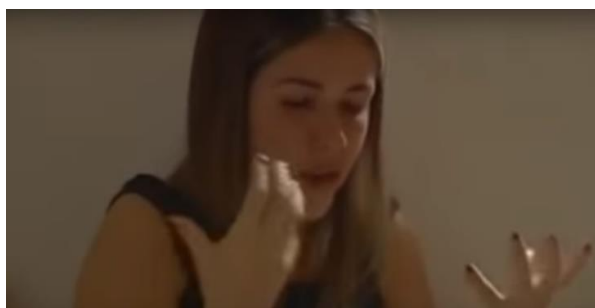
Essa aproximação do personagem com o espectador só foi possível por conta da câmera, que consoante com Brait (2017), a câmera é o personagem apresentado pelo narrador que a princípio está fora da história, e é um recurso eficaz para as tentativas de manifestações de uma forma natural da história contada, ganha, assim, credibilidade do espectador. O narrador pode estar em terceira pessoa, no qual foca no personagem em momentos importantes para o decorrer da história, ou, em primeira pessoa, no qual o personagem está envolvido com os acontecimentos narrados.

Figura 5: *Pai e filha relatando sobre a ausência em suas relações*



Fonte: Documentário *A morte inventada*

Figura 6: *Pai e filha relatando sobre a ausência em suas relações*



Fonte: Documentário *A morte inventada*

Os filhos buscavam demonstrar não gostar das saídas e do convívio com o pai: “Se eu saísse com ele e tivesse curtindo, era como se estivesse traindo a minha mãe” (Rafaela, 11:32 min). Rafaela relata que a sua mãe dizia: “ele não liga no aniversário [...] e a gente cresceu, meio que com raiva do meu pai, sabe? Assim, pelo abandono, sei lá, enfim” (Rafaela, 14:49 min). Antes do aniversário do irmão, Rafaela ligava para o pai, lembrando-o da data e recorda

o que a mãe instaurava a ideia de que o pai não queria estar com eles, então dizia: “ele não quer saber de vocês” (Mãe da Rafaela, 15:42 min).

A filha alienada sentia frequentemente uma necessidade de afirmar a sua mãe que ligava para o pai somente quando queria perguntar sobre o aspecto financeiro para pedir dinheiro a ele. Rafaela recorda: “Achava que ela ia ficar orgulhosa de mim, porque a minha mãe era tudo pra mim, então qualquer coisa que fizesse pra deixar ela ficar orgulhosa, e negar meu pai para mim, ia deixar ela muito orgulhosa [...] fiquei onze anos sem vê-lo” (Rafaela, 28:15 min). A filha expõe que esses anos sem obter contato com o pai acarretou em um buraco, que por mais que eles tentem preencher, esse espaço ficará em branco.

A fala anteriormente da Rafaela na qual afirma ter procurado o pai por muitos anos somente para pedir dinheiro a ele reforça a ideia dos papéis que os pais “teriam” que exercer (o de prover o sustento da família: casa, alimento, saúde, educação, vestimenta, etc.), dados sócio-históricos, e mencionado nesse texto. Consoante com Correia (2012), a família era estruturada de maneira patriarcal e hierárquica e, quando o casal se separava a guarda dos filhos era entregue para a mãe e o pai tinha que conviver apenas com o direito às visitas e manter o seu dever com o provimento da alimentação e outras necessidades biofisiológicas do filho.

Aos poucos, essa conjuntura familiar se modificou, no caso, as funções que as pessoas da família exerciam, passam os pais para outro momento, o de acompanhar os filhos, em todo o seu desenvolvimento. O ordenamento jurídico brasileiro como também os documentos internacionais defendem o direito ao convívio familiar e que as responsabilidades dos pais não terminam no momento em que a união se desfez. E, por mais que a decisão, tenha sido de guarda unilateral, o outro genitor mantém o seu papel, seja como pai ou como mãe, com suas devidas responsabilidades parentais (CORREIA, 2012).

No caso da filha Rafaela, ela narra sobre alguns prejuízos da perda do convívio com o seu pai, do seu direito ao convívio familiar que lhe foi tirado pela sua mãe, que associamos ao que foi dito anteriormente sobre a perda do convívio e de como ela passou a enfrentar ao longo dos anos a falta da figura paterna em sua vida:

Depois, fazendo terapia, quis resgatar e também ouvir o lado dele, e é engraçado que depois de onze anos que não o via, cheguei lá no aeroporto e era normal, era o meu pai [...] aí tivemos uma primeira conversa de adultos mesmo [...]. Que ele tinha separado da mulher e não dos filhos [...], apesar de tanto tempo, tanto buraco, tanta coisa, era o meu pai, como se fosse o pai da última vez que vi, quando eu tinha quinze anos [...]. Eu tive uma mãe muito maravilhosa [...], mas falava muito mal do meu pai [...] poderia ter sido tudo mais saudável [...] e não ter tido esse buraco [...]. Ela acha que não teve influência, por nós odiarmos o nosso pai (Rafaela, 34:51 min).

Segundo Correia (2012), os pais estão conectados de maneira direta ou indireta, a certos padrões de comportamentos que são relacionadas as suas infâncias e as suas relações parentais, enquanto filhos, nas quais, provavelmente, podem interferir no exercício dos seus papéis como pais. Em vista disso, os pais, por vezes, acabam influenciando o filho de acordo com as suas percepções pessoais a respeito do outro genitor, que causa certas dúvidas em suas mentes. “Por mais que a minha mãe falasse mal dele, que ele era escroto, um filho da puta, eu achava que ele tivesse desistido da gente [...] achava que ele tivesse sido covarde, de não insistir na gente” (Rafaela, 32:58 min). Ela narra os conflitos e as angústias vividas, acompanhadas de lágrimas e desabafos: “A coisa que eu mais tenho medo na vida, é que eu falo, sofro, eu vivi isso, e ter um filho e um dia, se vier a me separar, fazer a mesma coisa [...]. O cara ser um filho de uma puta comigo, ou seja, o que for, e eu usar o meu filho, contra o meu ex-marido? (Rafaela, 1:08:47 min).

Para ela, se tivesse como aconselhar o seu pai naquela época, de como seria a melhor maneira de agir diante da Alienação Parental vivida, pediria que ele tivesse insistido mais nos filhos, compreendido melhor o que estava acontecendo e não se afastado, pois a ausência do pai era difícil de administrar, para Rafaela, diante das acusações e afirmações a respeito do pai. Desse modo, Rafaela afirma:

Se pudesse voltar atrás, eu ia falar: pai liga sempre, fica mais presente, fala que você sacaneou a mamãe, mas que ama a gente, não desiste, fica mais próximo, junto, eu ia pedir pra tá mais junto, mesmo se a gente passasse o dia inteiro com a cara fechada. [...] Eu ia pedir pra ele continuar, mesmo a gente dando fora sendo chato, xingando ele [...], ia pedir pra ele ficar continuando... (Rafaela, 1:09:53 min).

O terceiro caso conta a história do pai, Enéas Querin Fernandes, e os filhos, Marcelo e Leandro Pinto Fernandes (figura 07, *plano médio*, e figura 08, *primeiro plano*). O filho Leandro não participou do documentário. Enéas afirma que mesmo com a guarda dos filhos não conseguia buscá-los pois havia desculpas realizadas pela mãe: “Proibia eu de encontrar meus filhos” (Enéas, 17:08 min). O pai Enéas relata que fizeram acordos na justiça, os quais a mãe descumpria: “ [...] até que a justiça do Rio de Janeiro deu a guarda das crianças pra mim, e a partir desse dia eu não consegui ver mais meus filhos por um ano, mais ou menos, porque ela fugia” (Enéas, 17:58 min).

Figura 4: Filho e pai contam suas experiências no contexto da Alienação Parental



Fonte: Documentário *A morte inventada*

Figura 5: Filho e pai contam suas experiências no contexto da Alienação Parental



Fonte: Documentário *A morte inventada*

De acordo com Winnicott (1999), esse distanciamento ocasionado entre pais e filhos pode fragilizar as crianças acarretando em insegurança pela falta de apoio:

os bebês, estão apenas fragilmente estabelecidos como pessoas e, portanto, se não forem apoiados, terão seu desenvolvimento distorcido sempre que ocorram coisas adversas ou desagradáveis. A criança que conheceu a segurança nesse estágio inicial começa a alimentar a expectativa de que nunca lhe faltarão nem a abandonarão. Frustrações, bem, sim. Elas são inevitáveis; mas ser abandonada... bem, isso não! Tudo isto é muito simples e coerente (WINICOTT, 1999, p. 105).

Quando a mãe (a qual não foi revelado o nome) sabia que o pai estava perto com o oficial de justiça para efetuar a busca dos filhos (Marcelo e Leandro), ou visitá-los, a mãe fugia, levando os filhos. O filho Marcelo recorda como era essa experiência: “Sempre se escondia em algum lugar, fugia, mas pra mim também não era: Ó, meu Pai está vindo me buscar! Era uma coisa que a minha mãe falava: a gente tem que ir! [...] pra mim era só me esconder e depois brincar novamente” (Marcelo, 19:37 min).

Marcelo relata sobre as fugas que, para a sua imaturidade emocional na época, não compreendia o sentido das situações, encarava tudo com naturalidade, como se fosse normal, passa a sentir mais negativamente, quando o irmão foi levado pelo pai, enquanto Marcelo se arruma para ir à escola e foi avisado pela mãe ou madrinha, a qual ele não recorda, que teriam

que sair de casa, pois o pai Enéas estava pela cidade para buscá-los. Com isso, Marcelo entrou no carro com a mãe e foram para a escola procurar pelo irmão na tentativa de conseguir fugir mas o pai já o havia encontrado: “Ficou marcado, porque meu irmão era assim, eu tinha um convívio sempre, e de uma hora pra outra não tinha mais o meu irmão, ele sumiu, então ele fez uma falta” (Marcelo, 20:35 min).

O pai comenta sobre o momento que foi apanhar os filhos: “Junto com a carta precatória de busca e apreensão das crianças fui até a escola buscar meus filhos” (Enéas, 1:12:30 min). Mesmo assim, um dos filhos, como descrito acima, conseguiu fugir. Ao falar sobre os seus sentimentos, enquanto pai afastado dos filhos por conta da mãe não querer mais o convívio deles, afirma o que a distância forçada dos filhos faz com que o genitor alienado sinta raiva da pessoa que está afastando do filho: “Por um bom tempo era difícil chegar perto de mim, eu transpirava ódio!” (Enéas, 1:11:40 min).

Mesmo com o passar dos anos, hoje com os filhos adultos, ele declara a dificuldade de superar os anos de conflitos vivenciados: “Aquela marca ruim daquele momento [...] sempre descamba para a raiva, para a tristeza ou descamba para o ressentimento!” (Enéas, 1:12:30 min). Lembra também que “A distância do filho por conta de uma atitude de uma outra pessoa, né? Eu acho que naturalmente faz a gente sentir muita raiva da outra pessoa” (Enéas, 1:11:20 min). Mas comenta que esse sentimento se transformou com o tempo “Com o tempo, se transformou em tristeza mesmo, saudade...” (Enéas, 1:11:49 min).

O sentimento de impotência, vivido pelo pai, também fica evidente: “Estar privado do filho porque alguém resolveu que você não vai vê-lo, sei lá por qual motivo, seja ele qual for.” (Enéas, 1:12:04 min). Enéas discorre que tentava levar a situação com os filhos por meio do bom-humor pois todos ficaram sensíveis com o ocorrido: “[...] e é muito ruim falar nisso de novo, sabia?” (Enéas, 1:12:34 min).

Esses diálogos dos genitores alienados refletem sobre a Alienação Parental que são proporcionados pelo documentário por meio dos seus depoimentos estão de acordo com a autorrepresentação, explicada anteriormente, recorrida pelo diretor do filme. Canevacci (2015) descreve que a autorrepresentação ocasionou em uma mudança nos paradigmas e em métodos adotados para pesquisas, pois deu início a um processo com maiores reflexões e oportunizou outros diálogos. “O entrevistador também é entrevistado e não pode ficar parado no papel de fazer só perguntas unidirecionais” (CANEVACCI, 2015, p. 17). Assim, o envolvimento do diretor com o tema abordado recebe outras proporções no sentido de aprofundamento.

Refletindo sobre os relatos dos pais e dos filhos e a estrutura do documentário, pode-se evidenciar em *A morte inventada*, o que Nichols (2010) denominou de *triângulo da*

comunicação, isto é, no documentário existem três histórias que ocorrem concomitantemente: a história do público, do filme e do cineasta. Nas palavras do autor,

De formas diferentes, todas essas histórias são parte daquilo a que assistimos quando perguntamos de que trata um certo filme. Isso quer dizer que, quando assistimos a um filme, tomamos consciência de que ele provém de algum lugar e de alguém. Existe uma história de como e por que ele foi feito. Essa história é, com frequência, mais pessoal e idiossincrática nos documentários e no filme de vanguarda do que no longa-metragem comercial (NICHOLS, 2010, p. 93).

O quarto caso trata-se da Alienação Parental vivida por Paulo Martins (pai) e os filhos Vitor e Mariana. Como os filhos são crianças, o filme apresenta somente o depoimento do pai, que relata não poder ficar com os filhos na casa dele, são apenas visitas superficiais, onde passeiam pelas ruas, sentindo-se como se fosse pai de *fast-food*, de pracinhas, pois os filhos não podiam dormir na sua casa. Até antes da sua ex-companheira, mãe dos filhos saber que estava namorando, eles frequentavam a casa do pai, faziam comida, se divertiam, mas quando ele comentou com os filhos que tinha uma namorada e a mãe ficou sabendo, tiveram início as confusões e dificuldades para as visitas: “Começaram com dificuldades de telefone, ligava pra lá, existia até uma secretária eletrônica, deixava mensagem na secretária pra falar com eles, mas, não atendiam o telefone” (Paulo, 22:59 min).

No processo judicial o direito à visita dos filhos estava regulamentado como livre, ou seja, sem necessidade de marcar dia e horário para o pai poder conviver com os filhos menores de idade. Assim, o pai está legalmente amparado pela decisão judicial, e pode a ela recorrer, se for necessário, caso a mãe (genitora guardiã) impedisse o pai de conviver com os filhos. O pai Paulo costumava buscar os filhos em casa, no caso, a casa da mãe, sua ex-companheira, durante qualquer dia, normalmente, como ocorria no início da separação quando os pegava para dormir no final de semana, mas após a notícia de que o pai tinha uma namorada eles passaram a dizer que não queriam ir: “minha filha dizia: não, não quero, a gente não quer ir não” (Mariana, 23:30 min). De acordo com o Paulo, em alguns telefonemas a menina justificava não querer ir visitá-lo por conta da namorada: “eu não quero ir não pai, aquela safada, se referindo a minha companheira” (Paulo, 23:39 min).

Ademais, escutou várias vezes a sua ex-companheira dizer a filha para comunicar ao pai, que ela não queria vê-lo colaborando, segundo ele, com o afastamento dos filhos. A assistente social afirma que a criança inicialmente fica em dúvida quanto as informações contraditórias que ela escuta dos dois genitores, mas, com o tempo, ela repete as falas da mãe ou do pai alienador(a).

O pai, ao imaginar como seria quando essa situação de alienação acabasse, se emociona e sorri, como observa-se na figura 09, *primeiro plano*, dizendo: “Até que eles acordem do pesadelo, saber que tem alguém ao lado deles, que o pai deles está do lado: Não, foi só um pesadelo, estou aqui [...], poder na hora que eles abrirem os olhos, eu estar ali, do lado deles” (Paulo, 1:08:03 min). Idealiza-se, assim, segundo o genitor, o momento que será possível exercer a sua paternidade que até então está negada.

Figura 6: Paulo e o sonho de uma convivência saudável com os filhos



Fonte: Documentário *A morte inventada*

O aprofundamento dos relatos, das narrativas pode contribuir, estimular, no espectador, atitudes, como ressalta Nichols:

O vídeo e o filme documentário estimulam a epistefilia (o desejo de saber) no público. Transmitem uma lógica informativa, uma retórica persuasiva, uma poética comovente, que prometem informação conhecimento, descobertas e consciência. O documentário propõe a seu público que a satisfação desse desejo de saber seja uma ocupação comum. Nós também podemos ocupar a posição daquele que sabe. *Eles falam sobre eles para nós*, nós obtemos prazer, satisfação e conhecimento como resultado (NICHOLS, 2010, p. 70).

O quinto caso trata de uma mãe, S. (Figura 10, *plano geral*¹⁰ em *contra-luz*¹¹), genitora alienada, que preferiu não se identificar e nem revelar o seu rosto, dificultando assim o reconhecimento da sua identidade perante a sociedade, e seu filho, que também não foi identificado e não participou do filme. Essa diferença é importante em relação aos depoimentos dos homens que mostraram seus rostos diante as câmeras. O *plano geral* foi utilizado, de acordo com Julier e Marie (2009), para inserir “o sujeito em seu ambiente, eventualmente dando uma ideia das relações entre eles” (JULIER; MARIE, 2009, p. 24). A escolha da cena ser filmada no quarto reforça o sentido de uma busca de representação da narrativa dessa mãe. A iluminação

¹⁰ *Plano geral* (PG): Utilizado para mostrar o personagem inteiro na cena ou o ambiente, com ângulo de visão mais aberto.

¹¹ *Contra-luz*: Aparece propositalmente, somente a silhueta da pessoa filmada, por conta do fundo da imagem estar com mais luz do que o objeto ou o personagem.

em *contraluz*, a sombra, evidencia sensação, sentimento relacionado aos seus relatos de tristeza, frustrações com a maternidade alienada, sendo ela, vítima da Alienação Parental.

A mãe S. explana ter tido demonstração de afeto do filho somente quando ele atingiu os dezoito anos de idade (embora o filho more com a mãe), pois antes, ao chegar em casa, era calado, mal a olhava nos olhos, muito irritado e agressivo. Quando o filho retornava da casa do pai, das férias ou dos finais de semana que passava com ele, a mãe relata que o filho não a olhava, entrava em casa e não a dirigia o olhar, “eu não conseguia falar com ele, ele ficava travado, entendeu? E agressivo. Mas eu só fui conseguir um beijo dele, no rosto, ne?! Que eu conseguisse dar um beijo no meu filho, aos dezoito anos, tamanha o descrédito que ele tem em mim” (S., 42:43 min).

Figura 7: Mãe S. relata sobre a indiferença do filho



Fonte: Documentário- *A morte inventada*

Segundo S., o filho passou a vida escutando que a mãe não prestava, a genitora foi privada do contato afetivo com o filho e de acompanhar seu desenvolvimento, o que causa grande distanciamento entre eles. S. disse não saber como se aproximar do filho, pois as tentativas eram rechaçadas e que acabava se distanciando para evitar mais sofrimento. A mãe possuía a guarda do filho, então ele passava a semana com ela, mas em todos os finais de semana, férias, e até no dia das mães, o filho estava com o pai. E quando ela questionava, o pai ironizava e a humilhava dizendo: “Ué! Dia das Mães? Você é uma merda de mãe!” (42:29 min).

Diante da tristeza e frustrações vivenciadas, S. narra:

Chega um momento que você se resseca um pouco por dentro também, entendeu? de tanto que você é massacrada, né? Teu filho te maltrata, por causa disso, você é maltratada por ele, mas eu sou mãe, compreendo, sei porque está acontecendo isso, mas você sofre essa consequência, essa indiferença da criança (S., 43:49 min).

Embora a infância do filho não tenha sido vivida como a mãe S. gostaria, estavam no momento que tentavam resgatar os momentos perdidos como se estivessem de volta à época quando o filho era criança, fazendo brincadeiras, tentam resgatar o que ficou perdido no

passado. S. afirma: “Esse tempo não vai voltar mais, vai voltar agora, mas agora? Não posso mais dormir com ele pra contar historinha! [...] Como vou voltar esse tempo? e fica o vazio” (S., 44:21 min). Percebemos o quanto a Alienação Parental inclui diversos sentimentos negativos que fazem parte de suas vidas mesmo quando convivem de uma forma mais saudável. Como também o vazio, um dos sentimentos comuns de quem está sendo alienado, dito também por Rafaela, Karla e Daniela (filhas alienadas) dos casos apresentados.

Geraldo Carnevale, juiz e especialista, (que entendemos como vozes convocadas para dizer a verdade¹²) entrevistado no documentário, sugere que o laudo psicológico seja validado somente se for escutado as duas partes. Nas suas avaliações, esse juiz considera somente os casos que tenham os dois lados da história. Nos casos identificados por ele, de não ocorrência de abuso, é retirada a guarda do genitor alienante, que ocasionou as falsas acusações, por conseguinte, é realizada a inversão de guarda, no caso, para o genitor alienado. Segundo o juiz, logo que instaurado o processo, as partes devem ser informadas, advertidas, quanto a isso. O prejuízo da Alienação Parental é a falta de contato e do afeto. Nesse contexto, o alienador ganha tempo para poder fixar as falsas memórias, como também possível acusação falsa de abuso sexual.

Para abordar as questões psicológicas envolvidas na Alienação Parental, a desembargadora, Lúcia Maria Miguel, afirma que o afastamento entre genitor alienado e filho gera indiferença entre eles. A psicóloga e advogada, Alexandra Ullmann relata que os filhos vivem uma história inventada pelo genitor alienante e acreditam que ela seja verdadeira, pois quem está contando é a mãe ou o pai, pessoas as quais, a princípio, seriam confiáveis.

No relato do primeiro caso, como exposto anteriormente, uma das filhas, vítima da alienação, evidencia essa questão,

Então num certo momento comecei a fazer uma busca pela verdade, foi quando eu fui atrás de saber o que tinha acontecido mesmo, aquelas histórias todas que ela me contava, o quê que tinha de verdade naquilo? Aí eu descobri que não tinha nada, que era tudo mentira mesmo. Que toda aquela parte, tudo que eu tinha vivido na infância e na adolescência, tinha sido uma mentira contada pela minha mãe (Karla Mendes, vítima de alienação parental por parte materna, 30:59 min).

No sexto e penúltimo caso apresentado no filme, um pai vítima da falsa acusação de abuso sexual, chamado como A., que preferiu não ter a identificação do seu nome e nem do rosto revelados como mostra a figura 11, *primeiro plano*, em *contra-luz*. Esse foi o único pai

¹² Abordamos dessa forma, nos referindo à sociedade que, por vezes, concebem os especialistas como completamente detentores de um suposto saber e, conseqüentemente, de uma verdade sobre algum assunto, o que nem sempre está correto.

que não mostrou seu rosto diante a câmera, o que provavelmente podemos pensar ser por devido as acusações de abusar sexualmente de sua própria filha, o que pode ter causado constrangimento. A. morava há seis anos com a sua ex-mulher quando a filha nasceu e, após a criança ter um ano, a mãe saiu de casa sem dizer para onde iria, levando a filha com ela.

A. conseguiu encontrar a moradia da ex-mulher que ficava em outro município, assim, começou a realizar frequentes visitas à filha. Mas iniciaram as complicações para as visitas: “A criança está doentinha, está com febre, essas coisinhas” (A., 48 min). Tendo em vista a dificuldade colocada pela mãe sobre as visitas, o pai entrou com uma ação para a regulamentação das visitas, segundo ele, para tentar se defender do processo: “Ela argumentou, que não deixava eu ver a criança porque eu abusava sexualmente da criança” (A., 48 min 33 seg).

Figura 8: *Pai A. e o depoimento sobre a acusação*



Fonte: Documentário *A morte inventada*

Conforme A., uma psicóloga atestou que haviam indícios de abuso sexual, elaborou documento de apenas três linhas, o qual foi escutado somente a mãe. O mesmo juiz da primeira instância que cassou o direito à visitação de o pai ver a filha, a cancelou e regularizou, posteriormente, as visitas provisórias até o final do processo. Mesmo com o seu direito assegurado, a mãe o impedia de ver a filha, com isso o juiz solicitou um parecer psicológico. Inconformado, A. desabafou que um crime cometido pela mãe contra a criança não poderia ser tratado com terapia que para ele, e que seria caso a ser resolvido pela polícia. A. relatou que será difícil conviver com a filha: “Acho que é uma criança que morreu. Tantos pais perdem os filhos por aí, eu perdi a minha, mas vou continuar lutando, para vê-la, e tentar algum tipo de contato com essa criança, mas não tenho muita esperança de reverter esse quadro” (A., 51:15 min).

A. demonstra estar inconformado e apresenta uma fala com uma certa irritação, possível de ser identificada ao assistir o documentário. Ele segue:

Todo mundo diz: Estamos protegendo a criança! Mas o que acontece, na realidade, é que a criança está completamente desprotegida nas mãos da mãe”. Quando uma

criança está envolvida em uma acusação de abuso sexual, já não importa se essa acusação é falsa ou verdadeira, ela está em risco. Porque se for verdadeira, o pai deve ser afastado, mas e se for falso? A Mãe deve ser afastada? (A., 51:51 min).

Ao analisar os casos abordados no presente capítulo podemos, conforme à Fonseca (1999), os profissionais de diversas áreas da saúde, assistência social e do direito costumam dizer que “cada caso é um caso”, para que assim possam averiguar com mais especificidade cada situação que é apresentada a eles, seja de um paciente, de um aluno, sobre determinada discriminação racial ou econômica, questões sociais, como a gravidez, entre outras situações. No entanto, diferentes profissionais procuram investigar essa questão do “cada caso é um caso” de outras formas, uma delas é através da etnografia¹³, um espaço possível para realizar a pesquisa qualitativa, em que o pesquisador e o objeto interagem, se torna, assim, um trabalho investigativo.

Essa frase “cada caso é um caso” comumente utilizada, não condiz com a Antropologia¹⁴ e o método etnográfico, pois, o entendimento dessas áreas, assim, relaciona essa frase, com uma busca de uma visão social dos comportamentos, que pensam em sistemas e não apenas na individualidade de cada caso. Partindo da investigação, de um particular para o geral é que temos realmente um relato etnográfico preocupado com as questões políticas e históricas dos comportamentos humanos (FONSECA, 1999). Ou seja, percebe-se que os depoimentos das vítimas da Alienação Parental abordados no documentário aqui apresentado no sexto caso e também nos outros, que o tema vai além do cada caso, é um caso distanciando de um particular para o geral. É um fenômeno social e merece a atenção da sociedade no tocante a sua conscientização e desdobramentos possíveis.

Para finalizar o documentário, o sétimo e último caso é narrado somente pelo avô paterno, Hélio Monteiro, pai do genitor alienado (figura 12, *primeiro plano*). O filho dele foi acusado de abusar sexualmente da filha, segundo consta em um relatório psicológico. Este, como relata o avô, foi elaborado de acordo com o conteúdo de somente uma das partes do caso (o mesmo ocorrido no sexto caso do Pai A.), que acabou confirmando o abuso através da escuta de um lado da história, neste caso, a mãe, sem chamar a outra parte, para ser ouvida.

¹³ Etnografia: Descrição de um povo, seus costumes, raça, religião e seus significados, por meio da interação entre o pesquisador e o povo pesquisado.

¹⁴ Antropologia: Ciência que estuda a humanidade e o homem, suas culturas, de maneira mais abrangente, em todas as suas dimensões.

Figura 12: O avô alienado e a indignação com os profissionais e o Estado.



Fonte: Documentário *A morte inventada*

Por conseguinte, esses relatórios mal elaborados, de acordo com o avô, podem compactuar com o genitor alienante e prejudicar o genitor alienado que, no caso, inocentado pela justiça, sofre as consequências, no mínimo, de ter que conviver com a ausência do contato com o filho. Ao falar da neta, ele narra: “órfã do pai vivo, o pai tá vivo, mas cadê o pai?” (Hélio, 1:00:24 min). O tempo passa e a criança começa a perder as referências, os costumes, os valores da sua própria família, o que é utilizado como uma artimanha pelos advogados para que no momento da audiência, ao perguntar a criança se ela prefere ficar com o pai (no caso, ela facilmente, pela perda do contato), responder que não: “para essas pessoas, o crime compensa, não acontece nada com os acusadores” (Hélio, 1:03:41 min). Para ele, o alienador esquece que o maior prejudicado é o filho, além do genitor alienado e os parentes do outro lado da família; os alienadores agem de modo desumano e de certa forma, contra o próprio filho: “principalmente contra aquela criança, que não tem condições de se defender” (Hélio, 1:02:52 min).

Outro fator que chama atenção é o fato de ser o avô quem participa para contribuir com o seu depoimento, em que reforça a importância do parentesco, além da família. Outrossim, a autora Sarti (1992) esclarece essa indagação, ao mencionar a Antropologia como contribuinte para a problematização de uma certa naturalização e universalização conceitual existentes sobre família na contemporaneidade, no conhecimento social.

Discute-se assim, o parentesco diferenciando-o da família, mesmo que os dois abordem fatores fundamentais da vida, “Todo mundo nasce, se acasala e morre. O que é específico do ser humano é que o homem escolhe a forma como ele vai fazer isso” (SARTI, 1992, p. 02). Portanto, o parentesco é formado pelas relações entre pais e filhos, entre irmãos e através do casamento, estudando, assim, as suas variáveis inerentes a elas.

Fica evidente, nos casos apresentados no documentário, que ele se classifica em: *Eu falo - ou nós falamos - de nós para você*, ou seja, o cineasta faz parte do grupo ao qual está sendo representado (NICHOLS, 2010). Neste documentário, o diretor Alan é quem entrevista

os pais (genitores homens alienados), os filhos, como também um avô paterno alienado, que está representando seu filho alienado e apenas uma mãe, como genitora alienada. O diretor insere no documentário, um poema feito por ele, em homenagem a sua filha, pois em entrevistas, ele relata também ser um genitor alienado, afastado do convívio com a sua filha, por conta da Alienação Parental. Esclarece, assim, o uso pelo diretor da técnica: *Eu falo- ou nós falamos- de nós para você.*

Segundo Costa (2011) os recursos ficcionais são utilizados também em busca de uma representação de sentimentos. O diretor recorreu a esses recursos, no qual inseriu a narração do poema feito por ele mesmo e contrapondo com imagens de locais vazios, tais como: praia, jardim, parque infantil (Figuras 13, *plano detalhe*, e figura 14 *plano geral*); representando solidão e melancolia vivenciado pelo genitor alienado, vítima da alienação parental, da separação forçada de convivência com o filho.

Figuras 13: Cena do parque vazio, associado a solidão vivida pelos pais



Fonte: Documentário- *A morte inventada*

Figuras 14: Cena do parque vazio, associado a solidão vivida pelos pais



Fonte: Documentário- *A morte inventada*

Partindo do pressuposto da representação e não neutralidade dos diretores, Maria Beatriz Colucci (2016), refere-se ao cinema nacional contemporâneo, em que considera suas narrativas autorrepresentativas, relaciona com o direito pela busca de justiça e adequadas representações de minorias e às políticas de identidades. A pesquisa da autora observou, na década de 2000, uma tendência à autorrepresentação, nos documentários nacionais. Fato que

confirmamos na análise do documentário *A morte inventada*, pois busca por meio da arte ressaltar as informações a respeito de uma paternidade que está sendo impedida pelas mães, na maioria dos casos apresentados, expondo que um grupo de homens deseja acompanhar e estar presente na vida dos filhos como também mais visíveis na sociedade como uma paternidade responsável e não à margem, associados a uma paternidade antiga, com outros valores e costumes, como já exposto.

Cabe lembrar que o crescimento de filmes que se voltam para a discussão pessoal, colocando-se em questão, surgem de uma tendência auto reflexiva, desde os anos 1960, o qual se expandiu no Brasil, por volta dos anos de 2000, em função do digital, ou seja, devido a duas demandas: a primeira diz respeito a facilidade de acesso obtida a partir dessa época aos equipamentos necessários para produzir um filme, os meios digitais, e a segunda refere-se ao aumento de cursos ofertados com foco nas capacitações audiovisuais, que foram se espalhando ao redor do país, principalmente nas regiões mais remotas e humildes, como as favelas, por exemplo (COLUCCI, 2016). Nas palavras dessa autora:

O foco do cinema brasileiro nas questões sociais, e a concretização de diferentes experiências de produção compartilhadas permitem vislumbrar, na contemporaneidade, um cenário em que a autorrepresentação vem ganhando força nos produtos audiovisuais. Acreditamos que tais filmes assumem um caráter pedagógico, pois além de interferirem na realidade vivida, dando visibilidade a problemas sociais, podem estimular a construção de representações mais plurais e menos estereotipadas, bem como atitudes de enfrentamento crítico para outros grupos e comunidades. Os filmes se colocam, pois, como agentes de transformação (COLUCCI, 2016, p. 2).

Portanto, pode-se pensar o filme sobre a paternidade na Alienação Parental como uma ferramenta com potencial transformador para a sociedade, que esclarece sobre o fenômeno, e desmistifica características que ao longo dos anos foram estereotipadas. Embora não afirmamos que no documentário todas as informações a respeito do masculino e a paternidade revelem uma verdade absoluta sobre elas na Alienação Parental.

Nesse presente capítulo, tivemos a pretensão de analisar a paternidade na Alienação Parental diante dos depoimentos de pais, filhos e de especialistas, além de identificar como o diretor trabalha com a sua arte. Evidenciamos a autorrepresentação no filme, pois o mesmo foi vítima da Alienação Parental, e está representando a paternidade que vive nessa arena de disputa, convivendo com o distanciamento (geralmente inevitável), entre genitor alienado e o filho. Insere no filme, o poema que fez para sua filha, descrevendo sua experiência pessoal, enfatizando os aspectos emocionais de pais e filhos que vivem nessa arena de disputa. Adentra na solidão vivenciada por eles, seguida de afastamento físico e emocional dos filhos, refletindo sobre suas emoções, as dificuldades encontradas e o tempo perdido.

Esses dados provocam a pensar o motivo de não haver mais depoimentos de mães alienadas no documentário, como também paira o questionamento da não presença das mães alienadoras nos casos, para que possamos discutir melhor as questões que fazem parte dessa arena, em que ficariam evidentes e melhor avaliadas as relações conjugais e parentais de cada caso apresentado. No entanto, de acordo com a sua história, o diretor representa uma paternidade no documentário de maneira mais poética, ao tratar dos casos e seus depoimentos, como também com os especialistas. O diretor deixa claro a sua inconformidade com as áreas que trabalham com a Alienação Parental, afirmando que ainda não estão devidamente preparadas para uma atuação eficaz, remetendo novamente a sua história pessoal.

Fica evidente o quanto os pais e filhos sofrem com a Alienação Parental, e as consequências emocionais negativas que os assolam e foram expostas no presente capítulo. Do mesmo modo, o vazio relatado em vários depoimentos devido à ausência do vínculo afetivo com o pai e o distanciamento emocional que acaba sendo inevitável diante das manipulações proferidas pelo genitor alienante e a ausência do pai que em alguns casos preferiram esperar os filhos crescerem atingir a maioridade civil para depois retomarem o contato. Explicação dada aos filhos e que eles mesmos interrogam, afirmando que seria melhor, se eles tivessem insistido ainda enquanto eram crianças. No próximo capítulo, apresentaremos o documentário *Borrando a papá*, e analisaremos a forma que a paternidade na Alienação Parental é representada, diante dos depoimentos de casos, profissionais e instituições, além dos recursos cinematográficos escolhidos e quais seus efeitos provocados no filme.

3 DOCUMENTÁRIO: *BORRANDO A PAPÁ*

O documentário foi dirigido por Ginger Gentile e Sandra Fernández Ferreira, produzido por Gabriel Balanovsky, Cine Argentino, com o apoio do Instituto Nacional de Cine e Artes Audiovisuais (INCAA), San Telmo Produções, no ano de 2014, 78 min 25 seg, Buenos Aires. Esta reprodução foi proibida na Argentina, pois alguns especialistas entrevistados no documentário exigiram na justiça a censura do filme e o pedido foi aceito concomitante a outros pedidos de grupos ideológicos que alegavam a vitimização dos pais no documentário, como também por conta das denúncias contra alguns profissionais da saúde, principalmente psicólogos e advogados que o documentário afirma estarem manipulando o sistema para beneficiar as mães em detrimento dos pais. A diretora Ginger revela que o documentário faz uma denúncia de uma violência institucional, devido aos comportamentos das instituições que trabalham na conjuntura da Alienação Parental, detalhado nesse presente capítulo (BANDA 3.0, 2014).

O filme pode ser acessado através das plataformas de internet e apresenta entrevistas com profissionais de diversas áreas que atuam nessa arena da Alienação Parental, sendo eles: do direito, psicologia, assistência social. Além de defensorias, associações, instituições, dois filhos que foram vítimas da alienação e, principalmente, pais alienados. São personagens exibidas duas mães alienadoras, uma tia e uma avó no papel de alienados, como também a utilização de câmera oculta e noticiários locais e internacionais sobre o tema que foram inseridos no filme mostrando as angústias vividas por pais e filhos argentinos alienados que dependem de uma decisão jurídica do Estado para normatizar e solucionar esses casos complexos na arena de disputa criada pelos conflitos conjugais e que as instituições e profissionais relataram possuir uma posição ideológica, na qual acreditam na versão de que a mãe é detentora do cuidado e amor para com o filho, que por vezes, esse olhar pode estar distorcido.

No filme argentino, entrevistaram somente homens, totalizando sete casos, de pais vítimas da alienação, que foram coletadas em dois momentos, com espaço temporal não revelado, e dois filhos que relatam suas vivências a respeito do assunto, sendo um deles, por intermédio de um vídeo, gravado pela própria filha, para ser entregue ao juiz, pedindo o direito de morar com o pai. Ademais, outros pais aparecem enquadrados apenas pelo rosto, em formato de foto 3x4, que vão se sobrepondo um ao outro, até a tela ficar preenchida de pais que relatam sobre o tempo, a quantidade de dias, semanas, meses e anos que estão sem nenhum contato com

os seus filhos; como também, manifestações em praças públicas, nas quais diversos pais e outros familiares reivindicam o direito ao convívio familiar com a criança.

No primeiro momento do filme são apresentados os depoimentos de casos somente dos pais alienados, no segundo momento, algumas imagens de arquivo foram inseridas, de telejornais (noticiários locais), concomitantemente, associando-os com os casos. E no terceiro momento, o documentário argentino faz revelações de que as instituições e profissionais do direito e da psicologia são inescrupulosos que fazem da Alienação Parental uma indústria para obter ganhos financeiros. Não daremos esse foco ao trabalho, pois a pretensão foi discutir a paternidade sob a Alienação Parental, e como os diretores a estão representando, ou melhor, através de autorrepresentações que ficaram evidentes nos documentários após as análises documentais. No final da obra, as manifestações efetuadas em praças públicas na Argentina, seguidas de outras manifestações em vários países (também inseridas de arquivos de imagens), com uma música no pano de fundo, onde é apresentado um show de rock.

O produtor Gabriel Balanovsky, entrevistado pela C5N¹⁵ (2014), afirma que o documentário surgiu em virtude da sua experiência pessoal de vítima da Alienação Parental, na qual foi preso por um ano, acusado de sequestrar a própria filha, estando sem contato com ela há 12 anos. Este fato que o motivou a entrevistar outros pais que também se encontram nessa disputa, na tentativa de exercer o direito a convivência familiar, impedido pelo genitor alienante, que no caso, foram apresentados como a mãe, aparando-se no decorrer do filme, das leis e suas aplicações. A diretora Ginger Gentile afirma em entrevistas a telejornais locais da argentina também ter sido vítima da Alienação Parental no qual o pai foi o genitor alienado, situação esta que recorda ter tomado consciência há poucos anos atrás. Ginger (diretora) e Gabriel (produtor) mantém um relacionamento estável e decidiram por ter experiências de vida semelhantes desenvolver esse documentário.

No documentário aparecem afirmações de que na Argentina não existe guarda compartilhada, a qual fica geralmente com a genitora até os cinco anos de idade: “Na Argentina não existe lei de guarda compartilhada. Na maioria dos casos, o juiz concede a guarda dos filhos à mãe”¹⁶(Tradução livre, 0:28 min). O documentário possui um site¹⁷, no qual constam entrevistas dos diretores em TVs locais, e divulgam o material do documentário, e anunciam também que estão produzindo outro: *Borrando a la familia*, onde serão incluídos outros

¹⁵ C5N: Telejornal local na Argentina.

¹⁶Original: “En Argentina no existe ley de tenencia compartida. En la mayoria de los casos, el juez otorga la tenencia de los hijos a la madre”

¹⁷ Site do documentário *Borrando a papá*: <http://www.borrandoapapa.com.ar/>

componentes familiares: mães, tios, avós, após esses entrarem em contato, revelando seus relatos de experiências das suas identidades familiares.

Cabe destacar o papel importante que o documentário ocupou para certas transformações na sociedade, pois, depois do lançamento do filme nos cinemas argentinos o filme foi liberado para ser acessado no *Youtube*, que amplia, assim, o número de pessoas, no qual, terão acesso ao filme, e ao conhecimento sobre o tema. Devido ao fato do pedido de censura por parte dos profissionais entrevistados ter sido aceito, e por esse motivo, depois dos obstáculos enfrentados pela equipe do documentário para a sua livre exibição, criou um impacto positivo no qual a Argentina aprovou a guarda compartilhada, o que corrobora com o que já mencionamos anteriormente, a respeito dos efeitos do documentário, quanto a sua capacidade de transformar a sociedade.

3.1 Entre Casos de Alienação Parental e Instituições: a paternidade sob diversos olhares

No primeiro caso, o pai Cláudio (no papel de alienado) revela que, quando tinha oito anos sua mãe proibia seu pai de visitá-lo após a separação e que ela chorava muito. Para ele, o impacto foi maior depois, com o tempo, pois não podia ver o pai, porque a mãe não queria, e quando o pai ia até a sua casa a mãe recusava suas visitas, ameaçando-o, e chegando a agredi-lo fisicamente algumas vezes. Com isso, passou dois anos sem ter contato com o pai e, emocionado, relata recordar os momentos vividos enquanto filho. E hoje, ele vive a mesma situação, agora no papel de pai, sem contato com a filha mais velha, de dez anos.

Nos dias atuais, a ex- companheira de Cláudio, a mãe da sua filha foi morar em outra cidade, antes disso, ele só conseguia ver a filha nos recreios da escola, caso contrário não teria contato. Passou seis anos com processo judicial até a mãe aceitar a imposição do regime de visitas. Quando recorda o que vivenciou enquanto criança, no quesito das falsas memórias impostas pela mãe, ele afirma: “Como você vai imaginar que sua mãe vai mentir para você? Ou que sua mãe vai dizer algo só para ferir ao seu pai? [...]. É uma cicatriz que você leva na alma! É algo terrível!” (Cláudio, 16:48 min). No final do documentário aparece Cláudio (provavelmente meses depois), informando que obteve a guarda da filha após ela pedir para viver com o pai (figura 15, *primeiríssimo plano*¹⁸). Mas, a corte de apelação reverteu a guarda para a mãe, sem averiguar a situação. A filha então foi forçada retornar a morar com ela e acabaram cortando todo e qualquer tipo de comunicação com a família do pai.

¹⁸ *Primeiríssimo plano*: Quando o personagem é enquadrado do ombro para cima.

Figura 15: O encontro de Cláudio e sua filha.



Fonte: Documentário- *Borrando a papá*

O diretor de Assistência à vítima do Instituto Nacional contra a Discriminação, a Xenofobia e o Racismo (INADI), Julián Díaz Bardelli declara que a guarda dos filhos menores de cinco anos fica com a mãe, no caso de separações judiciais, exceto em casos que, por razões graves, possam afetar a criança. Segundo ele, o art. 206 do Código Civil argentino normatiza discriminatoriamente, partindo da ideia falsa de que a mulher é mais adequada do que o homem para educar os seus filhos. E que eles não só devem provar a sua idoneidade como também, devem apoiar a mulher, embora, segundo Julián, o mesmo não ocorre quando a situação acontece ao contrário, que se espera o apoio das mulheres aos homens já que estes não recebem esse apoio. Ou seja, pode-se pensar que os homens acabam sendo discriminados especificamente pelo gênero.

Ao analisar os depoimentos de casos e de especialistas convocados a falar sobre a Alienação Parental ratifica-se a ideia do documentário *Borrando a papá* também ser de autorrepresentação como *A morte inventada*. Segundo Colucci e Anjos (2014), a autorrepresentação procura extinguir os mediadores, admitindo apenas o intermédio realizado pela câmera. As produções cinematográficas representam, assim, um material com proposta que vai além da produção de significados, e passam a ter um potencial político com capacidade de produzir uma mudança na sociedade, voltado a transformações sociais, por meio da arte. Portanto,

Tomando como base o sentido de mostrar as nuances sociais através de outros olhares – os dos sujeitos da experiência –, a autorrepresentação carrega em seu contexto a possibilidade de reconstruir e ressignificar nossa realidade, trazendo consigo uma tentativa de democratização das representações (COLUCCI; ANJOS, 2014, p. 10).

Na entrevista com o advogado penalista, especialista em família, Juan Carlos Dietze, ele afirma, que, no art. 6 da convenção dos Direitos da Criança, o filho tem o direito de conviver com ambos os pais, salvo em casos graves de periculosidade. Juan salienta: “A lei está em vigor,

mas não é aplicada. Devido a decisões das instituições, encarregadas para aplicá-las, especialmente o Ministério Público! Os promotores não aplicam essa lei” (Juan, 12:18 min). Juan informa que o pai desaparece na vida da criança, não por falecimento ou literalmente desaparecido, preso ou qualquer outro motivo, mas sim porque alguém fez com que ele desaparecesse, apoiado pelo sistema judicial, por meio da aplicação das leis, “fazendo da criança um órfão de pai vivo, isso é inaceitável” (Juan, 18:16 min).

Glenda Cyran, psicóloga e pesquisadora do CONICET (Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas) da Argentina, relata que: “A Alienação Parental sugere uma relação mal resolvida entre o pai e a mãe, um tipo de ódio em relação ao outro ou a necessidade de lhe prejudicar” (Glenda, 3:56 min). Em relação às falsas denúncias, quando se consegue comprovar a falsidade delas, o genitor alienado é um dos maiores prejudicados, pois fica privado da convivência com o filho tendo em vista que “nenhuma investigação adequada foi feita” (Glenda, 41:10 min).

Portanto, essas questões levantadas pelos pais e profissionais entrevistados estão em harmonia com Moreira e Rabinovich (2011) as quais afirmam: “A crise decorrente da separação afeta todos os membros da família de forma individualizada. Seu impacto dependerá de fatores econômicos, sociais, culturais e religiosos, além do momento do ciclo de vida em que a família se encontra” (MOREIRA; RABINOVICH, 2011, p. 121).

O segundo caso apresenta o Sérgio I (pai alienado) que empregou a câmera oculta, (embora saibamos que seja proibido reproduzir filmagens dessa forma), para mostrar uma tentativa de aproximação com os filhos ao encontrá-los no caminho para a escola. Eles estavam caminhando na calçada com a mãe quando o filho Mateo o viu e começou a chorar indo ao encontro do pai: “Papai, papai! Quero ir com o papai” (Mateo, 4:50 min); então Sérgio pergunta se pode levar o filho, mas a genitora proíbe, o ignora, e responde ao filho que não poderá ir: “Desculpe filho, não. Hoje não vai dar” (Mãe do Mateo, 4:57 min). Ao questioná-la o porquê da proibição, ela diz: “Porque eu não quero” (Mãe do Mateo, 4:58 min) justificando que o filho só chora quando o vê, que se sente mal, e que ela acredita não ser positivo para o desenvolvimento da criança ter contato com o pai, enfatizando a culpa ser dele por estarem passando por essa situação conflituosa e desarmoniosa. O pai diz que vai chamar a polícia e ela concorda narrando que ele pode ligar, denunciar, fazer o que ele quiser, mas que os filhos não sairão com ele.

Sérgio I (pai) acionou a polícia e a mãe relata ao policial que tem um documento que impede o pai de levá-los contrapondo o documento que o pai estava em mãos com liberação para ficar com os filhos nas quintas e sextas, após as aulas. A mãe buscou em sua casa o

documento para entregar ao policial levando o filho menor e deixando um com o pai. Enquanto isso, o filho que ficou com o pai, pedia para ficar com ele. Ao retornar, o filho Mateo questionado pelo policial se desejava ir com o pai, respondeu de forma adulta para a sua idade, que não queria ir, pois o pai não pagava pensão. Na figura 16, *plano conjunto*¹⁹, aparece a mãe e os filhos na hora da tentativa de levar as crianças; o pai, figura 17, *primeiríssimo plano*, aparece pouco no documentário, sendo mais expressivo, a sua voz over e o seu uso da câmera oculta.

Figura 16: Genitora alienadora e os filhos pela câmera oculta.



Fonte: Documentário *Borrando a papá*

Figura 17: Sérgio I a caminho da escola



Fonte: Documentário *Borrando a papá*

Rosália Bikel, psicóloga e especialista em família, relata que o pai excluído do filho causa um dano irreversível, pois a criança e/ou adolescente não considera que tem direito de amar os dois pais, de construir a sua identidade baseada na identificação com o pai e a mãe, bem como de uma imagem da família que o faça sentir segurança na vida. Consequentemente, essas situações levam os filhos a diferentes problemas psicológicos, carregando, por vezes, o sentimento de culpa do que ocorreu. Além disto, deixar as crianças decidirem assuntos de adulto as coloca em um lugar no qual podem pensar em transgredir regras, pois sua idade não permite tais liberdades, e isso acaba como uma violência psicológica cometida contra a criança.

¹⁹ *Plano conjunto*: Quando aparece um grupo de pessoas na mesma cena, em um ambiente determinado. Importa-se aqui a ação das pessoas.

Javier Moral, advogado penalista relata que no momento de o pai visitar o filho, a mãe habitualmente para afastar o contato do filho com o pai se utiliza de desculpas afirmando: “Não, ele está doente, ele não está bem. E, então, o pai para evitar problema, vai embora. Não, ele está cansado. Não, porque...” (Javier, 7:22 min). Quando novamente as mesmas ou outras justificativas os impedem do convívio, introduzindo falas que apresentam um discurso falso de descuido por parte do pai como se o genitor não quisesse estar perto do filho, não lhe desse atenção e não suprisse suas necessidades básicas.

Portanto, o afastamento entre pais e filhos se torna inevitável, até porque, conforme o advogado, os juízes de direito criminal que tramitam com esses processos não interpretam como crime mesmo sendo lei. Para eles, esses casos devem-se resolver na esfera civil. Salienta que não há punição para as mulheres que cometem Alienação Parental: “Embora a lei preveja pena de até 3 anos de prisão [...], só um caso em que a mãe foi processada e recebeu um tipo de pena alternativa, como multa, mas ser presa, realmente, não. É impossível!” (Javier, 11:00 min). Cabe-nos questionar o porquê essas narrativas afirmam uma questão voltada ao gênero como se a mãe sempre fosse inocentada e o pai incriminado. Como se pertencer ao gênero feminino ou masculino fosse decidir o futuro de uma criança/adolescente e de um pai (no caso do documentário) que estão sendo alienados.

Atentando aos recursos cinematográficos utilizados durante o filme percebe-se que existe uma manipulação, procedimento de montagem realizada sobre o tempo e espaço ao utilizar entrevistas de diferentes momentos e pessoas, além de noticiários inclusos e ao mesmo tempo parecer tão sequencial e próximos. Para Deren (2012),

Por manipulação de tempo e espaço, entendo também a criação de uma relação entre tempos, lugares e pessoas separados. Uma panorâmica em swing – em que a tomada de uma pessoa termina com o afastamento rápido da câmera e a tomada de outra pessoa ou lugar começa com movimento também rápido, unindo as duas tomadas na área desfocada dos dois movimentos – traz à proximidade dramática pessoas, lugares e ações que na realidade poderiam estar amplamente separados. Pode-se filmar pessoas diferentes em tempos diferentes e até em lugares diferentes, por meio do mesmo gesto ou movimento e, através de uma montagem criteriosa, que preserva a continuidade do movimento, a própria ação se torna a dinâmica dominante que unifica toda a separação (DEREN, 2012, p. 147).

No terceiro caso, deparamos com o Sérgio II, figura 18, *primeiro plano*, um pai que vive por privação de visitas. Segundo ele, o estado tem dez dias para solucionar esses casos, embasados no art. 3, mas, para ele foram seis meses de espera, tempo que foi impedido de ver os filhos. Afirma, que ao se tratar de casos de conflito familiar, a delegacia prefere não se

envolver. Ele percebe o descaso por parte da justiça: promotores e a 2ª vara de família, não sabendo para onde mais recorrer.

Figura 18: Sérgio II impedido de visitar seus filhos



Fonte: Documentário- *Borrando a papá*

Menciona que o filho sofreu um traumatismo craniano ocasionado por um espancamento pela mãe, que colocou cola no sangramento e o mandou limpar o quintal dizendo que estava de castigo por brigar com o irmão, e depois ao relatar dor na cabeça, o deixou deitar na cama e somente após umas cinco horas foi levado ao hospital. Após nove horas, comunicaram sobre o acontecido ao pai, pois a criança pedia aos médicos que o chamassem, confessando que foi a mãe que o bateu, que era má e queria o pai.

Mesmo assim, a medida cautelar pedida pelo pai na Vara de Família, a qual requiere a guarda do filho, foi negada, sendo alegado que a guarda ficaria com a mãe, enquanto investigassem e que ele colaborasse com a justiça. O juiz exigiu proteção policial à genitora em razão de achar que ela estava intimidada com a presença do ex-marido e temia que ficasse violento. Atualmente, Sergio II recebe visita dos filhos somente porque a mãe permitiu. A guarda continua com ela e o caso de tentativa de homicídio foi arquivado.

No Brasil, a lei está de acordo com a da Argentina no quesito da preferência da guarda quando a criança é pequena,

Cabe aos pais disciplinar, não somente sobre os alimentos, mas também sobre a guarda e o direito de visitas, descrevendo com minúncias as formas de convivência nas férias escolares e festividades religiosas, como o período natalino. Os pais devem decidir sob a guarda de qual deles ficarão os filhos. Os filhos em tenra idade devem ficar preferentemente com a mãe (VENOSA, 2008, p. 177).

No quarto caso, trata-se do pai Hector que ele expõe que havia uma agenda de visitas que não foram cumpridas, relatando que na delegacia de San Martin, onde registra suas queixas, já está conhecido e normalmente não realiza o registro. Conforme o pai: “A mãe sempre violou o regime de visitas. Eu registrei queixas várias vezes. Lá na mesma delegacia da Mulher de San

Martin todos me conhecem. Quando chego lá, eles dizem: ‘E agora, o que foi papai?’” (Hector, 13:14 min). Na figura 19, em *plano detalhe*, observamos o apelo à delegacia através de um adesivo automotivo e na figura 20, *primeiro plano*, os detalhes da face do pai Hector ao relatar sua experiência com a Alienação Parental.

Figura 19: Apelação de Hector por meio de adesivo automotivo.



Fonte: Documentário- *Borrando a papá*

Figura 20: Hector relatando sobre a sua paternidade.



Fonte: Documentário- *Borrando a papá*

No período em que a mãe ainda morava na mesma cidade com as filhas, Hector narra que elas estudaram em dez escolas diferentes em um período de seis a sete anos. A montagem (recurso cinematográfico) foi utilizada para mostrar as escolas frequentadas pelas crianças nesse período. A montagem de um filme, em harmonia com Deren (2012, p. 145), diretora e fotógrafa norte-americana, gera uma sequência que provoca um significado atual ou próprio: “para as imagens de acordo com sua função; ela estabelece um contexto, uma forma que as transfigura sem distorcer seu aspecto, diminuir sua realidade e autoridade, ou empobrecer aquela variedade de funções potenciais que é a dimensão característica da realidade”. A escola da figura 21, por exemplo, em *plano geral* foi frequentada pelas filhas por dois anos.

Figura 21: Hector e as tentativas de visitar as filhas nas escolas.



Fonte: Documentário – *Borrando a papá*

Enquanto as filhas Micaela e Bélen que moravam com a mãe, em um telefonema haviam pedido ao pai para viver com ele: “Papai, quero morar com você, não queremos mais morar com a mamãe” (14:35 min). Após isso, quando o pai as recebeu para o final de semana não as devolveu para a genitora. Começou a cuidar das obrigações com a escola, mudou de trabalho e diz: “Foi uma grande mudança, não foi fácil, mas foi maravilhoso” (Hector, 15:12 min). Porém, após seis meses sem o contato com a mãe, no dia 12/06/2011 ela retorna, indo até a escola, levando as filhas para ele não mais vê-las. O vínculo foi rompido e a partir dessa data nunca mais as viu. Hector declarou, assim, sentir raiva por não ser possível estar perto delas e acompanhar os seus desenvolvimentos pessoais e escolares.

No final do filme, o pai anuncia, após algum tempo, que adquiriu o direito de ver as filhas uma vez na semana. Relatos como esses, evidenciam o quanto o assunto é importante, e como ainda são banalizados pela sociedade e o Estado. Pois, na maioria dos casos, o genitor alienador utiliza-se da má-fé aproveitando a lacuna de tempo que recebem até o processo ser resolvido para manipular o filho inculcando falsas memórias. Enquanto isso, o genitor alienado mantém-se afastado do convívio familiar e enfraquece, assim, seus laços afetivos à espera de uma decisão judicial.

Os casos aqui apresentados no documentário e essa busca por retratar uma realidade remetem à Deren (2012) quando relata que o filme documental trabalha por meio das suas imagens no intuito de transmitir uma realidade mediante aos aparatos cinematográficos e posições da câmera que fazem perceber,

precisamente, por estarmos conscientes de que nosso desprendimento pessoal de forma alguma diminui a veracidade da imagem fotográfica, ela exerce uma autoridade que se equipara à autoridade da própria realidade. É baseada nessa autoridade que toda a escola do documentário social se baseia. Apesar de serem peritos na seleção da realidade mais eficaz e no uso da posição e do ângulo da câmera para acentuar as características pertinentes e eficazes dessa realidade, os documentários operam sobre o princípio da mínima intervenção, no interesse de trazer a autoridade da realidade para sustentar o propósito moral do filme. É claro que o interesse do filme

documentário corresponde diretamente ao interesse inerente a seu assunto (DEREN, 2012, p. 140).

Quanto às instituições entrevistadas, investigamos que a Defensoria de Violência Doméstica funciona 24 horas e atua com uma equipe interdisciplinar, na sua maioria, do sexo feminino. Em harmonia, o centro PIAFF (Programas de Investigación, Asistencia y Formación en Familias), figura 22, *plano geral*, é formado por uma equipe multidisciplinar, ocupa a maior parte por profissionais mulheres atuando na avaliação dos casos de violência, as quais entrevistam as pessoas que convivem com a criança, mas não convocam o pai e não permitem aos mesmos encontrarem os filhos, figura 23, *plano médio*. Conforme os depoimentos no documentário, por mais que esses encontros sejam ordenados juridicamente, o PIAFF não aceita o encontro de pai e filho.

Figura 22: Integrantes do PIAFF falam sobre a negação do pai.



Fonte: Documentário – *Borrando a papá*

Figura 23: Integrantes do PIAFF falam sobre a negação do pai



Fonte: Documentário – *Borrando a papá*

Por outro lado, existe outra instituição que está preocupada com o exercício da paternidade. José Bouza, da Associação de pais separados de seus filhos (APADESHI), informa que cerca de mil pessoas os contatam por ano, sendo eles: pais, mães, tios, avós, irmãos registrando que não conseguem manter vínculo com as crianças sem a possibilidade de vê-las.

Como podemos perceber, o documentário representa o mundo histórico, de pessoas que vivem no contexto da Alienação Parental, nessa arena de disputa, como também de

profissionais que trabalham nessa área. Desta maneira, *Borrando a papá* está apresentando os casos de pais, profissionais e instituições, de acordo com a sua própria visão de mundo, que segundo Nichols (2010),

os documentários *representam* o mundo histórico ao moldar o registro fotográfico de algum aspecto do mundo *de uma perspectiva ou de um ponto de vista diferente. Como representação, tornam-se uma voz entre muitas numa arena de debate e contestação social*. O fato de os documentários não serem uma reprodução da realidade dá a eles uma voz própria. Eles são uma *representação* do mundo, e essa representação significa uma visão singular do mundo (NICHOLS, 2010, p. 73, grifos do autor).

Adentrando no quinto caso da obra, Yura, figura 24, *plano médio*, também experienciou a denúncia falsa realizada pela mãe da sua filha Sasha, acusando que ele não teria um quarto para ela, embora morassem com o Yura e havia um quarto para a criança. Na denúncia, sua ex-companheira, a mãe da criança, comunica que o pai só falava em russo e não em castelhano e entregava a filha somente livros russos. Yura contatava a filha por meio da escola, mas houve cerca de duas tentativas sem êxito porque ela já havia sido levada, então o genitor enviava mensagens para a mãe e não obtinha respostas. Foi quando, na terceira tentativa, a professora o informou que a criança não estava estudando naquele colégio e ele não teve acesso ao novo endereço. O pai não se conforma com a lei, que prevê dez dias para restituir o vínculo, mas já haviam alguns meses (não informou quantos) que ele não conseguia obter o contato com a filha.

Yura relata uma experiência negativa na Defensoria de Violência doméstica, quando chegou com a filha nos ombros e a diretora, Analía Monferrer, junto com a mãe tentavam tirar a criança, até que um policial se aproxima e o informa: “O filho é propriedade da mãe” (22:24 min). Em concordância com esse relato, o advogado civil, especialista em família, Maximiliano Camus esclarece: “Eu dou a mesma queixa, exatamente a mesma, mas escrevo em vez de Maria eu assino José no depoimento, e nada acontece. Eu escrevo Maria e o juiz age. Escrevo Maria e a Defensoria de Violência Doméstica entra em ação” (Maximiliano, 22:43 min). Após alguns meses, Yura conta que ainda não pode ver seu filho, manifestando-se nas ruas, com um cartaz dizendo: “Mãe e pai, responsabilidades e direitos iguais” (Yura, 1:15:27 min), figura 25, *plano americano*²⁰.

No Brasil “O projeto de lei do Estatuto das Famílias, no capítulo referente à guarda dos filhos e ao direito de convivência, aconselha o juiz a optar pela guarda compartilhada sempre que possível, assegurando-se sempre a convivência de ambos os pais (VENOSA, 2008, p. 177).

²⁰ *Plano americano* (PA): O personagem é enquadrado do joelho para cima.

Figura 24: Yura discorre sobre denúncia.



Fonte: Documentário – *Borrando a papá*

Figura 25: Yura em manifestação sobre a Alienação Parental.



Fonte: Documentário – *Borrando a papá*

Liliana Hendel, psicóloga e colunista de um canal de TV local argentina, explana que quando um profissional é especialista em gênero, ele sabe quando um homem ou uma mulher está ou não mentindo: “É difícil que uma mulher invente que lhe bateram, ou em seus filhos, que não lhe dão dinheiro, ou qualquer outra forma de violência. Eu acredito que os homens mentem” (Liliana, 38:44 min). Em acordo com a defesa das mulheres, entrevistando duas integrantes do Shalom Bait (Centro de Proteção a vítimas de violência), figura 26, *plano médio*, as quais não tiveram seus nomes revelados declaram:

Enquanto os homens têm tempo para falar aos meios de comunicação, se acorrentar na frente dos tribunais, fazer manifestações no Obelisco, ir a diferentes juízes, etc., as mulheres estão levando seus filhos a terapia, vão também a terapia, a audiências, levam as crianças ao médico, acordam elas pela manhã e levam a escola, escrevem autorizações, ajudam nas tarefas escolares, compram remédios, organizam festas de aniversário, vão trabalhar [...] fiquei exausta (1:06:35 min).

Figura 26: Vozes convocadas a defender a mulher.



Fonte: Documentário – *Borrando a papá*

Ao analisar o presente documentário, as narrativas das instituições e dos genitores alienados com as instituições, pode-se identificá-las como uma obra política, que segundo as autoras Colucci e Anjos (2014) dialogam que a arte pode ser pensada como uma obra política por sua provável capacidade de provocar intervenções críticas na realidade vivida pelo grupo representado. As pessoas que fazem parte da produção do filme passam a refletir diferente sobre o tema abordado após a sua imersão participativa no filme “e também as vidas daqueles que assistem ao filme devem sair dali transformadas. É pensar o próprio cinema, os filmes e suas relações, como agentes de transformação” (COLUCCI; ANJOS, 2014, p. 10).

Todos depoimentos de casos e profissionais nos impactam de alguma forma e ao prender a atenção do espectador na tela, referimos a possível provocação de uma epistefilia presente nos filmes documentários que, seguindo com a ideia de Nichols (2010) e como já o explicamos detalhadamente, o termo refere-se ao desejo dos espectadores ao conhecimento, ao saber, que os filmes provocam. Esses, por sua vez, difundem um sentido de informações, de narrativas que procuram convencer-nos de algo com uma provocação de distintas emoções. No caso do documentário argentino, a epistefilia ocorre através da indignação dos pais alienados ao não poder visitar as filhas e suas buscas incansáveis para obter o direito ao convívio familiar, ao expor profissionais com ideias completamente contrárias uns aos outros como se tivéssemos que escolher quem é bom ou mau (o pai ou a mãe). “Nós também podemos ocupar a posição daquele que sabe. *Eles falam sobre eles para nós*, nós obtemos prazer, satisfação e conhecimento como resultado” (NICHOLS, 2010, p. 70, grifos do autor).

No sexto e penúltimo caso, o pai Guillermo Newbery, figura 27, *primeiro plano*, reconta quando saiu de casa, e estava com o filho de um ano de idade no colo, a Cláudia, ex-esposa e mãe do seu filho, o arrancou dos seus braços. Ela agrediu fisicamente Guillermo, que disfarçou para que o filho não percebesse: “Eu fazia caretas para o menino, como no filme *A Vida é Bela*²¹, porque tudo isso era na frente dele, para ele pensar que era brincadeira” (Guillermo, 34:17 min). Guillermo foi ao hospital e depois na defensoria de violência doméstica, prestar queixas das agressões realizadas pela esposa que ocorreram diversas vezes, até o dia que foi orientado pela justiça a não realizar as queixas, pois se continuasse, ele sairia de casa, já que segundo a lei, o pai é o retirado: “A pessoa que sai é o homem” (Guillermo, 35:31 min).

²¹ O filme *A Vida é Bela*, foi dirigido por Roberto Benigni. Italiano, 1997, 116min. Retrata a história de um pai, o Guido e o seu filho Giosué, que viveram na Segunda Guerra Mundial. Foram enviados a Berlim, para um campo de concentração, local o qual o pai fazia com que a criança acreditasse que tudo não passava de uma brincadeira, um jogo, tentando proteger assim, seu filho, com bom-humor e inteligência, dos efeitos da guerra.

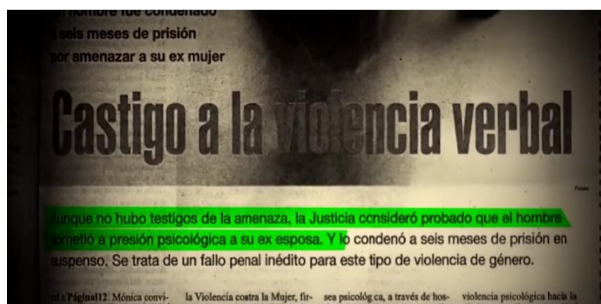
Ele foi decretado como mentiroso e que violentava a mulher, ficando seis meses em detenção por violência de gênero, como revela a figura 28, *plano detalhe*, da manchete do jornal, sendo escutada apenas a mulher, sem convocar para depoimento o acusado (pai), possíveis testemunhas e o filho. Ele afirma que a sua vida havia se tornado um ‘inferno’, saindo de casa porque o filho estava em sofrimento. Lembra que Cláudia verbaliza ao filho para olhar bem para o pai, pois não o veria mais.

Figura 27: Guilherme relata sobre sua relação conjugal e com o filho.



Fonte: Documentário- *Borrando a papá*

Figura 28: Manchete do jornal- Ameaça de violentar verbalmente sua ex-mulher.



Fonte: Documentário- *Borrando a papá*

Os vizinhos filmaram através da câmera oculta para poder utilizar como prova para a justiça, os sons e ruídos que vinham da casa. Com isso, os mesmos delegados que deram a guarda à mãe a tiraram e colocaram a criança em uma casa de passagem, um lar temporário. Dessa maneira, a criança ficou sem nenhum dos genitores, encontram-se os dois proibidos de visitá-lo e, até o momento, não existiam sanções para as falsas denúncias cometidas. Atualmente, o pai pode ver o filho três vezes na semana e solicitou a guarda dele.

O documentário *Borrando a papá* traz questões de um tema que diz respeito a sociedade, em um determinado tempo e espaço, revela os sentimentos de quem vive a Alienação Parental. A partir de Nichols,

independente das vontades individuais, os documentários são sempre argumentações sobre o mundo histórico e, portanto, falam de nossa época, expressam nossos

sentimentos sobre o mundo. Assim, o cinema é também o espaço político e propício ao processo de ensino-aprendizagem onde se constroem e reafirmam as representações sociais do mundo (COLUCCI, 2016, p. 12).

Nesse contexto, Enrique Stola, psiquiatra, descreve que o filho conviver com a ausência do pai, de um homem, não é algo grave. “Se são pais que amam, que esperem. Tem que arcar com a dor. Eles têm que suportar” (Enrique, 1:03:08 min). E quanto à conversão de guarda, quando o pai consegue retirar a guarda dos filhos da mãe, Enrique afirma:

ela tem que lutar, lutar por sua própria recuperação, visto que ela foi sujeita à violência de gênero e ela tem que lutar para poder ficar com os seus filhos. Nesse caso, não há nada mais a fazer, senão lutar. Mas, homens não são alvos de violência de gênero! Então, eles podem esperar (Enrique, 36:32 min).

Contraditoriamente ao exposto acima, em que o profissional psiquiatra assume a defesa pelas mulheres, Juan traz um outro posicionamento. Ao invés de identificar um dos pais como culpado e com menos direito do que o outro, para Juan, é “fundamental recuperar o princípio da igualdade perante a lei, que também implica em não prejudicar, não buscar explicações, porque isso é uma violação das regras básicas da coexistência humana (Juan, 38:50 min).

No sétimo e último caso, o pai Diego, figura 29, *primeiro plano*, tem que manter no mínimo 200 metros de distância da casa e 250 metros de distância da escola das filhas, pois está juridicamente impedido de se aproximar para evitar problemas e discussões que possam atrapalhar o processo judicial e a relação entre eles. A mãe não comparece nos dias marcados para o reestabelecimento de visitas, com isso o pai vai perdendo o contato com os filhos. Todos os dias o pai vai em frente à casa onde moram as filhas com a mãe, e encontrou uma maneira de se fazer presente em suas vidas, ele para com o carro, apita e grita, figura 30, *plano geral*: “Branquita, Caramela, eu amo vocês! [...] é um ritual diário [...] o papai está aqui, podem me chamar de papai corneta!” (Diego, 1:09:22 min).

Figura 29: Diego com “o pai corneta” e a rotina de passar em frente da casa das filhas.



Fonte: Documentário – *Borrando a papá*

Figura 30: Diego com “o pai corneta” e a rotina de passar em frente da casa das filhas



Fonte: Documentário – *Borrando a papá*

Evidencia que não é posto limite à mãe, enquanto isso, os meses passam e a distância aumenta, afirmando segundo o genitor, que a mãe disse que irá apagá-lo como pai. A filha (não divulgado o nome), de 12 anos produziu um vídeo endereçado ao juiz pedindo para ficar com o pai, em 15/10/2012. A filha relata que quando foi à audiência, a qual não recorda a data, disse não querer e não precisar ver o pai, e que se arrepende por ter dito isso, pois havia sido manipulada: “Eu quero estar com o meu pai, como pode ser, eu na minha idade não ter meu pai por não poder vê-lo?” (1:10:38 min). Mas, mesmo assim, o juiz ainda não liberou, embora tenha acessado o conteúdo audiovisual. Diego continua proibido de visitar as filhas.

Pensando na exposição dos depoimentos de casos e de profissionais e instituições contidos no documentário, concordamos com Nichols (2010), que o documentário possui um poder para atrair as instituições, de acordo com as suas técnicas cinematográficas, que são próprias ao gênero documental, que correlaciona os fatos reais com as emoções:

Grande parte do poder do documentário, e grande parte de seu poder de atração para governos e outros patrocinadores institucionais, está em sua capacidade de unir prova e emoção na seleção e no arranjo de sons e imagens. Como é poderosa a exibição de imagens de mortos e moribundos como prova do Holocausto; como é convincente a exibição, como prova de costume retrogrado, da imagem de alguém tomando a água de um riacho em que acabamos de ver um porco chafurdando (NICHOLS, 2010, p. 89).

A seguir os depoimentos de profissionais e instituições que afirmam o quanto influencia termos os fatos (provas) e os sentimentos que os envolvem (emoção) para chamar a atenção do Estado. No que concerne aos profissionais entrevistados e suas opiniões divergentes, Liliana Hendel, psicóloga de violência de gênero diz: "eu acredito que em situações de violência de gênero, devido à dimensão do problema, o ônus de prova deve ser invertido, isto é, se eu digo que ele é culpado, ele é culpado, até que prove a sua inocência" (Liliana, 47:32 min). Contrapondo a essa ideia, Juan Carlos Dieize, penalista, especialista em família afirma que “somos presumidas como boas pessoas, sob um princípio de boa-fé social, Rousseau, ‘O contrato

social’, boa-fé, art. 18 da constituição Argentina [...], toda pessoa é inocente, até que se prove o contrário” (Juan, 48:02 min).

Ana Brusco, psicóloga, especialista em família menciona os pais que justificam não liberar os filhos para o outro genitor pelo fato de as crianças não demonstrar vontade por esse contato. Esse seria o grau máximo da alienação, citando algumas mães que dizem que o problema não ser delas. Segundo Ana, é como se fosse uma lavagem cerebral que as crianças afirmam não querer ir com o pai. A psicóloga normalmente as questiona: “E quando ele diz que não quer ir à escola? Que não quer ser vacinado? O que você faz? Não manda ele ir?” (Ana Brusco, 0:38 min).

A psicóloga informa que escuta diversas acusações das mães para com os pais, sendo elas: “Teu pai é mau, te abandonou, seu pai não te ama, ele não paga a pensão de alimentos, ele nos largou por outra mulher, ele preferiu ela a você” (Ana Brusco, 17:34 min). E, a criança acredita, pois não tem o outro lado da história, para lhe contar outras coisas. As crianças, por conta da ausência do pai aprendem a usar a regra da substituição, mas afirma que os outros familiares, seja a avó, tia, padrasto, não o substituirão, pois, a criança precisa do próprio pai.

A advogada civil, Maria Laura Santos, discorre que grande parte das mães chantageiam seus filhos, alegando às crianças o que ocorrerá caso vejam o pai, por exemplo: Se o pai for visitar, o filho não irá brincar no play, na pracinha, ir à festa de aniversário, e com isso, o filho passa a rejeitar o pai: “Não, eu não quero ver o papai” (Maria Laura, 17:30 min), e o pai se transforma em um ‘monstro’.

A Associação de Familiares Separados (AFAMSE), dirigido por Hector Alejandro Baima, afirma que a obstrução de contato acontece ao redor do mundo. Existe a tentativa de realizar acordos entre os pais, mas, comumente, as mães não cumprem, estando muitos pais há anos sem ver os filhos. A associação recebe em média de oito a dez pessoas por semana em busca de resgatar o convívio com a criança.

Para entendermos melhor essa arena, necessitamos retornar ao divórcio, tendo em vista que essas questões levantadas são relativamente novas causando muitas divergências como também possíveis erros em suas elaborações e resoluções de leis. Quanto ao direito de o casal solicitar a separação, em harmonia com Venosa (2008),

A batalha legislativa foi árdua, principalmente no tocante à emenda constitucional que aprovou o divórcio. O atual estágio legislativo teve que suplantar barreiras de natureza ideológica, sociológica, política, religiosa e econômica. Muito ainda, sem dúvida, será feito em matéria de atualização no campo da família. Nesta ebulição social, mostrava-se custosa uma codificação, tanto que o Projeto de 1975 que redundou no Código Civil de 2002 dormitou por muitos anos no Congresso (VENOSA, 2008, p. 15).

Segundo o Código Civil de 2002, no Direito, é exercido o princípio da igualdade jurídica entre os cônjuges. Entretanto, a guarda compartilhada, solicitada após o divórcio, vista como regra pelo judiciário, é apontada, a partir de dados do IBGE (2015), que se prevalece a adoção da guarda unilateral materna. É importante evidenciar o princípio do melhor interesse do menor, no caso de separação conjugal, evitando sofrimento emocional na criança e/ou adolescente. Inseriram uma reportagem de uma mãe que matou o filho de seis anos, afogando-o na banheira de casa. E ela assumiu a culpa e revela o motivo ao jornalista que a entrevista: “- Adriana, você matou o menino? - Matei! - Por qual motivo? – Para foder com o pai” (48:57 min). A mãe havia sido internada em uma clínica na cidade de Quilmes, Argentina, por quarenta dias, sendo comprovado transtorno de personalidade grave. A internação se deu após uma queixa penal existente há meses antes do assassinato: o pai relatando que a esposa quis matá-los, dando pílulas para dormir, e por ter mostrado uma corda, dizendo que queria enforcá-los.

Novamente, outro caso inserido no documentário, o qual por ser do gênero feminino, a denúncia foi descartada, o que faz retomar o pensamento dos estereótipos criados socialmente. Bem como, o quanto esse fato pode estar influenciando nas decisões não tão assertivas tomadas pelos profissionais da saúde e do direito, que possuem o poder de decidir a guarda da criança e, de certa forma, o destino dessa família, e as suas vinculações afetivas. Tais decisões que geralmente não ponderam os dois lados da história, e não partem por suas averiguações, que deveriam estar embasadas na neutralidade.

Outra reportagem inserida foi com a Erin Pizzey, fundadora do primeiro refúgio para vítimas de violência doméstica, na Inglaterra, que é contra o atual sistema que considera o acusado como culpado. Ela narra: “Das primeiras cem mulheres que foram ao meu refúgio com os filhos, sessenta e duas eram tão violentas quanto seus ex-parceiros. Então, nunca foi um problema de gênero. Essas mentiras e estatísticas falsas são disseminadas em todo o Ocidente. Agora, os homens são vistos como os criminosos. Não por serem violentos, mas por serem homens” (Erin, 56:32 min). Essa fala revela, o quanto o discurso sobre o homem ainda está atrelado a um ser machista, rude, preocupado mais com os aspectos financeiros da sua casa e menos com os emocionais, perpetuado em alguns discursos na sociedade, ainda focados nos tempos mais remotos da história.

Diversas manifestações em praças públicas foram filmadas para o documentário, como exemplo, a que ocorreu na praça de Obelisco, Buenos Aires, Argentina, na qual vários familiares se encontraram: pais, tios e avós, esclareceram a população sobre o assunto, trocaram

suas experiências entre eles, tornando-se visíveis, como se pode ver nas figuras 31 e 32, que estão em *primeiro plano*.

Figura 31: Manifestações na praça de Obelisco-Buenos Aires



Fonte: Documentário – *Borrando a papá*

Figura 31: Manifestações na praça de Obelisco-Buenos Aires



Fonte: Documentário – *Borrando a papá*

Em uma das manifestações, encontramos o único filho entrevistado, que não foi revelado o nome, vítima da Alienação Parental, figura 33, *primeiro plano*. Relata que sempre esteve longe do pai, por conta do afastamento que a mãe provocou entre eles, mudando-se de sua antiga residência para um local mais distante. Morando a 150 quilômetros de distância, relembra o que a mãe falava a respeito do pai: “que ele era mau, o que normalmente acontece nesses casos” (Filho, 1:01:56 min). O filho refere que tinha onze anos na época que os pais se separaram, e a mãe, a pessoa em quem ele mais confiava, afirmava a ele, que o pai era o causador de todos os problemas. O filho, enquanto criança e consequentemente imaturo, acreditou:

Eu não vou negar que pensei coisas terríveis do meu pai, na época. Tive muita raiva dele por muito tempo! E o que acontece é que eu me apeguei à imagem que a minha mãe projetou. E, por causa disso, comecei a ter um relacionamento ruim com meu pai! Passei por situações complicadas (Filho, 1:02:18 min).

Figura 33: Único filho entrevistado.



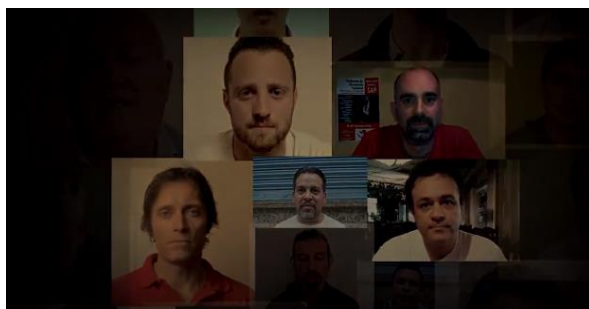
Fonte: Documentário- *Borrando a papá*

Quando nos aproximamos do final do documentário é inserido um vídeo de uma parte do show do cantor Peter Gabriel, inglês, com a música *Come talk to me*, lançada em 1992, rock progressivo, do álbum *US*, com a letra que sensibiliza os espectadores quanto as tentativas de contato dos pais para com os filhos, por meio da sua melodia e letra. Corrobora com Suarez (2010), a música age com um sentido e significado forte, como uma linguagem universal, toca as pessoas no seu íntimo, e é compreendida por todos, “a música – diferentemente das demais artes – não *reproduz* os fenômenos, mas, sim, *apresenta* ao mundo físico, o metafísico” (SUAREZ, 2010, p. 139, grifos do autor).

Por conseguinte, a música, refere ao abandono, a falta do contato, segue como um pano de fundo, das imagens de manifestações em diversos países, sendo elas: da Inglaterra, França, Brasil, Argentina, Estados Unidos, Itália, Espanha e o Chile, que são inseridas em uma montagem, no intuito de transmitir a relevância do tema ao espectador além de provocá-lo a uma possível comoção. Ademais, noticiários locais mostravam as manifestações nos países, quando o jornalista diz: "um dia eles decidiram se separar e, com isso, perderam os filhos" (1:15:27 min).

De acordo com as figuras 34 e 35, em *primeiro plano*, percebemos por meio de uma colagem de pequenos vídeos no formato de 3x4, discorre sobre o tempo que estavam sem ver os filhos, que foi inserido ao longo do documentário, com alguns vídeos, mas, no final do documentário a tela fica cheia, com esses pais e informa que eles estão desde alguns meses até a sete anos impedidos do contato com o filho. Segundo Deren, “ao assistirmos a um filme, o ato contínuo de reconhecimento em que estamos envolvidos é como uma faixa de memória que se desenrola sob as imagens do próprio filme, a fim de formar a camada invisível de uma implícita dupla exposição” (DEREN, 2012, p. 139).

Figura 34: Pais informando o tempo que não vêem os filhos.



Fonte: Documentário – *Borrando a papá*

Figura 35: Pais informando o tempo que não vêem os filhos



Fonte: Documentário – *Borrando a papá*

Em meio aos depoimentos realizados pelos atores sociais aqui apresentados percebemos que o modo de organizar a estrutura do filme, o estilo do diretor em sua obra, influencia na sua narrativa, envolve suas entrevistas, trilha sonora, entre outros. No documentário argentino, identifica-se a montagem de evidência, descrita por Nichols, como os cortes realizados para unir cenas de locais diferentes e em tempos distintos, por exemplo, mas representa um sentido único.

Evidencia-se, no final do documentário *Borrando a papá*, a utilização da montagem de evidência na qual são inseridas imagens de diversos países que se manifestam a respeito da Alienação Parental. Como também no quarto caso, o qual mostra o pai Hector em busca de notícias sobre suas filhas, procurando-as em supostas escolas que elas poderiam estar. Ademais, ao observar as figuras 34 e 35, nota-se os pais colocados em formato 3x4, sendo que eles percorrem sobre o tempo que estão proibidos pelas genitoras alienantes de visitar os filhos. Para o autor, a montagem

não só aprofunda nosso envolvimento com a história que se desenrola no filme como sustenta os tipos de alegação ou afirmação que o filme faz sobre o mundo. Costumamos avaliar a organização de um documentário pelo poder de persuasão ou convencimento de suas representações e não pela plausibilidade ou pelo fascínio de suas fabricações (NICHOLS, 2010, p. 58).

Os casos apresentados neste capítulo, o último do trabalho, reforçam a necessidade de abordar o assunto da paternidade na Alienação Parental, o quanto os pais alienados relatam a falta que sentem da convivência com os filhos, mas estão impedidos por diversos motivos relatados pelas mães. Em alguns casos, não colocados em questão nos filmes, as mães agem por meio da raiva, tristezas, decepções talvez por suas relações conjugais com o ex-parceiro interfere, assim, na relação de parentalidade, a qual deveria ser preservada após o divórcio, em detrimento dos filhos, e prioriza a relação entre os pais e os filhos.

Outro ponto importante a destacar é o fato de existir um certo conflito entre os pais e as mães, que influenciam nas decisões e consequentemente, na vida das crianças e da família em geral. Essas questões ficam evidentes nas declarações de algumas instituições, que defendem arduamente as mulheres, sem abrir espaço para a escuta do homem, partindo do princípio que esse estará sempre errado. Outras instituições banalizam a busca de alguns pais pelos seus direitos de exercer a paternidade naturalmente (como as mães vivem as suas maternidades), e afirmam que, como eles não tem que se preocupar com comida, roupa, escola, eles têm tempo para ir à rua e reivindicar seu espaço. Mas como eles vão exercer a paternidade e executar essas tarefas de casa, diárias com o filho, se por vezes, são negados desse direito?

Além das instituições, o documentário transmite ao espectador que alguns genitores, em seus depoimentos deixam evidente que as denúncias não eram levadas adiante por conta do gênero. Profissionais também relataram que se os processos fossem feitos pelas mães, teriam mais eficácia e celeridade nas decisões, não esquecendo o fato do favoritismo pelas mulheres. Como também, o filme traz uma denúncia de violência institucional, na qual os profissionais da saúde e direito estariam envolvidos para o favorecimento nas decisões para as mulheres.

Tal como dissemos no início do capítulo, consideramos o documentário *Borrando a papá* como autorrepresentação, percebendo o quanto a história de vida do produtor Gabriel Balanovsky, genitor alienado, é representado no filme, ao identificar com um ritmo mais acelerado no tempo, com as narrativas, por vezes, em tom policial, e os relatos dos pais com denúncias de violência. Na maioria dos casos os pais dialogam embasados nas leis e processos que vivenciam, como também, com programas de telejornais inseridos no documentário e manifestações nas ruas em diversos países. O filme coincide com a vida pessoal do produtor, que estava há doze anos sem poder ver a filha, e que foi preso devido a conflitos conjugais com a mãe dela, que remetem a uma cena do documentário que insere um pai indo até ao tribunal com os pés e as mãos acorrentados, reforça seu sentimento relacionado a Alienação Parental e a experiência pessoal do diretor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade passa por diversas mudanças em vários âmbitos da vida, seja no trabalho, nos estudos, nos seus valores pessoais, nas tecnologias, na cultura, e na família, não poderia ser diferente. Os conflitos familiares ocorrem com uma certa frequência, o que influencia nas separações, como também nas recomposições familiares. Esses acontecimentos geram sofrimentos para os sujeitos e a sociedade também adocece, cabe aqui medidas mais gerais no caso do estudo; ao se referir à Alienação Parental, pretendemos com a pesquisa, conscientizar a sociedade sobre o tema, colaborar para dar visibilidade, unida com a arte, podendo ser uma peça fundamental para maiores questionamentos e abrangência sobre o problema que traz sofrimentos para toda a família.

Quanto à paternidade, embora a igualdade de direitos entre as mulheres e os homens não ocorra na prática, em sua totalidade, como um dia foi almejado, os papéis de pai e mãe sofreram algumas mudanças não sendo mais delimitada as atribuições parentais de cada um, como era, em que o homem trabalhava fora e a mulher cuidava da casa. Por esse motivo, atualmente encontram-se pais (homens) que buscam estar mais presentes na vida dos seus filhos e que participam da sua vida diária, mesmo diante da separação conjugal.

Ao contrapor a imagem do pai de uns anos atrás que era carregado de um autoritarismo, com a imagem de alguns pais de hoje, provavelmente deparamos com uma imagem diferente da qual tínhamos antes. Cabe salientar, no presente trabalho, que não é regra a mãe se separar e praticar a Alienação Parental. Mas, em alguns casos, a genitora por conta dos seus ressentimentos após a separação, que colaboram para a dificuldade em amenizar suas tristezas, fortificam nelas o sentimento de vingança contra o ex-parceiro. As genitoras passam a ver o pai dos seus filhos como se fosse um inimigo, procuram culpabilizar suas dores no outro (ex-parceiro), colabora, assim, para que o filho distorça a imagem que tinha do seu pai. Ao contrário do que deveria ocorrer no pós-divórcio, situação a qual todos os envolvidos poderiam focar suas forças para atitudes mais assertivas.

Para a sociedade, de um modo geral, a separação se tornou algo comum, porém, quando o casal tem um filho e esse casal recorre à justiça para decidir com quem ficará a guarda percebemos a instauração de um conflito e o uso da Alienação Parental para tentar manipular o direito à guarda. Geralmente, a guarda exclusiva era cedida à mulher, mas o homem começou a executar um papel ativo pela sua paternidade, deseja também a guarda do filho, mudanças que o judiciário entende como possível a guarda compartilhada dos filhos, permite, assim, a prática da paternidade e da maternidade sem restrições.

A relação entre os cônjuges, quando não convivem mais em harmonia ou em comum acordo, ocasiona recorrentes brigas, na maioria das vezes, não chega ao fim por meio de um divórcio pacificado. Elas também interferem negativamente na vida dos filhos, principalmente quando um dos pais cria até antes mesmo da concretização do divórcio, no campo imaginário da criança, uma imagem negativa e distorcida do outro genitor, originando à Alienação Parental.

Considerando os aspectos apresentados, foi de suma importância pesquisar as experiências pessoais dos cineastas, que no caso, se relacionam ao tema, que os diretores dos documentários analisados abordaram. Por meio dessas vivências, acessadas em informações contidas em entrevistas a telejornais locais do Brasil (*A morte inventada*) e da Argentina (*Borrando a papá*), bem como observou-se os discursos proferidos pelos diretores dos documentários citados em suas obras, os quais identificamos as suas produções como autorrepresentação.

Essas poucas produções encontradas não têm o compromisso de definir o que é a paternidade na Alienação Parental representada no cinema. Vale ressaltar que a intenção deste trabalho não foi a de generalizar, e sim, identificar pontos importantes a respeito da paternidade, e encontramos como uma das características desses filmes a autorrepresentação, o olhar de um para o coletivo. Outro ponto importante desses documentários é que são produções de baixo orçamento que não possuem grandes incentivos e financiamentos públicos ou privados. Portanto, acessaram equipamentos mais baratos que possibilitaram a produção audiovisual destes, e, assim, está sendo a realidade já há alguns anos, que colabora com as produções de filmes independentes, que problematizam diversos temas de autorrepresentação para grupos que buscam maior valorização de suas identidades.

Ao passo que o sujeito é uma das partes principais de um filme documentário, sem a necessidade de alguém de fora para representá-lo, ele torna-se o protagonista da sua própria história e dos demais que vivenciam a mesma situação. Atualmente estamos em uma época de cultura digital, fato que possibilita a realização das autorrepresentações por conta da facilidade ao acesso aos meios digitais necessários para a produção de um filme. Apontamos como um dos resultados, um certo rompimento com as formas de pensamento dicotômicos (um fato exclui o outro, exemplo: ou claro ou é escuro) e binários (duas vertentes que podem ser consideradas opostas, exemplo: homem e mulher, bem e mal), abrindo, assim, espaço para a diversidade de pensamentos e de identidades.

Nessa análise, por intermédio do levantamento das potencialidades dos documentários, os momentos perceptivos e de experiência que eles trazem ressaltam a necessidade de se pensar a paternidade dentro da Alienação Parental, tendo em vista que na maioria dos casos

apresentados, os pais foram os genitores alienados. Além disso, auxilia a aprofundar o fato de que a criança comumente firma uma lealdade com o genitor alienador que em geral é o guardião por conta da dependência financeira e emocional vivida entre o filho e o genitor guardião (SILVA, 2011).

Embora esses dados encontrados nos filmes corroborem com as teorias encontradas e expostas no trabalho, o tema é complexo, e talvez não tivesse sido enfatizado dessa forma, ou seja, acreditamos através do exposto que por mais que na maioria dos casos envolvendo Alienação Parental as mães sejam as genitoras alienantes, precisamos realizar estudos que foquem, como já mencionado, na grande parte das guardas ficar com elas, mas não de uma maneira simplória porque existem outros fatores envolvidos nessa questão. Isto é, ainda hoje, quem assume o cuidado e criação dos filhos após uma separação, na maioria das vezes, é a mãe, além de alguns homens, em boa parte dos casos, ao terminar um relacionamento com a mulher afastam-se concomitantemente do filho criando lacunas na relação entre eles, e aumentando o número de guardas dos filhos com as mães consequentemente incidindo na ocorrência da Alienação Parental.

Nessa arena de disputa, os dois documentários não dispuseram espaço para a defesa da mulher acusada em ser a genitora alienadora, para que pudéssemos entender e problematizar melhor essa relação de complexidade entre pais e filhos, conjugalidade e parentalidade. Vale ressaltar também, que no documentário argentino, nenhum caso de mãe alienada obteve seu lugar de fala, ao contrário do nacional, que foi apresentado ao menos um caso.

No *A morte inventada* é construída uma narrativa com apelo mais emocional e subjetivo em relação aos casos apresentados, focadas nas perdas emocionais. A abordagem das questões jurídicas, na maioria das vezes, foi realizada pelos profissionais, pois os entrevistados não mencionaram artigos de lei, abordaram em alguns casos, a respeito de guarda e licença para visitas. Possui um tom poético e com um ritmo mais desacelerado. Não focaram somente nos pais alienados, abrindo espaço para uma mãe (que preferiu não se identificar) e um avô paterno.

Entretanto, *Borrando a papá* é um documentário que esteve proibido por um tempo, de ser reproduzido na Argentina, (como já descrito no capítulo 3), utilizando-se de câmera oculta, sem o direito de imagem em um caso, e no caso do pai Guillermo, ele cita que os vizinhos utilizaram a câmera oculta para gravar áudios de violência vindos da sua casa. O longa metragem faz uso de um estilo de documentário que procura denunciar as mães alienadoras na Alienação Parental, os casos apresentados são de um tom mais objetivos e a maioria referiam-se aos artigos da lei, discutindo sobre as burocracias locais e os desdobramentos da justiça, bem

como entrevistas com diversas instituições, as manifestações em praças públicas e vídeos curtos de pais que informam o tempo que não viam seus filhos.

Ademais, o filme inseriu noticiários locais e internacionais no documentário de maneira apelativa e em ritmo acelerado parece, às vezes, um programa policial, ou, então, um programa sensacionalista. Acreditamos que tiveram como objetivo deixar o espectador desconfortável, e pensar que na maioria dos casos tratam-se de uma máfia dos especialistas, do Estado, que as mulheres são as manipuladoras, e que no final, os homens só querem o direito de exercer suas paternidades.

Diante dos dois documentários analisados, identificamos que a paternidade foi tratada como alienada em todos os casos do filme argentino e no nacional, somente um como genitor alienador. Uma das características frequente nos casos é o desaparecimento dos pais, devido ao fato de não conseguirem obter contato com os filhos, das dificuldades encontradas nesse caminho de tantos desencontros provocados pela mãe. Nos chama atenção a desistência dos pais por esse contato, que foi relatado em diversos casos, como o das irmãs Karla e Daniele, da Rafaela, em que relatam que passaram muitos anos sem ver o pai. Nos depoimentos desses pais, eles afirmam ter considerado melhor esperar as filhas crescerem e se tornarem maior de idade, para que, assim, pudessem conversar melhor sobre o que ocorreu em suas vidas. Percebemos, diante desses casos, a omissão dos pais, que em consonância com as teorias pesquisadas sobre a Alienação Parental revelam que o genitor alienado passa a se sentir incapaz, além dos sentimentos de tristeza, diante das falsas acusações, e por ser impedido de visitar os filhos.

As crianças e adolescentes, filhos que sofrem Alienação Parental, diante da distância vivida do genitor alienado (mãe ou pai), relatam sentir um vazio, dito com veemência pela filha Rafaela (que não vê o pai), como também pela mãe alienada S. (com dificuldades na vinculação afetiva com o filho), do documentário *A morte inventada*. Corroboram com as pesquisas desenvolvidas sobre a Alienação Parental, que revelam na maioria dos casos, o pai como genitor alienado, representam, assim, as angústias, a distância dos filhos, e os argumentos incutidos pelo genitor alienador, aqui nos casos apresentados como a mãe. Porém, embora os documentários analisados enfatizem essa estatística, devemos refletir além do que já expomos (da maioria dos casos, a guarda ficar com a mãe), que esses foram dirigidos por pais alienados, e o documentário como autorrepresentação de suas experiências pessoais, impulsionando-os a pensar sobre a polifonia dos debates, e que os documentários de certa forma influenciam a definir conceitos sobre o tema em questão, ou a tentarmos desconstruí-los.

As produções analisadas, embora estejam representando a Alienação Parental em culturas de países diferentes (Brasil e Argentina), ao abordar os casos trabalharam suas obras

como autorrepresentações do diretor e do produtor, em suas paternidades alienadas. Nos documentários, os depoimentos foram somente de pais alienados, exceto o nacional como expusemos (uma mãe e um avô paterno alienados), mas que não tiveram os depoimentos respectivamente, do filho e do neto, sendo que em todos os casos de pais alienados, os depoimentos dos filhos estavam presentes. Identificamos, assim, as vozes que foram evidenciadas (a dos pais) e as que foram silenciadas (das mães e outros familiares).

Os documentários surgem no cenário de disputa, no intervalo de cinco anos entre o nacional de 2009, e o argentino em 2014, e mesmo em anos e culturas diferentes, articulam-se com diversas semelhanças na temática da paternidade na Alienação Parental. Embora, nenhum deles carrega em seus títulos a paternidade como foco, e sim, a Alienação Parental, mas, ao analisarmos as duas obras, identifica-se que se tratam de paternidades no contexto da Alienação Parental.

Os filmes apresentaram semelhanças em vários aspectos: são documentários expositivos, ao utilizar entrevistas com especialistas de diversas áreas, tanto do direito, da psicologia, assistência social, e nos depoimentos dos casos. No entanto, foi encontrada uma diferença a respeito da lei sobre a guarda compartilhada na Argentina e no Brasil. O fato de não existir a lei na Argentina, que somente após o lançamento e divulgação do documentário *Borrando a papá*, a Argentina concedeu a guarda compartilhada aos pais divorciados. As consequências dessa diferença são nítidas nos depoimentos de algumas instituições e profissionais da Argentina, que trazem relatos incisivos de que os filhos devem ficar com a mãe, que ela é a detentora da verdade dos fatos, não permitindo o posicionamento dos pais, quando o assunto é a guarda do filho, ou então sobre suas denúncias contra as ex-companheiras.

O cinema é potencializador das representações sociais, e as obras analisadas influenciam de certa forma sobre a imagem da paternidade, e consequentemente da maternidade, ao identificar o pai como alienado e a mãe como alienadora. Esse trato do real revela as intenções dos autores, suas autorrepresentações. As obras aparecem como vozes nessa arena de disputa, estando a paternidade evidenciada como a alienada, vivendo diante da ausência do filho, das lutas diárias para obter o convívio, e do enfrentamento quanto as falsas acusações realizadas pelas ex-companheiras e suas inevitáveis consequências, como observamos nos depoimentos dos documentários.

Cabe lembrar que todos os casos abordados no documentário *Borrando a papá* trataram-se de genitores masculinos alienados, somente no *A morte inventada* temos um caso de uma mãe alienada. Mesmo assim, os dois documentários não abriram espaço nessa arena de disputas para os depoimentos das genitoras alienadoras, o que acreditamos que seria importante para

entender melhor a complexidade existente nas discussões sobre a conjugalidade, parentalidade. Visto que, no filme nacional não possui depoimentos de genitores (as) alienadores (as), e nem sobre casos de genitoras alienadas (exceto um caso apresentado), e no filme argentino, não constam depoimentos de casos de genitoras alienadas, nem de alienadoras (es), causando, assim, lacunas para um entendimento maior sobre o tema e a veracidade dos fatos, embora não estejamos aqui para descobrir verdades absolutas, longe disso, apenas busca-se enfatizar que é um assunto relevante para a sociedade e necessita de atenção e conscientização.

Os especialistas aparecem nos dois documentários como vozes do saber, convocadas a falar a “verdade” sobre o tema, deixa claro essa lógica dominante. Com isso, reforça a ideia como se uns profissionais fossem detentores do saber e outras pessoas não. Revelam, assim, as divergências de opiniões dos especialistas nos documentários analisados, a respeito da paternidade na Alienação Parental, evidenciando-se nos depoimentos do *Borrando a papá*, no qual, um grupo de profissionais protegem a mulher, sem ao menos entender o caso por completo, os dois lados, analisando de uma forma redundante, e apoiando a mulher, somente por questão de gênero, excluindo automaticamente o homem, sem permitir que esse se pronuncie, e, assim, possa contestar e, talvez reverter os argumentos impostos.

Portanto, é necessário analisar os casos em que se parta de uma neutralidade, e escute as duas partes, sem incluir ideologias de gênero, para que, assim, sejam realizadas as decisões sensatas pelo poder judiciário e as outras áreas envolvidas, que define o destino de muitas famílias. Ademais, os documentários se tornam ferramentas políticas que versam sobre a representatividade da paternidade na Alienação Parental, que permitem ao espectador construir e desconstruir os conceitos e afirmações inseridas nos filmes.

O trabalho não busca defender posições de homem ou a mulher, e sim, permitir por meio da própria arte, como foi realizado, mas de uma maneira menos tendenciosa, que procurassem outras situações se contrapondo aos selecionados e divulgados, ou seja, trazer as mães e pais tanto alienadores quanto alienados para discutir essa complexidade das relações conjugais e parentais. Como também, não necessariamente os diretores tenham que ser homens e possuam experiências no papel de genitores alienados (como nos documentários analisados). Da mesma forma, pesquisar outros familiares alienados e alienadores, sejam eles: mães, pais, tios, avós e do mesmo modo dar visibilidade a outras formações de família, como as homossexuais, a existência ou não da Alienação Parental, pois acredita-se não ser exclusividade das relações heterossexuais e heteronormativas.

Nesta dissertação, consideramos o trabalho interdisciplinar desenvolvido pertinente, ao relacionar o cinema, a psicologia e o direito a respeito da paternidade na Alienação Parental,

no qual por meio desses distintos saberes dialogamos, o que possibilitou, assim, abranger o conhecimento sobre o tema. Essa temática necessita ser discutida em outras pesquisas, visto que não foram esgotadas todas possibilidades de estudos, pois, ao abordar a paternidade na Alienação Parental identificamos a importância de problematizar a relação entre pais e filhos, a conjugalidade e o exercício da parentalidade neste contexto.

Ao final do trabalho ficam vários questionamentos: Como seria um documentário produzido por uma mãe alienada? ou então um pai ou mãe alienador (a)?. Sugerimos também, como alternativa para minimizar a ocorrência da Alienação Parental, a mediação de conflitos, para que, assim, sejam identificados e realizadas intervenções específicas para os casos, considerando todos envolvidos (mãe, pai e filho).

REFERÊNCIAS

A FAMÍLIA Dioni. Direção e Roteiro: Alan Minas. Produção: Daniela Vitorino. Brasil-Inglaterra, Caraminhola Filmes, 2017, *online* (96 min), colorido. Disponível em: <https://goo.gl/h4p2ba>. Acesso em: 29 maio 2019.

A MORTE Inventada. Direção e Roteiro: Alan Minas. Produção: Daniela Vitorino. Niterói, RJ, Caraminhola Filmes, 2009, *online* (77 min), colorido. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RBoQQqsYfDM>. Acesso em: 09 maio 2018.

ALMEIDA, Nayana Finholdt Shimaru. **Quando o espelho se quebra**: a sede de vingança nos meandros da paixão. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

ARGENTINA. **Lei nº 24270, de 25 de novembro de 1993**. Impedimento de contacto de los hijos menores con sus padres no convivientes. Argentina, [1993]. Disponível em: <<http://www.http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/668/norma.htm>> Acesso em: 01 julho 2019.

BANDA 3.0. Entrevista com Ginger Gentile. 2014. 1 vídeo (25:45 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oaNavN6qRvc> Acesso em: 02 junho 2019.

BARROS, Guilherme Freire de Melo. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 9. ed. Salvador/BA: Juspodivm, 2015.

BARTUCCI, Giovanna. **Psicanálise, cinema e estéticas de subjetivação**. Rio de Janeiro, Imago, 2000.

BORRANDO a Papá. Direção: Ginger Gentile e Sandra Fernández Ferreira. Produção: Gabriel Balanovsky. Argentina, Buenos Aires, San Telmo Produções, 2014, *online* (78 min), colorido. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=efjsWD6r8gY&t=3004s>. Acesso em: 29 maio 2018.

BRAIT, Beth. **A personagem**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2017. 176 p.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 05 de julho 2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm Acesso em: 01 julho 2019.

BRASIL. **Lei Alienação Parental. Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010**. Brasília, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm. Acesso em: 29 junho 2019.

BRASIL. **Lei Guarda Compartilhada. Lei nº 13.058, 22 de dezembro 2014.** Brasília, [2014]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113058.htm. Acesso em: 09 maio 2019.

BRASIL. **Lei Rouanet. Lei 8.313/1991, 23 de dezembro 1991.** Brasília, [1991]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm. Acesso em: 10 setembro 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**, 13 de julho de 1990. Brasília, [1990]. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf. Acesso em: 20 novembro 2018.

CABRAL, Camila Buarque. **Alienação parental:** a necessária interlocução entre as medidas judiciais e extrajudiciais para uma efetiva proteção no ambiente familiar. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

CAMARGO, Everline Bedin. **Escala de Alienação Parental:** Elaboração e validação de um instrumento de medida. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014.

CANEVACCI, Massimo. Autorrepresentação: Movimentar epistemologias no contexto da cultura digital e da metrópole comunicacional. **Revista Novos Olhares**, v. 4, n. 1, jun. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/novosolhares/issue/view/7602/365>. Acesso em: 02 de julho de 2019.

CASSETTARI, Christiano. **Elementos de Direito Civil**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

COLUCCI, Maria Beatriz. **Violência urbana e documentário brasileiro contemporâneo**. 2007. 154f. Tese (Doutorado em Multimídia) - Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, SP, 2007.

COLUCCI, Maria Beatriz; ANJOS, Alinny Ayalla Cosmo dos. Luto como mãe e as políticas de autorrepresentação no documentário brasileiro. **Quebrada:** vídeo e movimentos sociais, São Paulo, v. 6, 2014, p.125-145.

COLUCCI, Maria Beatriz. Narrativas de autorrepresentação, educação audiovisual e visibilidade social. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO, 7., 2016, Aracaju. **Anais eletrônicos** [...]. Aracaju: Unit, 2016. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/index.php/simeduc/article/viewFile/3346/1273>. Acesso em: 03 julho 2019.

CORREA, Adalgiza Mara. **Alienação parental:** uma revisão sistemática da literatura. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2016.

CORREIA, Eveline de Castro. **A família funcionalizada e a ocorrência da alienação parental:** uma discussão sobre a responsabilidade civil do genitor alienante. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) - UNIFOR, Universidade de Fortaleza, 2012.

COSTA, Ana Ludmila Freire. A morte inventada: depoimentos e análise sobre a alienação parental e sua síndrome. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 279-281, abr./ jun., 2011.

C5N. Entrevista com o produtor Gabriel Balanovsky. 2014. 1 vídeo (16:51 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ggm60ctL-1c> Acesso em: 11 janeiro 2018.

DAMIANI, Fabiana da Motta. **Características de estrutura de Personalidade de Pais, Mães e Crianças envolvidas na alienação parental**. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - UNISINOS, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2012.

DEREN, Maya. Cinema: O uso criativo da realidade. **Devires**, Belo Horizonte, v. 9, n.1, jan./jun. 2012, p. 128-149.

DOR, Joël. **O Pai e sua função em Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

DUARTE, Lenita Pacheco Lemos. Qual a posição da criança envolvida em denúncias de abusos sexuais quando o litígio familiar culmina em situações de alienação parental: inocente, vítima ou sedutora? In: DIAS, Maria Berenice (Org.). **Incesto e alienação parental, realidades em que a justiça insiste em não ver**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

FERNANDES, Marcia Valeria Gonzales. **Escala de Alienação parental: questões orientadoras**. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2015.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Revista Psicologia Reflexão e Crítica.**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 379-394, 1998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79721998000200014>. Acesso em: 20 abril 2017.

FERMANN, Ilana Luiz. **Avaliações Psicológicas e Decisões Judiciais em processos de Alienação Parental**. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – PUCRS, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

FERNANDES, Peterson José Cruz. Desafios para a efetivação de um projeto interdisciplinar na contemporaneidade: Um diálogo com Jürgen Habermas e Ivani Fazenda. **Interdisciplinaridade.**, São Paulo, v. 1, n. 6, abr. p. 44-55, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/interdisciplinaridade/article/view/22627/16409>. Acesso em: 16 de fevereiro 2019.

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação.**, São Paulo, n. 10, p. 58-78, 1999. Disponível em: https://poars1982.files.wordpress.com/2008/03/rbde10_06_claudia_fonseca.pdf. Acesso em: 20 de dezembro 2018.

FRANCISCHINI, Rosângela, MINCHONI, Tatiana e FERREIRA, Emmanuelle de Oliveira. **Crianças e Adolescentes: Percursos teórico-metodológicos de investigação em múltiplos contextos de desenvolvimento**. Natal, RN: EDUFRN, 2012, 186 p.

GAUER, Patricia Inglez de Souza Machado. **Alienação parental: as falsas acusações e o efeito alienador na atuação do Poder Judiciário**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) – PUCRS, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GARDNER, Richard A. M.D. 2002. **O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)?** Manuscrito não-publicado. Aceito para publicação. Departamento de Psiquiatria Infantil da Faculdade de Medicina e Cirurgia da Universidade de Columbia, New York, New York, EUA. Tradução para o português por Rita Rafaeli.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GENTILE, Fausto Rogério. Interdisciplinaridade: a essência humana para a sustentabilidade da educação? **Interdisciplinaridade.**, São Paulo, v. 1, n. 6, abr. p. 37- 43, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/interdisciplinaridade/article/view/22626>. Acesso em: 03 de abril de 2019.

FILHO, Bento Matias Gonzaga. Cinema e Fenomenologia: sentidos e sentimentos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ABRALIC, 13., 2013, Campina Grande/PB. Anais eletrônicos [...]. Campina Grande, 2013. Disponível em: http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2013_1434328968.pdf. Acesso em: 18 de abril 2019.

GRZYBOWSKI, Luciana Suárez. Ser pai e ser mãe como compartilhar a tarefa educativa após o divórcio? In: WAGNER, Adriana. e cols. **Desafios psicossociais da família contemporânea: Pesquisas e Reflexões**. São Paulo: Artmed, 2011, p. 19-35.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tomaz Tadeu da Silva (org.). 15. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HENNGEN, Inês; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. A paternidade na contemporaneidade: um estudo de mídia sob a perspectiva dos estudos culturais. **Psicologia & Sociedade**; Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 44-68, jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v14n1/v14n1a04.pdf> Acesso em: 08 de dezembro 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais**. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2015. Estudos e pesquisas: Informação geográfica, n. 35. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2015. 137p. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf> >. Acesso em: 15 nov. 2018.

JESUS, Sheila Machado de. **Lei de Alienação Parental (12.318/2010): Análise da aplicabilidade e efetividade no processo**. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2016.

JULIER, Laurent; MARIE, Michel. **Lendo as imagens do cinema**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

KEHL, Maria Rita. Introdução. Existe a função fraterna? In: Kehl, Maria Rita. **A Função fraterna**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

KRAMER vs. Kramer. Direção: Robert Benton. Produção: Richard Fischhoff e Stanley R. Jaffe. Estados Unidos, Columbia Pictures, 1979, *online* (105 min), colorido. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oFJfuFkZAHM> Acesso em: 15 outubro 2017.

LEROUX, Liliane. **A força da expressão: A autoformação nas experiências populares de produção audiovisual.** 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Antropologia e direito:** temas antropológicos para estudos jurídicos. Rio de Janeiro/ Brasília: Contra Capa, 2012.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil:** Famílias. São Paulo: Saraiva, 2008.

MAIORKI, Simone. **Elaboração, Aplicação e Avaliação Psicológica de um Protocolo para Casos de Disputa de Guarda.** 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014.

MELO, Ana Katarina Leimig Saraiva. **Síndrome de Alienação Parental:** Um estudo através do olhar de Psicólogos e Assistentes Sociais Peritos. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2013.

MOREIRA, Lucia Vaz de Campos e RABINOVICH, Elaine Pedreira (org.). **Família e Parentalidade:** olhares da Psicologia e da História. Curitiba: Editora Juruá Psicologia, 2011.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. A Síndrome da Alienação Parental. In: Analdino Rodrigues Paulino (Org.). **Síndrome da Alienação Parental e a tirania do guardião:** aspectos psicológicos, sociais e jurídicos. Porto Alegre: Equilíbrio, 2007. p. 40-72.

MUJERES com Pelotas. Direção: Ginger Gentile e Gabriel Balanovsky. Produção: Gabriel Balanovsky. Argentina, San Telmo Produções, 2014, *online* (65 min), colorido.

MUNHOZ, Rossana Nadolny. **Argumentos embasadores do processo de alienação parental no estado do Paraná, Curitiba.** 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2017.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário.** 5. ed. Tradução: Mônica Saddy Martins. Campinas, SP: Editora Papirus, 2010.

NOVA, Cristiane; COPQUE, Helen, L. F. Cinema e psicologia: Processos psicológicos básicos à luz das teorias cinematográficas. **(Inter) Subjetividades.**, Salvador, 2009. Disponível em: http://revistas.unijorge.edu.br/intersubjetividades/pdf/2009_Artigo2.pdf Acesso em: 03 de março 2019.

OLIVEIRA, Edna Maria Galvão de. **Efeitos da alienação parental na produção da memória.** 2011. Tese (Doutorado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PAULINO, Gustavo Smizmaul. **Antropologia Jurídica.** São Paulo: Sariaiva, 2010.

PEDRO, Teresa. Técnicas cinematográficas e actos mentais: The Photoplay de Hugo Münsterberg. **Cinema: Revista de Filosofia e da Imagem em Movimento.**, Lisboa, v. 2, p. 165 - 183, 2011.

PELOS Olhos de Maisie. Direção: Scott McGehee e David Siegel. Produção: Red Crown Productions. Estados Unidos, Millennium Entertainment, 2013, DVD (99 min), colorido.

PENAFRIA, Manuela; BAGGIO, Eduardo Tulio; GRAÇA, André Rui; ARAUJO, Denize Correa. **Ver, ouvir e ler os Cineastas:** Teoria dos Cineastas, v.1. Portugal: LabCom.IFP, 2016.

PENAFRIA, Manuela; SANTOS, Ana; PICCININI, Thiago. Teoria do cinema vs teoria dos cineastas. 2015. Teoria do cinema vs teoria dos cineastas” In: **Atos dos IV Encontro Anual do AIM.**, Covilhã, p. 329- 338, 2015.

REALE, Miguel. **Função social da família no Código Civil.** 2003. Disponível em: <http://www.miguelreale.com.br/artigos/funsoc.htm>. Acesso em: 25 abril 2018.

RUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem.** Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SANTOS, Fábio Allon. Cine-Arquiteturas – Interfaces entre Cinema e Arquitetura. In: PROJETAR 2005 – II Seminário sobre Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura. Rio de Janeiro, 2005.

SARTI, Cynthia Andersen. Contribuições da Antropologia para o estudo da família. **Psicologia USP.**, São Paulo, v. 3 n. 1-2, p. 69-76, 1992. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34459/37197> Acesso em: 16 de junho 2019.

SILVA, Denise Maria Perissini. **Guarda compartilhada e síndrome da alienação parental:** o que é isso? Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, Milena da Rosa; PICCININI, Cesar Augusto. Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo. **Estudos de psicologia.**, Campinas, v. 24, n. 4, p. 561-573, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v24n4/v24n4a15.pdf> Acesso em: 22 de abril de 2019

SOCORRO, Tatiana de Carvalho. **Envolvimento do Pai/Padrasto com seus filhos e enteados em famílias recasadas de classe média de Aracaju/Sergipe.** 2017. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2017.

SUAREZ, Rosana. Nietzsche, Schopenhauer e Wagner: Música e Tragédia. In: **Os filósofos e a arte.** Rafael Haddok-Lobo (Org), Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

SCHAEFER, Amanda Polastro. **A Alienação Parental e a violação aos direitos da personalidade.** 2014. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

TV SENADO. Entrevista com Alan Minas e Daniela Vitorino. 2009. 1 vídeo (07:02 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OAZ0AgJHMXg> Acesso em: 06 setembro 2018.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Direito de Família**. 8. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008. v. 6.

WINNICOTT, Donald Woods. **Conversando com os pais**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1999.

XAVIER, Ismail. Figuras do Ressentimento no cinema brasileiro dos anos 1990. **Aniki: Revista Portuguesa da Imagem em Movimento.**, v. 5, n. 2, p. 311-332, 2018. Disponível em: <http://aim.org.pt/ojs/index.php/revista/article/viewFile/410/pdf> Acesso em: 13 de maio 2019

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência**, 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

ANEXOS

ANEXO A- LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura	Título	Pág
01	As gotas da chuva representando o sentimento de tristeza	48
02	Câmera subjetiva do caminhar solitário do (a) genitor (a) alienado (a)	48
03 e 04	Sócrates e suas filhas relatam sobre os dezoito anos sem contato	51
05 e 06	Pai e filha relatando sobre a ausência em suas relações	52
07 e 08	Filho e pai contam suas experiências no contexto da Alienação Parental	55
09	Paulo e o sonho de uma convivência saudável com os filhos	58
10	Mãe S. relata sobre a indiferença do filho	59
11	Pai A. e o depoimento sobre a acusação	61
12	O avô alienado e a indignação com os profissionais e o Estado	63
13 e 14	Cena do parque vazio, associado a solidão vivida pelos pais	64
15	O encontro de Cláudio e sua filha	71
16	Genitora alienadora e os filhos pela câmera oculta	73
17	Sérgio I a caminho da escola	74
18	Sérgio II impedido de visitar seus filhos	75
19	Apelação de Hector por meio de adesivo automotivo	76
20	Hector relatando sobre a sua paternidade	77
21	Hector e as tentativas de visitar as filhas nas escolas	77
22 e 23	Integrantes do PIAFF falam sobre a negação do pai	79
24	Yura discorre sobre denúncia	80
25	Yura em manifestação sobre a Alienação Parental	80
26	Vozes convocadas a defender a mulher	81
27	Guilherme relata sobre sua relação conjugal e com o filho	83
28	Manchete do jornal- Ameaça de violentar verbalmente sua ex-mulher	84
29 e 30	Diego com “o pai corneta” e a rotina de passar em frente da casa das filhas	85
31 e 32	Manifestações na praça de Obelisco-Buenos Aires	88
33	Único filho entrevistado	89
34 e 35	Pais informando o tempo que não vêem os filhos	90

ANEXO B- FICHA TÉCNICA A MORTE INVENTADA

Título: *A morte inventada*

Gênero: Documentário; Drama; Família

Duração: 80`

Ano: 2009

País: Brasil

Realização: Caraminhola Filmes

Roteiro e Direção: Alan Minas

Produção: Daniela Vitorino

Fotografia e Câmara: Fábio Regaleira

Montagem: Marise Farias

Trilha sonora: Clower Curtis

Técnico de som direto: Eduardo Silva

Edição e mixagem do som: Benhur Machado

Assistente de produção: Isabella Copelli

Produção do site e material gráfico: Livia Valpassos, Lua Leça e Thiago Silveira

Elenco: Não divulgado

Site: www.amorteinventada.com.br

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RBoQQqsYfDM>

ANEXO C- FICHA TÉCNICA *BORRANDO A PAPÁ*

Título: *Borrando a Papá*

Gênero: Documentário; Drama

Duração: 78`

Ano: 2014

País: Argentina

Realização: San Telmo Produções (www.santelmoproducciones.com)

Direção e Roteiro: Ginger Gentile e Sandra Fernández Ferreira

Produção: Gabriel Balanovsky

Chefe de produção: Débora Giammarini

Direção de fotografia e câmara: Virginia Rojas

Edição: Alejandro Soler

Direção de som: Damián Montes Calabro

Música: Peter Gabriel e Kevin MacLeod

Apoio: INCAA (Instituto Nacional de cinema e artes audiovisuais)

Elenco: Não divulgado

Site: <http://www.borrandoapapa.com.ar/>

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=efjsWD6r8gY>

**ANEXO D- TABELA COM NOMES DOS CASOS DO DOCUMENTÁRIO A MORTE
INVENTADA**

CASO	NOME	PROBLEMÁTICA
1	Pai: Sócrates Filhas: Karla e Daniela Mendes	Impedimento de contato Afastamento do pai Falsas memórias Pai alienado
2	Pai: José Carlos de Moraes Filhos: Rafaela e Diego Leme	Afastamento do pai Falsas memórias Pai alienado
3	Pai: Enéas Querin Fernandes Filhos: Marcelo e Leandro Pinto Fernandes	Acordo de visitação dos filhos descumpridos pela mãe; mudanças de endereço sem aviso prévio ao genitor Impedimento de contato Pai alienado
4	Pai: Paulo Martins Filhos: Vitor e Mariana	Impedimento de contato Falsas memórias Pai alienado
5	Mãe: S. Filho: nome não revelado	Impedimento de contato Falsas memórias Mãe alienada
6	Pai: A. Filha: nome não revelado	Falsa acusação de abuso sexual Impedimento de contato Afastamento do pai Pai alienado Entraves com o judiciário
7	Avô paterno: Hélio Neto: nome não revelado	Falsa acusação de abuso sexual Impedimento de contato Pai alienado Entraves com o judiciário

ANEXO E- TABELA COM NOMES DOS CASOS DO DOCUMENTÁRIO *BORRANDO A PAPÁ*

CASO	NOME	PROBLEMÁTICA
1	Pai: Cláudio Filhas: Duas filhas menores de idade, não revelado os nomes	Impedimento de contato Falsas memórias Pai alienado Entraves com o judiciário
2	Pai: Sérgio I Filhos: Mateo e outro filho menores de idade (não revelado o nome)	Impedimento de contato Falsas memórias Pai alienado
3	Pai: Sérgio II Filhos: Dois filhos menores de idade, com nomes não revelados	Impedimento de contato Falsas memórias Pai alienado
4	Pai: Hector Filhos: Micaela e Belen	Mudança frequente de escola das filhas, realizada pela mãe Impedimento de contato Pai alienado
5	Pai: Yura Filhos: Sasha	Denúncia falsa realizada pela mãe Falsas memórias Entraves com o judiciário Pai alienado
6	Pai: Guilhermino Newbery Filho: Filho menor de idade, não revelado o nome	Falsas memórias Entraves com o judiciário Pai alienado
7	Pai: Diego Filhos: Branquita e Caramela	Impedimento de contato Falsas memórias Entraves com o judiciário Pai alienado